

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SOLYANE SILVEIRA LIMA

**“UMA MANEIRA DE PROTEGER E EDUCAR”: A CASA
MATERNAL AMÉLIA LEITE (1947-1970)**

São Cristóvão – SE
2009

SOLYANE SILVEIRA LIMA

**“UMA MANEIRA DE PROTEGER E EDUCAR”: A CASA
MATERNAL AMÉLIA LEITE (1947-1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Miguel André Berger.

São Cristóvão – SE
2009

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L732m Lima, Solyane Silveira
 “Uma maneira de proteger e educar” : a casa maternal Amélia
 Leite (1947-1970) / Solyane Silveira Lima. – São Cristóvão, 2009.
 162 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-
Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2009.

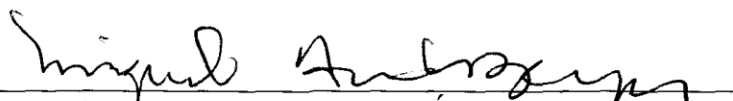
Orientador: Prof. Dr. Miguel André Berger

1. Educação. 2. Instituições sociais - Organização. 3. Lar e
escola. I. Leite, Augusto César. II. Leite, Amélia. III. Título.

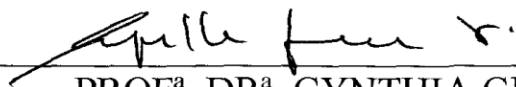
CDU 373.22

“UMA MANEIRA DE PROTEGER E EDUCAR”: A CASA MATERNAL
AMÉLIA LEITE (1947-1970).

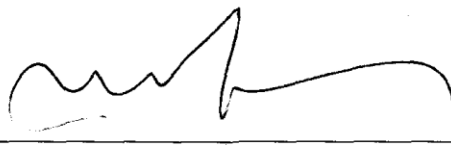
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
12 DE MAIO DE 2009



PROF. DR. MIGUEL ANDRÉ BERGER



PROF^a. DR^a. CYNTHIA GREIVE VEIGA

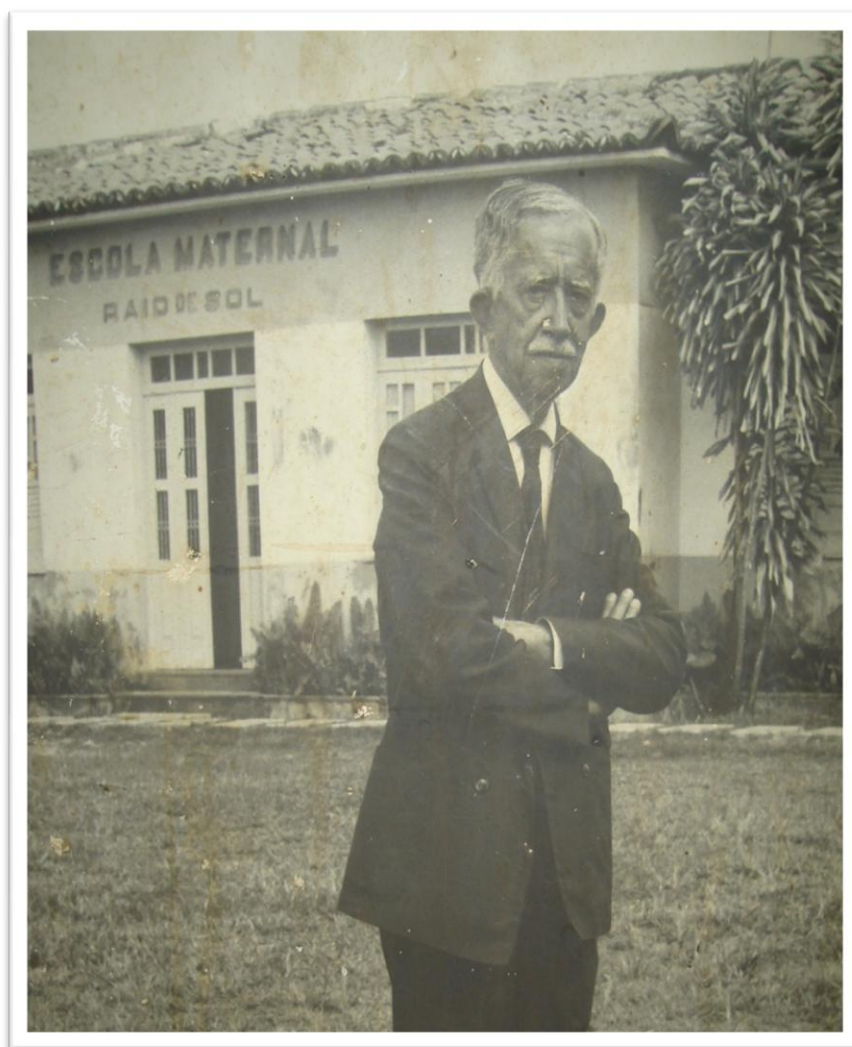


PROF. DR. JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO

Suplente

Solyane Silveira Lima

“UMA MANEIRA DE PROTEGER E EDUCAR”



A Casa Maternal Amélia Leite (1947-1970)

*Aos meus pais, Liete e Josivaldo,
pelo amor incondicional.*

AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo em minha vida se encerra com essa dissertação. Foram dois anos de Mestrado e três de pesquisa. Nesse período muitas pessoas colaboraram para que o meu sonho se tornasse realidade, a elas deixo aqui meu reconhecimento e minha gratidão.

Agradeço a Deus, fonte de luz e inspiração, pelo dom da vida, pela saúde e pelas oportunidades concedidas.

Aos meus pais, Liete e Josivaldo, a quem dediquei esse trabalho, por terem sonhado o meu sonho e serem o meu porto-seguro. Nenhuma palavra será suficiente para expressar o quanto os amo.

Ao meu irmão Sanmy, pelo amor fraterno e por todos os favores concedidos a mim, em especial pela ajuda na lida com o computador. Sem ele a formatação dessa dissertação estaria comprometida.

A todos os meus familiares, vovó Nelita, tias, tios e primos, pela torcida sincera mesmo não entendendo a minha vida corrida e as minhas ausências.

Aos meus dindinhos, Dione e Everaldo, pelo interesse constante por minha vida, pelos incentivos e pela vibração a cada nova conquista.

As minhas amigas-irmãs Juliana, Regina, Fernanda e Patrícia, amigas que se tornaram imprescindíveis e sem as quais esses dois anos teriam sido mais “pesados” e difíceis de suportar. Com elas eu aprendo todos os dias o verdadeiro sentido da amizade.

Aos meus amigos do coração, que conquistei ao longo da vida e longe do meio acadêmico, em especial a Arline, Álem, Carol, Cláudia, Eduardo, Elisa, Fred, Gustavo, Henrique, Jurandi, Karol, Kelly, Lina, Lincoln, Nelson, Maria do Carmo, Ricardo, Stela, Tatiana e Valeska, pessoas que de alguma forma se fazem presentes. A-do-ro!!!

Saindo do âmbito pessoal e partindo para o acadêmico não poderia deixar de agradecer inicialmente àqueles que foram os “culpados” pela minha inserção na pesquisa: à Professora Dr^a. Yolanda Dantas de Oliveira e o Professor Dr. Miguel André Berger. A ela, por proporcionar o meu “encontro” no curso de Pedagogia e pelo lindo presente que me ofereceu: o objeto de estudo dessa dissertação, a Casa Maternal Amélia Leite. Ele, por ter possibilitado minha entrada no campo da pesquisa científica, por todos esses anos de

orientação, mas principalmente por me conceder a oportunidade de trilhar o meu próprio caminho, porém sob o seu olhar atento e competente. Um exemplo de ser humano flexível, humilde e dedicado.

Ao Professor Dr. Jorge Carvalho do Nascimento por me iniciar no campo da História Cultural e da História da Educação, por incentivar a minha produção acadêmica e o meu crescimento como pesquisadora, bem como pela amizade e respeito que se firmaram ao longo desses três anos de convivência.

À querida Professora Dr^a. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, que contribuiu significativamente para a conclusão desse trabalho, através de suas sugestões durante as disciplinas e com a sua participação no Seminário de Pesquisa e na Qualificação.

Aos professores do NPGEd, Eva Maria Siqueira Alves, Itamar Freitas de Oliveira, Maria Helena Santana Cruz, Paulo Sérgio da Costa Neves e Sônia Meire Santos de Jesus pelo profissionalismo e pela contribuição dada a minha formação.

Aos funcionários da Casa Maternal Amélia Leite, especialmente à Senhora Marilda Perez Leite, d. Maria Isabel, Conceição, Lourdes e Simone. Pela recepção calorosa e por abrirem, literalmente, as portas da instituição e dos arquivos para que essa pesquisa se realizasse.

À Glória e Ricardo, funcionários do Hospital de Cirurgia. Ela, bibliotecária e ele, arquivista, por terem facilitado a minha pesquisa no arquivo dessa instituição, além de terem tornado minhas visitas semanais mais alegres e menos cansativas.

Aos familiares de Augusto César Leite, suas filhas Maria Virginia e Maria Clara. Àquela, pela conversa agradável que tivemos e a esta, pela entrevista concedida e pelas fotos da família que disponibilizou. E ao seu neto-sobrinho, o jornalista e escritor Ricardo Leite pelo empenho e colaboração na busca de algumas fontes.

À ex-assistente social da Casa Maternal d. Aydê Matos de Oliveira pelo carinho com que sempre me recebeu em sua residência e pelo enorme esforço para a localização de algumas mães atendidas pela instituição no período estudado. A sua contribuição e o seu apoio foram valiosos.

As três mães localizadas nessa pesquisa e que me permitiram remexer em suas lembranças, Filomena de Oliveira, Elze Almeida e Angélica França. A elas agradeço a possibilidade de tornar suas histórias de vida acessíveis a um maior número de pessoas. E

afirmar que indubitavelmente sem os seus depoimentos esse trabalho não teria a mesma vivacidade.

Aos colegas da turma 2007 com os quais compartilhei angustias, alegrias, fontes, informações, e dúvidas. Em especial a Anne Emilie, a quem aprendi a respeitar e admirar e que se mostrou verdadeira amiga ao longo do curso.

Aos colegas do Mestrado em Educação, Ana Paula, Josineide, Mariângela, Nadja, Nelly, Socorro e especialmente a Jussara que sempre me estendeu a mão quando precisei e por acreditar em meu potencial.

Ao Professor Antônio Samarone, pelas conversas esclarecedoras sobre Augusto Leite, pelo material cedido e por todas as dúvidas que solucionou a respeito do campo médico sergipano.

Aos estimados funcionários do NPGEd-UFS, Geovânia, Edson e Vera pela atenção atribuída aos alunos e pela maneira gentil e carinhosa com que sempre me trataram.

Aos também funcionários da Biblioteca Pública Epifâneo Dórea, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) e da Academia Sergipana de Letras (ASL), pela disponibilidade em colaborar com os pesquisadores.

Agradeço ainda aos amigos Cláudia e Anderson que revisaram meu texto para a Qualificação e à professora e também amiga Katielle Silva pela cuidadosa revisão do texto final.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro sem o qual essa pesquisa não se viabilizaria.

Por fim, e não menos importante, à Prof^a. Dr^a Cynthia Greive Veiga pela presteza que demonstrou ao receber nosso convite e por despender parte do seu precioso tempo e dedicá-lo à leitura dessa dissertação.

De algum modo essas pessoas contribuíram para a conclusão desse trabalho e sem suas presenças seria mais difícil finalizá-lo. Contar com todos nessa jornada me fez perceber que, apesar da pesquisa ser um trabalho individual, ela não é um trabalho solitário, por isso deixo aqui os meus mais sinceros agradecimentos.

*“São sonhos, de quem encontrou nos sonhos,
os motivos e a grande alegria de viver”.*

Augusto Leite

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade investigar a criação e consolidação da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, no período que compreende a data de inauguração em 1947 até 1970, quando seu fundador, o médico Augusto César Leite, se afasta da direção. Formulada a partir dos preceitos higienistas, essa instituição filantrópica e educativa de atendimento às mães adolescentes solteiras e crianças, promovia assistência médico-social e educação moralizante com o intuito de diminuir o número de abortos, infanticídios e prostituição em Sergipe. Para melhor compreender a dinâmica, o funcionamento e a contribuição da Casa Maternal buscou-se subsídios teóricos-metodológicos na Nova História Cultural e nas contribuições de Michel Foucault, Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Bem como, procurou-se elucidar iniciativas que se voltaram para as questões da criança carente, visando contribuir com os estudos sobre a História da Infância e da Educação no Estado.

Palavras-chave: Infância – Casa Maternal Amélia Leite – Higienismo – Educação – Augusto César Leite.

ABSTRACT

This study aims to investigate the creation and consolidation of Protection Society of “Casa Maternal Amélia Leite”, in the period that includes the opening date in 1947 until 1970, when its founder, the doctor Augusto César Leite, get away from the direction. Formulated from the hygienists precepts, this philanthropic and educational institution, that service to single adolescent mothers and children, use to promote medical social assistance and moralizing education with the objective of reducing the number of abortions, infanticides and prostitution in Sergipe. To better understand its dynamic, operation and contribution, theoretical methodological subsidies were sought in the New Cultural History and in the contributions of Michel Foucault, Norbert Elias and Pierre Bourdieu. In addition to, it was tried to elucidate the initiatives related to the issues of the devoid child, aiming to contribute to studies about the History of Childhood and Education in Sergipe.

Keywords: Childhood – Casa Maternal Amélia Leite – Hygienism – Education – Augusto César Leite.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ASL – Academia Sergipana de Letras

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DNCr – Departamento Nacional da Criança

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

IPAI – Instituto de Proteção e Assistência a Infância

LBA – Legião Brasileira de Assistência

NPGE – Núcleo de Pós-Graduação em Educação

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diretoria da Casa Maternal Amélia Leite (1958-1970). Quadro elaborado pela pesquisadora. Fonte: Livro de Atas da Instituição.....79

Quadro 2: Visitantes da Casa Maternal Amélia Leite (1958-1969). Quadro elaborado pela pesquisadora. Fonte: Livro de Registros da Casa Maternal Amélia Leite.....87

Quadro 3: Mães acolhidas pela Instituição no período estudado (1958-1970). Quadro elaborado pela pesquisadora. Fonte: Documentos da Instituição.....103

LISTA DE IMAGENS

Figura 01: Augusto César Leite. Arquivo da Instituição. Sem data.....	48
Figura 02: Hospital de Cirurgia. Arquivo da Instituição. Sem data.....	49
Figura 03: Fachada da Maternidade Francino Melo. Arquivo do Hospital de Cirurgia. Sem data.....	60
Figura 04: Concurso de Robustez Infantil. Arquivo do Hospital de Cirurgia. Sem data.....	64
Figura 05: Sede da Casa Maternal e Capela. Arquivo da Instituição. Sem data.....	74
Figura 06: Organograma da Casa Maternal Amélia Leite. Arquivo da Instituição. Sem data.....	77
Figura 07: Carta do Serviço Social da Casa Maternal Amélia Leite. Arquivo da Instituição. 1955.....	83
Figura 08: Vista aérea da Casa Maternal Amélia Leite. Arquivo da Instituição. Sem data.....	97
Figura 09: Alojamento individual. Arquivo da Instituição. Sem data.....	107
Figura 10: Escola Maternal Raio de Sol. Arquivo da Instituição. Sem data.....	108
Figura 11: Turma de Primeiras Letras. Arquivo da Instituição. Sem data.....	110
Figura 12: Clube de Mães. Arquivo da Instituição. Sem data.....	111
Figura 13: Turma da Escola Artesanal. Arquivo da Instituição. Sem data.....	112
Figura 14: Escola de Auxiliares de Puericultura. Arquivo da Instituição. Sem data.....	113
Figura 15: Carta de despedida de Augusto Leite da direção da Casa Maternal. Arquivo da pesquisadora Jussara Maria Viana Silveira. 1969.....	114
Figura 16: Mães acolhidas na Casa Maternal com seus filhos. Arquivo da Instituição. Sem data.....	118

SUMÁRIO

CAMINHO PERCORRIDO	16
PRIMEIRAS PALAVRAS.....	20
CAPÍTULO I – PREPARANDO O TERRENO.....	36
1.1 - Médico, educador e benfeitor: Augusto César Leite.....	47
1.2 - Augusto Leite e o cuidado com a criança sergipana	59
1.3 - O alicerce de um sonho: O Abrigo Maternal	68
CAPÍTULO II – “UMA OBRA DO CORAÇÃO”	72
2.1 – Organização e dinâmica da Casa Maternal Amélia Leite.....	75
2.2 – A Arquitetura e a Disciplina da/na instituição	96
2.3 – Os serviços prestados	102
2.3.1 – Lar da Mãe Adolescente.....	102
2.3.2 – Escola Maternal Raio de Sol	108
2.3.3 – Escola de Formação Doméstica e Profissional.....	109
2.3.4 – Clube de Mães.....	111
2.3.5 – Escola Artesanal	112
2.3.6 – Escola de Auxiliares de Puericultura.....	112
CAPÍTULO III – REMINISCÊNCIAS DO PASSADO	116
3.1 – O perfil das mães	119
3.2 – A admissão	123
3.3 – O atendimento institucional.....	125
3.4 – A assistência a infância	127
3.5 – A atuação de Augusto Leite	128
3.6 – O serviço de Assistência Social.....	130
3.7 – A contribuição da Casa Maternal	132
ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES.....	135
REFERÊNCIAS.....	140
ANEXOS.....	147

Caminho Percorrido



interesse pela infância me acompanha desde a graduação em Pedagogia realizada na Universidade Federal de Sergipe e se aflorou durante a realização das disciplinas História Social da Criança e Fundamentos Metodológicos da Educação Pré-escolar, onde várias discussões e reflexões foram travadas acerca desse tema.

Percebi que, apesar de alguns avanços, a Educação Infantil como objeto de estudo e, mais ainda, a sua história, são muito recentes e desvalorizadas nas pesquisas educacionais.

Foi durante uma conversa informal com a Professora Dr^a. Yolanda Dantas de Oliveira do Departamento de Educação desta Universidade no final de 2005 que tomei conhecimento da existência da Casa Maternal Amélia Leite. Fiquei curiosa com a descrição feita pela professora e fui visitá-la.

Durante a visita constatei que em Sergipe não havia nenhuma obra semelhante que voltasse suas atenções para o problema da criança, mas também da mãe abandonada. Foi a partir dessa constatação que decidi desvelar a sua história.

Encantada com esse objeto procurei o Professor Dr. Miguel André Berger, que já havia sido meu professor na graduação e com quem desenvolvi dois projetos como bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC). Falei com ele sobre meu interesse pela Casa Maternal e em pesquisar sobre a sua trajetória. Como já sabia do meu desejo de ingressar no Mestrado, orientou-me para que fizesse visitas semanais à referida instituição e me inscrevesse para a seleção de aluno especial do Mestrado para o primeiro semestre de 2006.

Inicialmente precisava conhecer a história da Casa. Conversei longamente com a senhora Marilda Peres Leite, nora de Augusto César Leite, então presidente da instituição e única funcionária que lá estava desde a sua fundação em prédio próprio em 1958. Ela me contou um pouco sobre a inauguração, sobre as dificuldades, porém como havia concluído o curso Normal sempre havia trabalhado na Escola Maternal Raio de Sol. Inicialmente,

como professora e depois, como coordenadora, por isso, não sabia precisar acontecimentos e relatos sobre a Instituição como um todo. Mostrou-me o Livro de Atas da Instituição, o único documento que existe desde a sua fundação em 1947, quando funcionava anexa ao Hospital de Cirurgia.

Por muitas visitas trabalhei sob esse livro e retirei as informações que a meu ver eram mais importantes e como ele estava em processo de deterioração me propus a digitalizá-lo, idéia que foi bem aceita pelos dirigentes e funcionários da Casa. Esse livro foi o primeiro documento que tomei emprestado a instituição e com ele em mãos tive mais tempo para ler e assimilar as informações contidas e a dinâmica de reuniões da instituição.

Concluído o trabalho com o Livro de Atas pedi permissão para remexer nos arquivos, houve certa resistência. Pedi então para organizar os armários antigos e com a concessão do pedido iniciei a tarefa.

Na Casa Maternal não existe um arquivo organizado com os documentos antigos, existe apenas uma gaveta onde colocaram as fichas das mães, datadas a partir de 1958 que foram organizadas por Aydê Matos de Oliveira, antiga assistente social da Casa e um armário com algumas pastas, livros, materiais cirúrgicos antigos do Dr. Augusto Leite e alguns documentos do Hospital de Cirurgia. A informação que obtive é que eles só guardavam documentos dos últimos anos e que os mais antigos estavam nesses locais já descritos.

A única saída era trabalhar com o material que possuía, foi o que fiz. Ao longo de 2006, busquei, encontrei, cataloguei tudo que pensava ser importante e que me ajudaria a compor essa história.

Paralelo a essas visitas buscava fontes e informações em outros locais, tais como: o Hospital de Cirurgia, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dórea, a Academia Sergipana de Letras e ainda através do contato com alguns familiares do médico Augusto Leite.

Em 2007 fui aprovada no Mestrado em Educação da UFS. Disciplinas, fichamentos, artigos, congressos, seminários, e a pesquisa não parava e as dificuldades começavam a

surgir. No Hospital de Cirurgia tentei, desde o início de 2006, por diversas vezes falar com o responsável para pedir permissão para pesquisar no arquivo e, da recepção geral, nunca consegui passar. Foi necessária a ajuda de uma funcionária da Casa Maternal, a senhora Conceição, que me levou até o diretor, ao qual apresentei uma declaração do NPGEd e assim me autorizou a iniciar a busca por novas fontes. Já me encontrava ao ano de 2007. Nesse arquivo também fazia visitas semanais e verifiquei todos os pacotes de 1946 até 1958, com o objetivo de encontrar algum registro sobre o funcionamento da Casa Maternal desde a sua fundação em 1947, como Abrigo Maternal anexa ao Hospital e nada foi encontrado. Apenas na biblioteca que lá existe foi que encontrei algumas fotos, material cirúrgico que pertenceu a Augusto Leite, alguns documentos e livros.

Os jornais consultados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e na Biblioteca Pública Epifânio Dórea foram de enorme contribuição para o esclarecimento de questões que me eram colocadas pelos documentos encontrados na Casa.

Na Academia Sergipana de Letras, busquei informações sobre Augusto Leite e sobre a Semana da Criança que aconteceu com o apoio dessa entidade. Encontrei algumas revistas de publicação própria da Academia e uma biografia do referido médico.

Através do médico José Augusto Barreto, avô de Carol, uma colega de graduação e amigo da família Leite, fui recebida por Maria Virginia e Maria Clara com quem conversei e marquei uma entrevista com esta para o dia seguinte.

Durante a entrevista me foi revelado aspectos peculiares a respeito de Augusto Leite, mas sobre a Casa Maternal não obtive muitas informações, posto que Maria Clara mora no Rio de Janeiro há muito tempo e não acompanhou o trabalho do seu pai frente a essa instituição.

Foi por meio de outra amiga, a professora Jussara Maria Viana Silveira, que no primeiro semestre de 2008 estabeleci contato com a antiga assistente social da Casa Maternal, a senhora Aydê Matos de Oliveira. Com ela realizei duas entrevistas que foram muito importantes para melhor compreensão do contexto em que estava inserida a instituição pesquisada, bem como o seu funcionamento, suas exigências, seus objetivos.

Estive em sua residência por várias vezes, obedecendo todo processo burocrático que envolve uma entrevista, além de incomodá-la também por telefone, quando surgia alguma dúvida de “última hora”. Com isso, criamos um vínculo e durante uma de nossas primeiras conversas indaguei se não teria notícias de alguma mãe que fora atendida pela instituição dentro do período pesquisado no que ela me respondeu afirmativamente.

Pedi então que intercedesse por mim junto a elas no que de pronto fui atendida. Ligou para três mães com quem mantinha certo contato e explicou do que se tratava a pesquisa e pediu que me recebessem. Com tamanha ajuda foi mais fácil colher os depoimentos dessas mães, que também não se negaram a falar de seus passados e de suas experiências na Casa Maternal.

Foi nesse período que conheci o Jornalista e escritor Ricardo Leite, neto-sobrinho de Augusto Leite que se mostrou muito interessado em colaborar com o meu trabalho cedendo algumas fotos, jornais e informações preciosas.

Nesse tempo a escrita da dissertação já fluía e a documentação da Casa Maternal já se encontrava em minha casa, tamanha a confiança conquistada. Já havia concluído todos os créditos das disciplinas e estava envolvida com as entrevistas e suas respectivas transcrições. Que trabalho!

Dezembro de 2008, hora de Qualificar. Apresentei a introdução e dois capítulos, os quais receberam as devidas críticas e sugestões. Mais escrita, refazer o que fosse preciso e terminar o terceiro capítulo que já se encontrava em andamento.

Início de 2009 e muitos detalhes precisavam ser ajustados para a conclusão da dissertação. Correria. Entrega e devolução de texto para o orientador. Mais ajustes e finalmente ela está concluída.

Nas páginas que seguem está o resultado final, fruto de toda essa caminhada descrita anteriormente. E como não poderia deixar de ser, suscitando novas indagações e investigações, bem como, novos objetos de pesquisa para aqueles que se interessarem pelo tema. Afinal, estamos no meio acadêmico e a sua dinâmica é essa mesma.

PRIMEIRAS PALAVRAS

“Podemos compreender a infância como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida. A história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e com a sociedade. Mas a opção por uma ou outra perspectiva é algo circunscrito ao mundo dos adultos, os que escrevem as histórias, os responsáveis pela formulação dos problemas e pela definição das fontes a investigar”.

Marcos Cezar de Freitas e
Moysés Kuhlmann Jr



presente estudo tem como fito investigar a criação e consolidação da Casa Maternal Amélia Leite¹, como uma instituição educacional e filantrópica de atendimento às mães solteiras e crianças sergipanas. Para tanto, faz-se necessário esclarecer o contexto no qual ela estava inserida.

Em Sergipe o cuidado com a criança em idade pré-escolar (0 a 6 anos) no período Republicano pode ser observado a partir da década de 1930, com a ação da Diretoria Geral da Instrução Pública, sob a direção de Helvécio de Andrade². Porém, nessa mesma década, o Estado contava apenas com a presença de instituições que voltavam seus atendimentos para a assistência social, e incluía aí o cuidado com a alimentação, saúde e higiene, tais como o Orfanato de São Cristóvão³ e o Oratório Dom Bosco⁴. O primeiro fundado em 1911, localizado no interior do Estado, em São Cristóvão e o segundo funcionava na capital e teve sua inauguração em 1914. Ambos organizados por religiosas com o apoio da administração pública e atendiam meninas órfãs e carentes com idade a partir de quatro anos.

Apenas em 1932 é inaugurada a primeira instituição sergipana voltada para crianças de ambos os sexos e menores de sete anos, que contemplava suas necessidades assistenciais e educativas: A Casa da Criança de Sergipe⁵. Instituição composta de um

¹ Ao longo do trabalho trataremos da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite ora com Abrigo Maternal, enquanto funcionou no Hospital de Cirurgia e ora como Casa Maternal, quando passa a funcionar em prédio próprio, por assim ser chamada carinhosamente por todos que a compõe e para facilitar a compreensão do leitor.

² Sobre esse intelectual e sua contribuição a educação sergipana ver dissertação defendida no NPGED-UFS por: VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, regenerar e higienizar:** a difusão dos ideais da pedagogia moderna por Helvécio de Andrade. São Cristóvão, SE, 2006. Dissertação de Mestrado.

³ Para maiores informações a respeito dessa instituição ver: SIQUEIRA DE SANTANA, Josineide. O Orfanato de São Cristóvão: implantação e aspectos da educação de órfãs em Sergipe nas primeiras décadas do século XX (1911 – 1930). In: II Seminário Internacional de Educação, 2006, São Cristóvão. **Anais do II Seminário Internacional de Educação.** São Cristóvão: UFS, 2006. P. 1-7 (cd-rom).

⁴ Sobre o Oratório Dom Bosco ver: BONIFÁCIO, Nadja Santos. Contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para a Educação Feminina em Aracaju (1914-1960) In: II Seminário Internacional de Educação: A Pesquisa em educação - dilemas e perspectivas, 2006, São Cristóvão/SE. **Anais do II Seminário Internacional de Educação:** A pesquisa em educação, dilemas e perspectivas. São Cristóvão: UFS, 2006. p.1 – 8.

⁵ A respeito dessa instituição consultar: LEAL, Rita de Cássia Dias. **O primeiro jardim de infância de Sergipe:** Contribuição ao estudo da educação infantil (1932-1942). São Cristóvão, SE, 2004. Dissertação de Mestrado.

Jardim de Infância e uma Inspeção de Higiene Infantil, fundada em 17 de março de 1932 sob iniciativa do Estado, através de seu Interventor Augusto Maynard Gomes.

Por muitos anos a Casa da Criança foi exemplo de iniciativa educacional e assistencial para Sergipe. Outras iniciativas nesse âmbito só aconteceram a partir de 1940 com a fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) com sua rede de creches, do Jardim de Infância Garcez Vieira, no bairro Siqueira Campos e da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, anexa ao Hospital Infantil.

A LBA foi fundada em 1942, “associada ao esforço de guerra, como órgão federal de assistência social e apoio aos pracinhas e suas famílias”(ROSEMBERG, 2003, p. 141). Desenvolveu uma série de programas destinados à maternidade e à infância sob a inspiração de d. Darcy Vargas, com base no voluntariado.

Em Sergipe, a LBA⁶ ficou sob os cuidados da então primeira dama d. Helena Maynard até 1945, quando seu marido deixa o cargo de Interventor Federal⁷ do Estado. Ela funcionou em todos os Estados da Federação até 1996 quando por denúncias de corrupção o Governo Federal resolve extingui-la.

Foi também na década de 1940 por iniciativa da prefeitura Municipal de Aracaju, na gestão de José Garcez Vieira, que se constrói um jardim de infância para atender às crianças dos bairros periféricos da cidade. Em 1944, foi inaugurado o Centro Municipal de Assistência à Criança⁸ com o objetivo de atender as crianças pobres do antigo bairro Aribé⁹.

⁶ Sobre essa instituição busquei algumas fontes e vestígios do seu funcionamento em Sergipe, mas a informação que obtive é que foi extinta em 1996 e que todo o arquivo e documentação foram enviados para a Capital Federal. Tentei ainda buscar informações através dos jornais, mas o que encontramos foi muito superficial. Acredito, pois, que a atuação dessa instituição no Estado bem como em todo país, precisa ser pesquisada com maior cautela e detalhamento.

⁷ Augusto Maynard Gomes foi nomeado pelo Presidente da República Getúlio Vargas para o cargo de Interventor Federal em Sergipe por duas vezes, de 1930 a 1935 e de 1942 a 1945.

⁸ O Centro Municipal de Assistência à Criança passará posteriormente a ser chamado de Jardim de Infância José Garcez Vieira, e ficou conhecido popularmente como O Jardim Operário. A respeito dessa instituição existem alguns trabalhos já publicados, são eles: SANTOS LIMA, Ana Paula dos. O Jardim de Infância José Garcez Vieira: Registros de Memórias e a Imprensa. In: **V Encontro de História Oral do Nordeste. Caderno de Resumos**. São Luís, Maranhão: UEMA, 2005, p.102; SANTOS LIMA, Ana Paula dos. **Nos Caminhos da História da Educação Infantil em Sergipe: O Primeiro Jardim de Infância Municipal de Aracaju** José Garcez Vieira. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**.

Em 1947, foi inaugurada a Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite em uma dependência do Hospital de Cirurgia, fundada pelo médico Augusto César Leite e um grupo de senhoras preocupados com os problemas médicos-sociais relacionados à maternidade e à infância. No ano de 1958, essa instituição passa a funcionar em prédio próprio, situado à Rua Frei Paulo, nº 682, Bairro Suiça, onde presta serviços a comunidade até os dias atuais.

Fazendo um levantamento da produção sobre instituições educativas e/ou de atendimento à infância em Sergipe no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (NPGE – UFS), verifiquei um número ainda reduzido de trabalhos nessa área. Entre os estudos, tem-se o de Ilná Andrade Lobo sobre o “Programa Nacional de Educação Pré-escolar em Sergipe”, defendido em 2003. No ano 2004, os trabalhos de Solange Patrício, sob o título, “Educando para o trabalho: a Escola de Aprendizagem e Artífices em Sergipe” e o de Rita de Cássia Dias Leal a respeito do primeiro Jardim de Infância do Estado. Em 2006, o de Marco Arlindo Amorim Melo Nery, que discorre acerca do patronato agrícola sergipano e por fim, em 2007, a dissertação de Alessandra Barbosa Bispo sobre a Cidade de Menores Getúlio Vargas.

Esses trabalhos estão voltados para as questões da infância carente em Sergipe, com exceção apenas do de Lobo (2003). Porém, apenas dois se assemelham a este por tratarem a respeito da educação infantil (0 a 6 anos), o de Lobo (2003) e o de Leal (2004).

Por isso acredito que estudar a Casa Maternal Amélia Leite é uma maneira de elucidar iniciativas que se voltaram para as questões da criança carente sergipana em idade pré-escolar e contribuir para os estudos sobre a História da Infância, somando-se aos trabalhos já produzidos sobre instituições educacionais em Sergipe.

Assim, os objetivos desse estudo são: investigar a criação e consolidação da Casa Maternal Amélia Leite através da análise de sua trajetória, sua organização e seu

Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. COLUBHE. CD-ROM. Uberlândia, MG: UFU, 2006; SANTOS LIMA, Ana Paula dos e SILVEIRA LIMA, Solyane. Instituições de atendimento e proteção à infância em Sergipe: O centro municipal de assistência à criança e a casa maternal Amélia Leite In: **Anais do III Seminário Internacional de Educação – A pesquisa em educação: abordagens e a questão da inclusão social**. São Cristóvão, SE, EDUFS, CD-ROM. 2007.

⁹ Atualmente o bairro Siqueira Campos, localizado na zona oeste da capital sergipana.

funcionamento; investigar os motivos que levaram o médico Augusto César Leite a fundá-la e identificar sua contribuição para a sociedade sergipana, em especial, as mães e crianças atendidas nessa instituição.

Os objetivos expostos pressupõem algumas hipóteses que seriam em primeiro lugar, o estudo da trajetória dessa instituição através da sua organização e da forma de funcionamento, far-nos-á entender melhor a sua dinâmica e os motivos pelos quais foi bem aceita pela sociedade da época.

Outra hipótese que se levanta é o fato de o médico Augusto Leite ter se dedicado com tanto afínco a essa obra alegando que seria “uma obra do coração” e não mais um meio pelo qual teria uma maior visibilidade no campo da assistência e filantropia em Sergipe.

E, por fim, acredita-se que essa instituição contribuía para a sociedade não só porque diminuía o número de abortos, infanticídios e casos de prostituição¹⁰ e sim porque através de sua educação moralizante e religiosa encaminhava as “desviadas para o bom caminho”¹¹, reinserindo-as na sociedade através do emprego, e diminuía dessa forma o preconceito existente contra a mãe-solteira adolescente.

A valorização do papel materno difundido pelo saber médico desde meados do século passado procurava persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado e de que a maternidade e a educação da criança realizam sua “vocação natural”.

[...]

Assim, aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime. Não amamentar e não ser esposa e mãe significava desobedecer a ordem natural das coisas, ao mesmo tempo que se punha em risco o futuro da nação. (RAGO, 1985, p. 79)

¹⁰ A autora Margareth Rago trata esse tema em duas de suas obras. A primeira, *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar*, publicada em 1985 e a segunda, *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*, 1991. Em ambas aborda a questão da sexualidade, do preconceito, da moralização e, sobretudo da condição feminina. Retomaremos essas questões no último capítulo desse trabalho.

¹¹ Trecho retirado do livro de atas da instituição. Cf. *Ata de Fundação da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite* (p. 02, 1947).

Para tentar esclarecer essas questões e compreender esse objeto de estudo busquei subsídios no pensamento de Norbert Elias (1993; 1994), pensador alemão, Pierre Bourdieu (1990; 1998; 2004; 2005) e Michel Foucault (1987), ambos pensadores franceses contemporâneos. Norbert Elias foi sociólogo e construiu seu objeto de estudo a partir dos tratados de etiquetas renascentistas e manuais de civilidade, a partir dos quais elaborou a sua teoria sobre os *processos de civilização*. Bourdieu era também sociólogo e fazia parte da corrente da sociologia histórica, estabeleceu em suas idéias um diálogo entre teoria e empiria, elaborou conceitos importantes como o de *campo* e *capital*. Já Foucault era filósofo e fez parte do pós-estruturalismo trabalhando com diversos temas, entre eles a *disciplina*, a *vigilância hierárquica* e a relação entre *poder e saber*.

Em sua teoria Norbert Elias defende a idéia de que o indivíduo e a sociedade são inter-relacionados e estão sempre em processo de evolução e mudanças. Por isso, a *civilização* ocorre de maneira diferenciada a depender da cultura e da sociedade, correspondendo tanto às condições de individualização do ser humano singular como às condições da vida social em comum.

Foi a partir dos seus pressupostos que entendi com mais clareza as representações que o discurso médico – higienista constituiu acerca da educação como um mecanismo de civilização dos sujeitos.

Para Pierre Bourdieu a noção de *campo* designaria um espaço com relativa autonomia dotado de leis próprias, mas submetidas às leis sociais. “Os campos são os lugares de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas”(BOURDIEU, 2004, p. 27). Sendo assim, observamos o campo médico-assistencial sergipano, no qual Augusto Leite encontrava-se inserido e onde buscava o reconhecimento.

O capital, mais especificamente o *capital cultural* designa um tipo de capital que tem na posse dos títulos escolares uma manifestação institucional, ou seja, um conjunto de saberes, experiências e conhecimentos acumulados ao longo da vida, tanto pelas experiências escolares, quanto pelas experiências vividas. Diferente do *capital social* que se

baseia nas relações mundanas que constituem fontes estratégicas de apoio para a atuação dos agentes sociais.

Esses conceitos elaborados por Bourdieu foram de grande valia em minhas análises para entender as ações que Augusto César Leite tomou em determinados momentos e os espaços que ocupava na sociedade, sendo detentor de ambos capitais.

Não menos importante foram os conceitos de *disciplina*, *vigilância hierárquica* e *panoptismo* desenvolvidos por Michel Foucault. A *disciplina* entendida como um método que permite o controle do corpo, como uma maneira de produzir corpos submissos. A *vigilância hierárquica* como um dispositivo que obrigue apenas pelo olhar deixando nítido através deste os efeitos do poder. E o dispositivo *panóptico* por organizar unidades espaciais que permitem a visibilidade permanente assegurando o funcionamento automático do poder. Estes auxiliaram na melhor compreensão da dinâmica da Casa Maternal, instituição que visava reeducar as jovens para inseri-las na sociedade e no mundo do trabalho, de modo que não voltassem a ter comportamentos que afetassem a vida social.

O campo de estudo delimitado foi a Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, no período de 1947 quando iniciou suas atividades anexa ao Hospital de Cirurgia até 1970, data em que seu fundador, Dr. Augusto Leite pede afastamento da diretoria por motivos de saúde. O período de estudo corresponde à atuação desse médico na direção da instituição.

Deter-me-ei no estudo de caso dessa instituição considerando a abordagem qualitativa e histórica. Aquela por estar “mais preocupada com a compreensão do fenômeno social, com base nas perspectivas dos atores por meio da participação em suas vidas” (GAMBOA, 2002, p. 43). E esta por acreditar que “em um país cuja memória e patrimônio educacional são diariamente dilapidados, a pesquisa histórica é uma forma positiva de intervenção social” (LOPES, FARIA FILHO, VEIGA, 2000, p. 18).

Os estudos de caráter histórico encontraram-se por muito tempo presos aos documentos oficiais escritos, isso em função das vertentes do positivismo gestadas no âmbito do marxismo. Nas últimas décadas do século XX, a História foi convidada a reformular seus objetos. Essas mudanças foram influenciadas pelo discurso da Nova

História Cultural, uma tendência historiográfica que propõe uma forma inovadora de interrogar a realidade, que apresenta novos princípios de inteligibilidade, salienta as lutas de representações e objetiva a ordenação da estrutura social.

[...] a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 2002, p. 23)

Essa abordagem tem sua origem associada à escola dos *Annales*¹², que surge em 1929 com Marc Bloch e Lucien Febvre, como um movimento que se contrapunha ao paradigma da historiografia tradicional. Esse movimento foi dividido em três fases. A inicial de 1929 a 1945 “caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos” (BURKE, 1997, p. 12) e seus interesses de estudo se voltavam para a construção de uma história social e econômica se opondo à tradição historiográfica que se centrava nos feitos dos “heróis”

A segunda geração, a partir de 1940, foi dominada pela presença de Fernand Braudel e caracterizou-se por ser uma produção historiográfica demográfica. É a fase que “mais se aproxima verdadeiramente de uma escola, com conceitos diferentes e novos métodos.” (BURKE, 1997, p. 12).

No final da década de 1960, inicia-se a terceira geração do movimento, que é marcada pelo crescente interesse dos historiadores por temas pertencentes ao domínio da cultura.

Se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação. A influência do movimento, especialmente na França, já era tão grande que perdera muito das especificidades anteriores. Era uma “escola” unificada apenas aos olhos de seus admiradores externos e seus críticos domésticos que perseveravam em

¹² Segundo Peter Burke a Escola dos *Annales* é vista como um grupo monolítico, com uma prática histórica uniforme, quantitativa no que concerne ao método determinista em suas concepções, hostil ou, pelo menos, indiferente à política e aos eventos.

reprovar-lhe a pouca importância atribuída à política e a História dos Eventos. (BURKE, 1997, p. 13).

Essa postura que se convencionou chamar de História Cultural proporcionou a partir dos seus pressupostos e preocupações uma abertura dos campos da pesquisa para a utilização de novas fontes e objetos na pesquisa histórica. Apesar do leque de possibilidades que ela oferece não se pode perder de vista a criticidade diante de cada fonte, pois:

[...] nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve se desestruturar, desmontar. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também, saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade. (LE GOFF, 2003, p. 110).

Nesse sentido é necessário que o investigador da História Cultural seja capaz de identificar todas as fontes possíveis, criticá-las e estabelecer diálogo entre fontes e teoria. Dessa maneira a História Cultural conquistou o meio acadêmico e também a História da Educação, proporcionando seu crescimento epistemológico à medida que propunha novos objetos e novas interpretações ampliando o campo de investigação.

Segundo Castanho, “Em muitas classificações, no passado, a educação era compreendida dentro do campo da História Cultural” e a História da Educação ainda que praticada desde o século XIX “[...] demorou a se firmar como disciplina relativamente autônoma”. (CASTANHO, 2006, p. 152)

Já desde a segunda metade do séc. XIX, tratados sobre a história da educação brasileira foram elaborados por médicos, advogados, engenheiros, religiosos, educadores e historiadores e circularam no país e no exterior. (VIDAL e FARIA FILHO, 2005, p. 73).

No Brasil apenas em 1927, com a reorganização do ensino proposta por Francisco Campos, é que aparecem os primeiros documentos oficiais que tratam da disciplina História da Educação. Em 1928 essa disciplina foi introduzida no currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro. A disciplina emergia do contexto das reformas que pretendiam mudar a educação no país, e introduzia o ideal da Escola Nova.

A partir de 1946 com a vigência da Lei Orgânica para o Ensino Normal é que a História da Educação aparece no currículo das Escolas Normais, pois até então apenas o seu ensino tinha sido previsto, muitas vezes associada à Filosofia da Educação ou integradas em uma única disciplina, à História da Educação foi conferida apenas uma importância moral. Segundo Vidal e Faria Filho a História da Educação era

Tida como uma disciplina escolar, em geral pela proximidade com a filosofia da educação, impregnada de uma postura salvacionista e tribuna de defesa de um ideal de educação popular, à história da educação foi delegado o lugar de ciência auxiliar da Pedagogia. Sua função era, no dizer de Mirian Warde (1990, pp. 91-92), “responder à necessidade de os futuros professores cogitarem do dever ser educacional, dos valores humanos mais elevados a serem preservados e despertados pela prática da Educação”, o que a transformava, menos em uma ciência matricial, como a sociologia, a psicologia ou a biologia, e mais em uma disciplina formadora. (VIDAL e FARIA FILHO, 2005, p. 96).

No século XX, no Brasil, o processo de organização do campo educacional veio acompanhado de iniciativas que buscavam organizar o campo da pesquisa. Foi com o surgimento dos programas de Pós-Graduação em Educação no fim da década de 60 e início da de 70¹³ que se alterou a configuração dos trabalhos na disciplina, ocorrendo um afastamento da relação história e filosofia e a ênfase num referencial teórico marxista.

Na região Nordeste, os primeiros programas de Pós-Graduação em educação a funcionar datam da década de 70. Inicialmente o da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1972. Seguindo o da Universidade Federal do Ceará (UFC) e o da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ambos em 1977. Um ano depois, em 1978 o da Universidade Federal

¹³ Os primeiros programas de Pós-Graduação em Educação implantados no Brasil foram o da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro em 1965 e o da PUC-SP em 1969.

do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi a partir do esforço conjunto desses programas somados com a contribuição dos que começaram a funcionar nas décadas de 80 e 90, que houve uma considerável qualificação da pesquisa educacional na região.

Segundo a análise feita por Jorge Carvalho do Nascimento (NASCIMENTO, 2006, p. 29-43) a pesquisa em História da Educação na região Nordeste intensificou-se a partir da década de 80, quando a UFBA empreendeu um levantamento da Pesquisa Educacional no Nordeste, no qual não identificou nenhum estudo que tivesse um objeto caracterizado no campo da História da Educação.

Esse notável crescimento regional do campo da História da Educação diz muito das contribuições que os Programas de Pós-Graduação em Educação têm oferecido, pois é possível observar a expansão dos estudos, inclusive em instituições que possuem apenas programas de Mestrado funcionando, como é o caso da Universidade Federal de Sergipe e a Universidade do Estado da Bahia. (NASCIMENTO, 2005, p. 41).

Em Sergipe, consoante esse autor, a maior influência de trabalhos na área da História em Educação é oriunda dos cursos de graduação e do programa de Pós-Graduação na década de 90, pois até então o primeiro trabalho nesse campo data de 1916, uma conferência intitulada “Esboço histórico da Instrução Pública no Brasil” preferida por Adolfo Ávila Lima. Depois disso, só em 1927 é que se registra outro estudo nessa área, o do professor Helvécio de Andrade, “Memória a um projetado congresso de professores primários em Aracaju (1925-1926). Depois destes foram publicados ainda mais dois trabalhos, o da professora Maria das Graças Azevedo, “A educação feminina em Roma” e o do professor José Calazans, “Ensino público em Aracaju – 1830-1871”. Destes, o último pode ser considerado o pioneiro desse campo, já que tem Sergipe como objeto.

Na década de 50 circularam no Estado apenas cinco estudos em História da Educação. Apenas em 1980 foi que houve um aumento significativo na produção, fato que se deve ao empenho de professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, Maria Thétis Nunes, que sozinha publicou 17 trabalhos sobre o tema.

Foi na década de 1990 que os estudos nesse campo científico despertaram maior interesse dos pesquisadores sergipanos, inclusive os da UFS no Departamento de História e de Educação Física, a partir da exigência da produção de uma Monografia ao final da Graduação. Bem como com as primeiras defesas de Dissertações do Mestrado em Educação e da publicação da Revista do Mestrado em Educação.

Outras fontes também se mostraram importantes para o alargamento do campo no Estado, entre elas o Governo Estadual, a Prefeitura Municipal e algumas Universidades e Faculdades particulares aqui localizadas¹⁴.

Até a década de 1990, os estudos em História da Educação em Sergipe foram produzidos como iniciativa individual dos pesquisadores e a partir dela é que o trabalho coletivo ganhou força com a participação da Graduação e da Pós-Graduação da UFS. O que mostra que assim como no âmbito nacional, regional e local a disciplina História da Educação foi se constituindo aos poucos como objeto de pesquisa e ganhando espaço e legitimidade no campo científico.

Foi dentro dessa perspectiva que optei por desenvolver essa pesquisa no âmbito da historiografia¹⁵ das instituições escolares, por considerá-las importantes objetos de análise para a História da Educação.

A historiografia das instituições escolares não se constitui em uma área nova de estudos na história da educação, tendo já registrado um número bastante significativo de trabalhos sobre a instituição escola [...] O que é recente no campo da história da educação e, especificamente, da historiografia das instituições educativas como âmbito de estudo na história da educação é uma tentativa de escrever a história das instituições escolares rompendo com a perspectiva descritiva e com os registros oficiais da escola. (NORONHA, 2007, p. 165)

¹⁴ Para maiores esclarecimentos ver: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão, Grupo de Estudos Pesquisas em História da Educação/ NPGED/UFS, 2003.

¹⁵ O conceito de historiografia é entendido aqui como investigação e escrita da história.

Segundo Dermeval Saviani (2007, p. 04) “a palavra instituição guarda a idéia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem”. Além de ser constituída para atender a determinadas necessidades humanas.

Dessa maneira não se pode visualizar as instituições escolares somente como expressões singulares, particulares, individualizadas, mas sim como co-participes de projetos históricos de uma dada conjuntura, que faz valer determinada concepção de mundo, que se põe como estratégia em vista do exercício de disputa e hegemonia.

Ciente de que a instituição educativa é construída a partir da história dos homens num processo através do qual eles produzem socialmente as suas vidas e que revelam projetos de ordem ideativa, o estudo e análise da história da Casa Maternal Amélia Leite foi realizado dentro de uma perspectiva crítica e não apenas descritiva e “oficial” indo em busca de uma história do passado, apesar da referida instituição ter sobrevivido até os dias atuais.

Essa instituição foi analisada a partir de procedimentos metodológicos envolvendo a análise de documentos existentes na própria instituição com o propósito de melhor entendê-la, entrevistas semi-estruturadas com pessoas atuantes, tais como dirigentes, funcionários, adolescentes atendidas no período em análise permitindo o aprofundamento de aspectos que foram julgados importantes para o conhecimento da instituição.

Outro procedimento para a coleta de informações se deu através do levantamento e análise de dados em arquivos como: Arquivo do Hospital de Cirurgia, Arquivos de familiares e o Arquivo, ainda que desorganizado, da própria Instituição.

Os artigos de jornais e revistas periódicos foram pesquisados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) e na Biblioteca Pública Epifâneo Dórea. Busquei também informações na Academia Sergipana de Letras e na Sociedade Sergipana de Medicina por se constituírem espaços nos quais Augusto César Leite teve significativa atuação. Além dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do Departamento de Serviço Social da UFS.

As fontes iconográficas também foram contempladas para uma melhor compreensão do objeto, partindo sempre da premissa que “se, por um lado a fotografia possui um caráter

informativo, ela sempre é, simultaneamente, uma recriação da realidade conforme a visão particular do grupo social que a produz.” (CIAVATTA, 2008, p. 44). Estas, foram encontradas nos arquivos citados e cedidas gentilmente pela instituição e por familiares.

As fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próxima àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador entra em contato com este presente/passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática ser estudada. Aí reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas. (MAUAD, 2008, p. 26)

Ao trabalhar com essas fontes elencadas anteriormente, encontrei diversos empecilhos, que acabaram por dificultar e atrasar as análises sobre o objeto. Primeiramente a falta de cuidado e organização dos documentos na própria instituição, não havendo um lugar adequado para a guarda dos mesmos e nem a preocupação por parte dos funcionários em manter um arquivo com documentos antigos, o que acarretou na demora para localização do material referente ao período estudado. Um problema corrente aos historiadores da área. Segundo Vidal, “simetricamente, os investigadores em história da educação reiteram queixas acerca do descaso institucional para com os documentos antigos, para com o que é considerado pela escola, em geral, como arquivo morto, [...] e que, portanto, não dispõe de valor.”(VIDAL, 2007, p. 64).

Outra dificuldade foi o acesso ao arquivo do Hospital de Cirurgia, no qual passei mais de um ano tentando contato com o responsável e isso só foi possível através de uma funcionária da Casa Maternal que intercedeu por mim. Quando finalmente entro no arquivo verifico que existem poucos registros a respeito de Augusto Leite e nenhum sobre à Casa Maternal no período em que lá funcionava.

Busquei então a documentação da Maternidade Francino Melo, já que as moças abandonadas que tinham seus filhos lá eram encaminhadas para a Casa. Também não

constatei registro algum. O que encontrei foram fichas do pronto-socorro do Hospital a partir do ano de 1946, com as quais trabalhei por dois meses¹⁶ com a esperança de encontrar algum registro da Maternidade e do Abrigo Maternal, mas não obtive sucesso.

Outro fato que me deixou intrigada, além da inexistência de documentos sobre o funcionamento da instituição quando anexa ao Hospital de Cirurgia, foi o silenciamento dos jornais da época. Verifiquei os jornais disponíveis para consulta na Biblioteca Pública e no Instituto Histórico no ano de 1947 e em nenhum havia ao menos uma nota sobre a fundação ou inauguração do abrigo. Diferente da inauguração do prédio próprio da instituição em 1958 onde muitos jornais escrevem a respeito, com ênfase no jornal A Cruzada.

Segundo Carlo Ginzburg, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”(GINZBURG, 1989, p. 177). Assim, em alguns momentos da minha pesquisa me utilizo do paradigma indiciário formulado por esse autor para poder compreender o silêncio dessas fontes.

Partindo desse conceito juntamente com o de Le Goff comecei a trabalhar com os silêncios presentes em minha caminhada e a questionar as presenças e ausências de/nas fontes, exercitando algumas habilidades necessárias ao historiador.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram fichas catalográficas, gravador, fitas cassete e máquina fotográfica para apreensão de imagens e de textos publicados nos jornais e revistas a respeito da instituição e do médico.

A pesquisa sobre instituição se assemelha a um quebra-cabeça que precisa ser decifrado. Uma vez dentro da instituição é necessário fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares. Com essa finalidade a dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro, *Preparando o terreno*, trata das questões sobre o higienismo, a proteção, a assistência e a educação da criança sergipana e sobre a atuação do médico Augusto Cesar Leite através da sua intervenção e das lutas travadas por ele nesse campo, ressaltando as suas iniciativas visando à permanência e o reconhecimento no campo médico-assistencial sergipano.

¹⁶ Verifiquei todos os pacotes de 1946 a 1958, data em que a Casa Maternal passa a funcionar em prédio próprio, e nada foi encontrado.

O segundo capítulo, “*Uma obra do coração*” apresenta a instituição a partir da sua fundação em prédio próprio em 1958, passando a funcionar como Casa Maternal até a década de 1970 quando houve o afastamento do fundador e até então diretor Augusto César Leite. Nesse capítulo focalizo a organização e o funcionamento da Casa Maternal, além das questões arquitetônicas e disciplinares que fizeram dessa instituição um modelo de internato até então desconhecido no meio sergipano.

No terceiro e último capítulo, *Reminiscências do passado*, trabalho com as memórias e os depoimentos das moças atendidas pela instituição e da primeira Assistente Social, buscando contar a mesma história só que sob outra ótica, a de quem trabalhou e a de quem se beneficiou dos serviços prestados pela instituição, além de verificar a sua importância, naquele momento, na vida de adolescentes desamparadas com seu filho nos braços.

CAPÍTULO I

PREPARANDO O TERRENO

“Meus senhores: Estou já a planejar outra obra, que se construiria ali, bem em frente de nós, dentro desta mesma quadra ajardinada, destinada à instalação de um centro de puericultura, com feição própria, decorrente das necessidades de nosso meio e das facilidades sem par, que lhe podem assegurar os vários serviços clínicos desta Instituição, com o seu corpo de especialistas, os seus laboratórios e os seus departamentos de Raios X. longe bastante, desses serviços clínicos, para lhes fugir dos perigos; bastantes próximos, para deles tirar o máximo proveito.

Levaríamos para ali, o que já temos – o consultório de higiene prenatal, o de higiene infantil e o serviço de imunização. Ali colocaríamos, também, o nosso lactário e o serviço de partos em domicílio. Igualmente, o Serviço Social. Iríamos bem mais adiante.

Incrementariamos esses serviços, e criaríamos, na obra que há de vir, um consultório pré-nupcial, um pequeno laboratório, [...] banhos de luz, cantina, escola de mães e refúgio maternal. [...]

Poderíamos obter, obteríamos, com certeza, desse novo órgão, em íntima conexão com a Maternidade e os departamentos clínicos da Casa, um trabalho social mais amplo, mais profundo e de sentido muito mais humano.

Utopia talvez, para mim, tudo isso. Realidade, tudo isso, amanhã, sem dúvida, para todos vós. [...]”

Augusto César Leite (Discurso de Inauguração da Maternidade Francino Melo, 1946)

“Uma maneira deveras eficiente de combate à mortalidade infantil [...]; Um meio de prevenir o abandono do filho [...]; Enfim, uma maneira de proteger e educar [...]”¹⁷. Eram esses os objetivos aos quais se propôs o médico sergipano Augusto César Leite e um grupo de senhoras ao fundarem a Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, no ano de 1947. Uma instituição de caráter filantrópico preocupada com os problemas médico-sociais relacionados à maternidade e à infância, que acreditava não ser possível a proteção à infância sem proteção adequada à maternidade e vice-versa.

As questões com o cuidado e a educação das crianças podem ser verificadas desde o século XIX¹⁸, quando os médicos brasileiros voltavam suas atenções para os problemas de ordem social e incluíam também algumas questões de formação sistematizada das novas gerações, ou seja, da educação escolar. Elegendo a higiene como o ramo da medicina que se ocupava dos objetos sociais.

A higiene, de sua parte, era apresentada como uma verdadeira arte, um modo de fazer o homem e a sociedade novos. Era representada como a legítima arte de civilizar, para o que articulava medicina, higiene e educação escolar; combinatória descontínua e complexa capaz de fazer emergir uma cidade e uma população higienizadas. (GONDRA, 2004, p. 470)

Até então a prática educacional que ocorria no Brasil entre as famílias mais abastadas era a educação doméstica. Uma prática utilizada pelos membros da elite econômica para educar seus filhos, que se caracterizava como aquela que ocorria na casa

¹⁷ Esses objetivos foram retirados do Livro de Atas da Instituição, mais precisamente da Ata da Sessão de Fundação, Aprovação dos Estatutos e Posse do Conselho Deliberativo da Diretoria da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, em 26 de Março de 1947.

¹⁸ Anterior a esse período os estudos referentes ao atendimento de crianças no Brasil mostram que as primeiras preocupações se deram no século XVI, quando os jesuítas tinham interesse em catequizar e instruir os nativos e órfãos vindos de Portugal. Daí até meados do século XIX, o atendimento de crianças longe das mães, em instituições como creches ou parques infantis, praticamente não existia no país. Apenas as crianças órfãs eram recolhidas nas “rodas dos expostos” existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII. Para maiores informações sobre essa instituição ver: MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). **História social da infância no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

dos aprendizes e que era ministrada por um mestre contratado pela família, para prover não só a instrução, mas também uma educação moral.

Os agentes dessa educação eram chamados de mestres, professores particulares ou preceptores. E muitas vezes para serem contratados colocavam anúncios nos jornais a fim de disponibilizar os seus serviços. O método mais usado por eles era o método individual¹⁹ por ser o mais adequado à educação doméstica.

Mas esses métodos podiam variar muito de acordo com a clientela, já que existia uma distinção entre a educação ministrada para meninos e meninas. Para eles, valorizavam-se os atributos intelectuais e para elas, os manuais, além da diferença no tempo de duração para a instrução de ambos. “Por certo, o que se exigia ou oferecia às meninas eram as “boas prendas”, civilidade e religião, ler e escrever, línguas francesa e inglesa, bordar, coser e tocar cravo”. (VASCONCELOS, 2005, p. 09).

Apesar dessa distinção de gênero na educação, essa prática só passou a ser preocupação a partir de Oitocentos, pois segundo Àries²⁰(1981) a ausência de um sentimento de infância é identificado até o final do século XVIII. Na Idade Média não existia um sentimento de infância que distinguisse a criança do adulto. Ela era considerada um adulto em miniatura e o que importava é que crescessem rápido para participarem dos trabalhos e atividades.

No século XIX, a criança nobre torna-se fonte de alegria dos adultos, surge um sentimento de dor e piedade pelas crianças que morriam e os retratos dos filhos falecidos e vivos eram conservados. A aproximação pais-criança gerou o sentimento de família e infância que antes não existia.

O sentimento moderno de infância correspondia a duas atitudes antagônicas dos adultos. A primeira que considera a criança ingênua, inocente e pura, que é traduzido pelo que Àries chamou de “paparicação”. A segunda se contrapõe a ela e toma a criança como

¹⁹ Nesse método cada aluno era atendido individualmente pelo professor tanto no que se refere aos conhecimentos ensinados, a observação de seus progressos e as tomadas de lição.

²⁰ Philippe Àries trabalha com essas idéias no seu livro *História Social da Criança e da Família*, obra que foi sem dúvida um “divisor” na historiografia mundial, na qual ele se utilizou de uma grande variedade de fontes, tais como a Literatura e a Arte, colocando a infância dentro da discussão histórica e inspirando outros estudos sobre esse tema.

um ser imperfeito e incompleto que precisa de moralização e da educação dada pelo adulto. É justamente aí que se faz necessária a educação, especialmente a doméstica, já que se acreditava que a educação oferecida pelo Estado nos colégios iria “desencaminhar” as crianças da elite, a partir do contato e da convivência que teriam com as crianças menos favorecidas, sem citar o preconceito e o medo que os pais tinham quanto a questões de saúde e disciplina e pela representação que a educação na casa possuía como diferenciação social.

Nos educadores do Brasil Oitocentista a concepção de criança estava voltada para a consideração de suas capacidades e possibilidades, atribuindo aos mestres a responsabilidade sobre sua formação.

[...] a infância não tinha ainda um estatuto próprio de cuidados, comportamentos, sentimentos e ações, e pouco a pouco a idéia de crianças boas e más vai dando lugar à concepção de indivíduos que poderiam ser melhorados e modificados através da educação, que parecia constituir-se, já naquele momento, no grande desafio de pais, mestres, médicos e políticos. (VASCONCELOS, 2005, p. 177).

Aos meninos era ensinado o Latim, o Grego, a Retórica, a História, a Geografia, Astronomia, Aritmética, Álgebra, Trigonometria, Lógica, Física e Metafísica, além de instruções das obrigações de cidadão e cristão. Uma educação voltada para o desenvolvimento de uma postura viril que lhes garantia o desenvolvimento pleno da capacidade intelectual e visava o seu ingresso em instituições reconhecidas na época para concluírem a sua formação.

As meninas eram ensinadas a ler, escrever, fiar, coser, bordar e tocar piano.

[...] a educação das meninas, padecia de ambigüidade, pois ao mesmo tempo em que as circunscrevia no universo doméstico, incentivando-lhes a maternidade e estabelecendo o lar como seu domínio, as habilitava para a vida mundana, favorecendo-lhes elementos para brilhar em sociedade. (MAUAD, 2000, p. 155).

Para elas contratava-se geralmente uma preceptora²¹, caso essa não preenchesse todos os requisitos educacionais, a família contratava também um mestre. Mas para eles, eram sempre contratados professores homens.

A educação doméstica voltada para as elites no século XIX era reconhecida como a modalidade mais adequada de ensino dos meninos e meninas até uma certa idade. Porém, essas práticas eram acessíveis a poucas pessoas e seus métodos, procedimentos e conteúdos estavam descentralizados.

Com a influência das idéias européias os dirigentes do país priorizaram a centralização e decisões educacionais, interferiram nas práticas educativas que existiam, foram de encontro ao modelo de educação existente e aos interesses da elite dominante, que “julgavam essas medidas como uma afronta intervencionista ao poder que até então era exclusivamente da Casa: decidir, contratar, fiscalizar e deliberar sobre a educação de seus filhos” (VASCONCELOS, 2005, p. 195), inaugurando o processo de resistência que vai perdurar ao longo dos Oitocentos.

Lentamente, as elites percebem que podem se associar ao Estado e dividir com ele as atribuições educativas. Apoiando-o, colaboram para que a escola estatal se firme e se amplie, transferindo a educação de seus filhos na Casa para a escola. Assim, ocorre o anúncio do século XX como cenário no qual a escola foi hegemônica.

Visando à centralização do ensino, o governo procurou privilegiar alguns agentes, tais como presidentes de províncias, bispos, juízes, médicos, chefes de polícia, professores e os empregados públicos dos diversos setores. Cabia aos professores um papel especial, que era diferenciar-se daqueles que se ocupavam da educação doméstica e constituírem um quadro especializado. Para isso, são estabelecidas algumas regras, entre elas a de que o professor, não mais sob a vigilância da Casa, deveria ser fiscalizado pelo governo do estado, a fim de que cumprisse os deveres estatuídos.

²¹ Geralmente mulheres estrangeiras que tendo recebido educação esmerada, muitas vezes também doméstica, vendo-se em decadência financeira eram obrigadas a se aventurar em países distantes e se ocupar da única posição profissional aceita ao sexo feminino para sobreviver. Em Sergipe existem alguns estudos que comprovam a contratação e permanência de preceptoras no Estado. Sobre esse assunto ver: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial; Scortecci Editora, 2005.

Com essa mesma perspectiva de consolidação dos agentes, cria-se em fevereiro de 1854 a Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Tinha como atribuições inspecionar as escolas, realizar exames perante o inspetor atestando os conhecimentos dos alunos e a concessão de licenças para os professores.

Apesar de todos os esforços do governo, as elites não abriram mão dos professores particulares e preceptores, e as formas de educação doméstica e de educação escolar permaneçam concomitantemente durante todo o período Imperial.

Considerando que o século XIX foi aquele em que a escola formal instituída, seja ela estatal ou particular, afirmou seu estatuto de posturas e possibilidades, destituindo progressivamente do lugar ocupado à educação na casa, apropriando-se dele e mudando suas concepções, pode-se dizer que tal mudança encaminhou o que iria ocorrer no devir e caracterizou o século XX como o cenário em que a escola, como instituição de educação e ensino, foi vitoriosa e hegemônica. (VASCONCELOS, 2005, p. 225).

Com a expansão da medicina, a escola e a educação não são esquecidas, ao contrário, acreditava-se que para formar as novas gerações seria necessária uma intervenção não apenas no espaço público da escola, mas também, no espaço privado da casa, portanto, pais e mestres se constituem nos principais destinatários das prescrições médicas quando se trata de educação. Percebe-se então,

[...] a presença de um discurso médico-científico que procurava normatizar a escola a partir de uma clínica médica. Desse modo, os doutores brancos, letrados e da elite prescreveram um tratamento cuidadoso e minucioso para a escola, de modo a poder formar um indivíduo higienizado, sem vícios. Um indivíduo normalizado e normalizador, equipado com a nova sensibilidade. (GONDRA, 2004, p. 478)

Essa ordem médica no interior da educação escolar pode ser compreendida tanto como defesa da necessidade de escolas, como um modo moderno ou iluminista de instalação desse novo modelo de formação de homens. Pois, educar nessa perspectiva, passava a exigir a invenção de uma nova organização a ser instalada em obediência aos

imperativos da nova sociedade que se queria fundar, na qual a escola deveria concorrer para favorecer o estabelecimento de um processo de formação a longo prazo e que constituísse em uma experiência útil à nova ordem. “A escola, dessa forma, foi elevada à condição de lugar de produção de um sujeito sadio e, por extensão, de uma sociedade curada/higienizada; em outras palavras, de uma sociedade regenerada por intermédio da organização escolar, assim inventada pelos médicos”. (GONDRA, 2004, p. 479)

Dessa maneira, a higiene forneceria o modelo de organização escolar baseado na razão médica, retirando assim do espaço privado o monopólio sobre a formação da infância concebendo a educação como um remédio que seria responsável pela instalação de uma nova era, uma era civilizada.

A construção de uma ordem civilizada nos trópicos constituiu-se em um sonho dos homens da ciência médica no Brasil do século XIX. Homens cujos olhos e ouvidos voltados para um mundo considerado civilizado recusavam-se a aceitar a vida e a parte das condições do país em que viviam e no qual muitos deles haviam nascido e se formado. (GONDRA, 2000, p. 543).

[...]

Esse movimento, rumo a uma remodelação da escola, tinha no horizonte a utopia de produzir uma sociedade escolarizada, regenerada e homogênea. Uma escola e uma sociedade higienizada. (GONDRA, 2000, p. 544).

Isso só seria possível através da educação, pois, que educar e civilizar convergia para um único fim, que seria o de produzir um futuro regenerado e sem vícios fundamentado no discurso da racionalidade médico-higiênica.

Consoante Norbert Elias, “Até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo.” (ELIAS, 1994, p. 25). Assim a civilidade torna-se uma pedagogia do comportamento privado e também público ao combinar a aprendizagem das boas maneiras com as bases da instrução elementar. O processo civilizador seria então uma transformação de estruturas individuais.

Espera-se que as crianças atinjam um nível de controle das emoções, que formem certos padrões de vergonha, comedimento e pudor capazes de lhes auxiliar no recalque das pulsões – que quer dizer crescimento, habilitando-as ao convívio social. (LEÃO, 2007, p. 11)

A proposta higienista visava o desenvolvimento de ações profiláticas voltadas para a constituição de uma sociedade saudável e submetia as crianças a um treinamento que por meio da regularidade de hábito aprendessem a ser disciplinadas com a pretensão de se produzir sujeitos higiênicos, higienizados e higienizadores, ocorrendo assim à união do Estado com a Medicina.

Para o Estado, a educação assumiria um cunho nitidamente social, tomando para si a incumbência do educar. Para a medicina, a criança passa a ser vista sob a ótica da higiene social, que elegia a proposta higienista como razão para a proteção de todas as crianças. “Assim o discurso médico interveio socialmente, prescrevendo medidas educacionais que pretendiam conformar o social para fins determinados, como higienizar as práticas escolares”. (GONDRA, 2004, p. 13)

Esse movimento em prol da educação e higienização dos corpos e mentes contava com o respaldo de médicos, bacharéis e educadores. E por meio da escola, esperava-se conduzir o país a reformas que gerassem progresso e desenvolvimento, colocando-o na condição de “nação moderna”. No campo educacional, modernidade significava incorporar métodos científicos às práticas pedagógicas.

No contexto republicano, a sociedade passou a adquirir novos padrões de vida. A urbanização e a industrialização contribuíram para o processo de crescimento e mudanças de valores sociais. Concomitantes à nova organização social, surgiam as discussões sobre a valorização da infância como uma fase em que a criança desenvolve suas potencialidades e era a Escola o espaço de desenvolvimento dessas habilidades. Assim, o ideal republicano, que visava à modernização e reorganização do país, passou a preocupar-se com o ensino, ao qual era atribuído um caráter de importância na formação social e educativa da população.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por questões que se voltavam para o processo educacional do país. O imaginário da escola era povoado pelos princípios

“escolanovistas” e as mudanças ocorridas na educação eram motivos para se acreditar numa nova dinâmica que impulsionava as relações escolares. “O aluno assumia soberanamente o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar. A escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil.” (VIDAL, 2000. p. 498).

Esses ideais eram algumas das preocupações dos intelectuais brasileiros que, preocupados com os problemas educacionais do país, resolvem criar uma associação na qual pudessem discuti-los. Foi com esse propósito que em outubro de 1924, um grupo de treze intelectuais cariocas fundaram, em uma sala da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE).

[...] organizar nacionalmente a ABE era, da perspectiva de Heitor Lyra, transformá-la em um “órgão legítimo de opinião das classes cultas” sobre questões educacionais. Isto dependia da organização de diversos núcleos regionais em intercâmbio e coordenação voltados para estudos, debates, inquéritos, etc. (CARVALHO, 1998, p. 63).

Esse movimento em prol da renovação da área educacional se constitui a partir de 1920 na intelligentsia²², que no início trabalhava no sentido de organizar a sociedade civil. Tinha como principais representantes: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, e se auto-denominaram os “Pioneiros do movimento renovador”.

Para muitos daqueles moços, herdeiros das mazelas e das incertezas do pós-guerra começava a ser apresentada à oportunidade de intervir nos negócios públicos, mas também de revelar a sua capacidade e a sua força. Aí se forjava, em meio a pequenos e ocultos dramas pessoais, a geração de 30. Aí se constituía, também, a consciência de um destino. (NUNES, 2000, p. 83).

Essa geração era quase toda constituída de autodidatas. Agremiados na ABE para discussão e debates dos problemas educacionais do país, e à frente das Diretorias de

²² Esse conceito tem como núcleo a compreensão do intelectual como ator político coletivo.

Instrução Pública, esses intelectuais foram se classificando para o tratamento técnico-científico das questões da educação. Foi assim que se tornaram os primeiros “profissionais” da educação e defenderam a necessidade de implantação de um sistema público de ensino, em todos os graus, como o único capaz de atender democraticamente toda a população.

Como serviam de base à disseminação dos valores sociais e atendiam aos apelos da sociedade moderna, os ideais da Escola Nova provocaram uma ampliação das discussões acerca da educação e em 1932, “o programa educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, prevê o desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins de infância)”. (KUHLMANN, 2000, p. 482).

No movimento educacional renovador, um dos documentos mais importantes do período no decorrer dos anos 1930, foi o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932) que trazia um quadro das relações entre a organização familiar e a escola, mas nas entrelinhas, a diretriz política para a consolidação da nova sociedade.

A Escola Nova marcou o cenário nacional nas décadas de 1930, 1940 e 1950, com propostas inovadoras em oposição ao ensino tradicional existente. Com ela, a ciência ganhou espaço norteando as diretrizes escolares e agregando conhecimentos da Psicologia e da Sociologia às práticas pedagógicas da época. Surgiu advogando as idéias de modernização iniciadas já no século XIX.

Essas idéias se difundiram por todo país e, em Sergipe, na década de 30 foi inaugurada a Inspetoria de Higiene Infantil, anexa à Casa da Criança de Sergipe, sob a responsabilidade do médico Helvécio de Andrade. Essa instituição permaneceu lá até a década de 1940, passando a funcionar posteriormente em outro prédio.

Em 1931, encontrava-se em andamento a construção da Casa da Criança de Sergipe, instituição que nasceu com o intuito de atender à infância sergipana. Nela, conjugava o atendimento à saúde sob a responsabilidade da Inspetoria, e o educacional com a atuação do Jardim. (LEAL, 2004, p. 22).

Além do impulso proporcionado pela Escola Nova, o momento político por qual passava o país era propício aos incentivos no tocante às questões infantis. Na década de 1940, surgem algumas iniciativas oficiais dentro da estrutura burocrática do Governo Vargas. Dentre essas, a criação do Departamento Nacional da Criança²³ (DNCr), órgão ligado ao Ministério da Educação e Saúde, criado para desenvolver uma política de proteção médico-social à maternidade, à infância e à adolescência e à Legião Brasileira de Assistência (LBA) fundada em 1942, como órgão federal de assistência social e apoio aos pracinhas e suas famílias.

Segundo Freitas, “a maneira de o Estado olhar para o adulto, atual trabalhador, ou para a criança, futuro trabalhador, expressa a vontade de transformá-los em seres sadios e úteis ao progresso da nação. A intenção estatal é enquadrar e controlar gestos e atitudes através da imposição de hábitos higiênicos e morais aos indivíduos e às suas famílias.”(FREITAS, 2003, p. 76) Nessa perspectiva a educação e a saúde são utilizados como instrumentos colaboradores da transmissão dos ideais autoritários desse Estado.

A formação de bons hábitos higiênicos e morais faz com que as escolas disponham em seus programas estudos sobre a puericultura e a higiene geral. A escola passa a ser o agente de transmissão da ordem e da moral dominantes. Uma ordem e moral que expressem, de um lado, as idéias de saneamento urbano, de eugenia, de criação de hábitos morais adequados, de atitudes controladas, todas como condições necessárias ao bom desempenho de um país capitalista, que necessita formar sua classe trabalhadora; e de outro, a superioridade racial e social da elite, necessária para a manutenção do *status quo* adquirido. Educação e saúde servem, dessa maneira, para formar crianças que se adéquem à ordem e à moral impostas pela classe dominante. (FREITAS, 2003, p.76)

²³ O Departamento Nacional da Criança (DNCr) foi criado em 1940 pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Tinha como objetivo unificar os serviços relativos à higiene e assistência social da maternidade e da infância. Algumas de suas atribuições eram as realizações de inquéritos, estudos e divulgações referentes ao estímulo, a orientação e o auxílio financeiro aos governos estaduais e à iniciativa privada. Fiscalizava, ainda, as instituições existentes por todo país. Para maiores explicações ver : KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Constata-se que o ideal de higienização no Brasil se utilizou do processo de intensificação de iniciativas de políticas públicas assistenciais dentro do contexto Republicano e da proposta educacional da Escola Nova para pôr em prática suas propostas em prol da “construção de uma sociedade moderna”. Algumas dessas idéias foram abraçadas por pessoas que delas se utilizaram para defender um cuidado e uma escolarização para as crianças no século passado, a exemplo do médico sergipano Augusto César Leite.

1.1. Médico, educador e benfeitor: Augusto César Leite.

Augusto César Leite²⁴ (Figura 1) foi um importante médico-cirurgião em Sergipe. Nasceu no município de Riachuelo em 30 de Julho de 1886. Cursou medicina na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se no ano de 1909. O médico não limitou suas atividades somente à clínica. Entre os cargos que exerceu foi Diretor da Escola de Aprendizizes e Artífices²⁵ no período de 1910 a 1916 do qual foi exonerado por ter sido nomeado a 24 de julho do mesmo ano, professor catedrático de História Natural do Ateneu Sergipense. Exerceu ainda cargos políticos, foi Deputado Estadual (1926), Deputado Federal (1933 – 1934) e Senador da República (1934 – 1937).

²⁴ Sobre esse médico sergipano verificar algumas obras que versam sobre a sua biografia: ALMEIDA, Marcos. **Dr. Augusto Leite** “Um jeito sublime de ser”. Aracaju: Nossa Gráfica, 2008. e BARRETO, Luiz Antonio. **Personalidades Sergipanas**. Aracaju: Typografia Editorial, 2007. p. 99-106.

²⁵ Antiga Escola Técnica Federal de Sergipe, hoje CEFET. Sobre essa instituição ver Dissertação de Mestrado defendida no NPGEd – UFS: PATRÍCIO, Solange. **Educando para o trabalho: a Escola de Aprendizizes e Artífices em Sergipe (1911-1930)**. São Cristovão, SE, 2004. Dissertação de Mestrado.

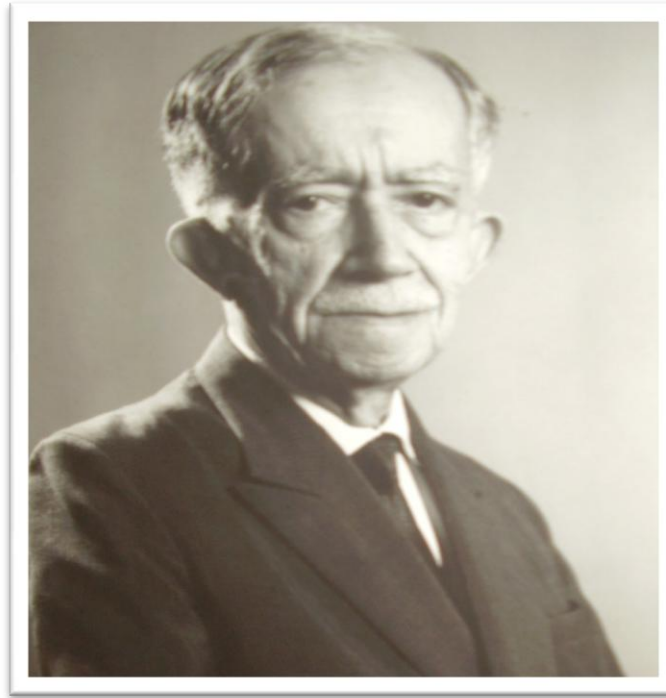


Figura 01: Augusto César Leite. Fonte: Arquivo da Casa Maternal Amélia Leite. Sem data.

Proveniente de família abastada e de relevante prestígio social, iniciou suas atividades como clínico no interior do Estado e em menos de um ano já estava na capital, trabalhando no único hospital que havia – o Santa Isabel²⁶ - a convite do Desembargador Simeão Sobral.

Em 1913, viaja para a Europa, onde permaneceu por seis meses em Paris, a fim de encaminhar seus estudos para a Clínica Cirúrgica onde fez um curso particular de técnica operatória na Escola Prática da Faculdade de Medicina. Quando retornou a Sergipe voltou ao Santa Isabel onde permaneceu até 1926, quando inaugura juntamente com o então Governador do Estado, Dr. Graccho Cardoso, o Hospital de Cirurgia (Figura 2). “Em 02/05/1926, surgia no antigo areal do Thebaidinha o que é até hoje o maior hospital de Sergipe. A inauguração foi realizada em clima de grande festa, com a presença entre outras

²⁶ O Hospital Santa Isabel era o único da capital sergipana da época e se encontrava em péssimas condições. Até então Sergipe possuía uma rede de hospitais de caridade, dentro do antigo modelo asilar. Mesmo o Santa Isabel sendo o maior entre eles, ainda não possuía a confiança da população. Segundo Santana, “esses hospitais eram na verdade, instituições muito mais voltadas para a assistência religiosa do que para assistência médica. O hospital era o espaço onde se ia morrer”.(SANTANA, 2005, p. 223)

autoridades, do governador do Estado e do Bispo Diocesano Dom José Tomaz.” (SANTANA, 2005, p. 230)



Figura 02: Hospital de Cirurgia. Fonte: Arquivo da Casa Maternal. Sem data.

Médico voltado para os problemas sociais, “Augusto Leite compartilhou por muito tempo da idéia de que a assistência médica era tarefa da filantropia, da caridade e da misericórdia de alguns homens”(SANTANA, 2005, p. 229). Esse foi um dos motivos que o levou, ao longo de sua vida, a dedicar-se à pobreza sergipana e a exercitar esses atributos citados. Um exemplo é o seu discurso na festa de comemoração dos trinta anos do Hospital de Cirurgia.

Inaugurado o Hospital de Cirurgia, poderia ter circunscrito e modelado seus serviços e atividades ao meu bel prazer, à feição dos meus interesses pessoais. Poder-lhe-ia ter dado uns tons levíssimos de “clínica particular”. Teria deixado de importunar tanta gente, tantos amigos!... Senadores, deputados... A lista é infindável. Nada disso, entretanto, me tentou. Ao contrário, jamais consenti que o Hospital de Cirurgia me pagasse, como quer que fosse, um dia de trabalho pelo menos.

[...]

Não amealhei vintém. Tenho hoje o que tinha há trinta anos atrás. Conservo apenas o que veio dos meus pais e dos pais da minha senhora, patrimônio esse que, espero em Deus, transferir inteiro aos meus netos.

[...]

Perdi, meus colegas e meus senhores, perdi, certamente, com isso, uma fortuna. Estou satisfeito. Ganhei em troca um tesouro – O Hospital de Cirurgia, que é vosso, que é de todo o mundo e que não tem preço. (LEITE, 1966, p. 99)

Através desse discurso e de suas obras fica evidente a sua preocupação com os problemas sociais que assolavam a população mais carente da época.

O médico Augusto Leite foi sem dúvida uma figura notável e ímpar no cenário da medicina e do assistencialismo em Sergipe. Através de sua atuação como cirurgião e de suas obras, conseguiu o que apenas alguns médicos sergipanos na época conseguiram: o respeito por parte dos seus pares e o reconhecimento de toda sociedade. Porém, para alcançar o reconhecimento e a permanência no campo no qual estava inserido teve que enfrentar algumas disputas políticas. Afinal o campo médico sergipano foi ao longo de sua formação, cenário de disputas pelo reconhecimento e legitimação entre seus concorrentes, a iniciar pela necessidade que sentiam em se organizar dentro de uma sociedade que aglomerasse todos que estivessem envolvidos com a medicina no Estado.

Foi partindo dessa necessidade que em 15 de outubro de 1910 foi fundada a “Sociedade de Medicina de Sergipe” com seus estatutos aprovados e publicados em jornal. Segundo Santana, “era uma entidade de pretensões científicas que abrangia além de médicos, os farmacêuticos e dentistas, centrava-se nas discussões de casos clínicos”. (SANTANA, 2006, p. 01)

Compuseram a primeira diretoria dessa Sociedade, os médicos: Daniel Campos como presidente; Helvécio de Andrade como 1º secretário; Augusto Leite como 2º secretário e Pimentel Franco como tesoureiro. Entretanto, essa primeira Sociedade de Medicina de Sergipe teve vida curta. Em 24 de setembro de 1911, com pouco mais de um ano de fundada é dissolvida.

Uma segunda tentativa de organização dos médicos em Sergipe surge com a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe em 14 de julho de 1919. Teve como seu primeiro presidente o Dr. Francisco Fonseca e como 1º secretário Dr. Eronides de Carvalho.

A Sociedade de medicina e Cirurgia de Sergipe representou importante força política no final da década de 1920 e terá papel decisivo na definição das políticas de saúde no Governo Graccho Cardoso, sobretudo na construção do hospital de cirurgia. Nesse momento, estava na presidência o Dr. Augusto Leite, que consegue reunir sob sua liderança quase totalidade dos médicos de Sergipe. (SANTANA, 2006, p. 01)

Apesar dessa segunda tentativa ter durado mais tempo que a primeira, também não teve continuidade. Em 27 de junho de 1937, a classe médica sergipana se reúne em Assembléia Geral e delibera a fundação da atual Sociedade Médica de Sergipe. Em 22 de agosto ocorre a Assembléia Geral para aprovação dos Estatutos da Sociedade e em 31 de outubro de 1937 toma posse a primeira diretoria da recém criada Sociedade composta por Dr. Augusto Leite como presidente; Dr. Oscar Freire como vice-presidente; Dr. Juliano Calazans Simões como 1º secretário; José Machado de Souza como 2º secretário; Dr. João Garcia Moreno como orador; Dr. Josafá Brandão como tesoureiro; Dr. Joaquim Fraga Lima como Bibliotecário arquivista e os doutores Benjamim Carvalho, João Firpo Filho e Lourival Bomfim que compuseram o conselho fiscal. Estava formado assim o campo legitimado dessa categoria.

Consoante Pierre Bourdieu, o *campo* seria um espaço de relações de forças, espaço de convivência dos indivíduos e de disputa entre eles, assim,

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa as imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a esta, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. (BOURDIEU, 2004, p. 20)

Esse autor substitui a noção de espaço pela de campo, entendendo este como uma estrutura própria e relativamente autônoma em relação aos outros espaços sociais. Nele as posições das pessoas estavam fixadas a priori e esses agentes no campo tinham uma finalidade e se estruturavam a partir da distribuição desigual dos *capitais cultural, social, econômico e simbólico*. “Os campos são lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas”. (BOURDIEU, 2004, p. 20)

Além do conceito amplo de campo, esse sociólogo também trabalhou especificamente com o de *campo científico*, que seria aquele no qual se produzem bens que serão consumidos pelos próprios concorrentes.

O campo científico é um jogo em que é preciso munir-se de razão para ganhar [...] Ele produz e encoraja, por sua lógica própria, e à margem de qualquer imposição normativa, formas de comunicação particulares, como a discussão competitiva, o diálogo crítico, etc., que tende a favorecer de fato a acumulação e o controle do saber. (BOURDIEU, 1990, p. 46)

Por isso a necessidade intrínseca do corpo médico sergipano em fundar uma sociedade na qual pudessem se agremiar para discutir e refletir os problemas que assolavam a saúde do Estado, bem como um espaço de visibilidade no qual poderiam, através dele impor respeito e reconhecimento diante de toda população, já que eram os detentores do saber científico.

Percebe-se que, desde a primeira tentativa de organização da Sociedade Médica de Sergipe, o nome de Augusto Leite está presente. Na primeira tentativa, em outubro de 1910 aparece como 2º secretário. Na segunda, em 1919, aparece como secretário, sendo posteriormente nomeado presidente e na terceira e última, em 27 de junho de 1937, é eleito presidente.

A busca do reconhecimento dentro de um determinado campo entre os pares é de tamanha valia para o homem que muitas vezes se faz necessário ir ao embate. Com Augusto Leite não podia ser diferente, além da fundação da Sociedade Médica, o referido cirurgião esteve envolvido em duas querelas que foram publicadas nos jornais. A primeira,

que envolvia ele e o médico Helvécio de Andrade e aconteceu por volta de 1918. A outra, um pouco mais tarde, em 1937, entre Augusto Leite e o Hospital Santa Isabel, representado pela pessoa do Almirante Amyntas Jorge.

A que envolve Augusto Leite e Helvécio de Andrade diz respeito a um desentendimento clínico que resultou na morte do paciente Ewerton Coelho.

O jovem, filho do comerciante Estevam Pereira Coelho, foi acometido por uma doença quando morava em São Paulo. Sem condições financeiras para o tratamento, volta a Sergipe para a casa dos pais. O comerciante solicitou os préstimos de Augusto Leite que diante do caso clínico instável resolve pedir a colaboração de mais quatro amigos médicos, Josapha Brandão, Francisco Fonseca, Rodrigues da Costa Dórea e Berílio Leite, que concordaram com o mesmo parecer: o paciente era sífilítico e portador de nefrite.

O tratamento para estes casos segundo os médicos citados era a aplicação de pequenas doses de um mercúrio específico. Todavia, a medicação não surtiu o efeito desejado e a família de Ewerton Coelho resolve convidar o médico Helvécio de Andrade, que trabalhava com a homeopatia, já que viam esta como uma alternativa válida diante da doença do jovem.

Com o convite da família, o procedimento do médico homeopata foi suspender a medicação prescrita por Augusto Leite. Segundo ele, o tratamento não era adequado e pediu que levassem o enfermo a Salvador. Debilitado pela moléstia o jovem não resistiu e faleceu em 12 de abril de 1918.

Ao tomar conhecimento do falecimento, Augusto Leite foi até a família Coelho prestar sua solidariedade, mas foi recebido com repúdio e acusado de ser o responsável pela morte do rapaz.

Certo do erro médico de Augusto Leite, o comerciante com o apoio dos advogados Joaquim do Prado Sampaio e Edgar Coelho, moveu uma ação judiciosa contra o médico alopata. Presume-se que Helvécio de Andrade tenha desmerecido o trabalho de Augusto Leite, mas não se sabe até que ponto isso aconteceu. Mas foi a partir desse fato que se

formou uma polêmica entre os dois renomados profissionais e que envolveu quase toda a classe médica sergipana.

Na lápide do túmulo de Ewerton Coelho, a família inscreveu alguns versos de Camões, extraídos dos *Lusíadas*, para marcar o episódio e condenar a atitude do médico Augusto Leite. “Mas debaixo do veneno vem coberto, segundo foi o engano descoberto. Oh! Caso grande estranho e não cuidado”²⁷. Diante da acusação Augusto Leite contratou os advogados Leonardo Gomes de Carvalho Leite, Oscar Hora Prata e Adolpho Ávila Lima para defendê-lo no processo judicial iniciado pela família Coelho.

Augusto Leite não encontrava respaldos contrários à sua medicação e em contrapartida processou Helvécio de Andrade, assegurando que o homeopata lhe havia feito falsas acusações à família Coelho.

Em 09 de julho Augusto Leite fez um convite à sociedade aracajuana para ouvi-lo no Auditório da Biblioteca Pública de modo a proferir sua defesa.

A imprensa ficou muito envolvida com o episódio e muitos artigos foram publicados referentes a esse fato.

Compareceu quase toda a sociedade médica de Sergipe, bem como o Governador do Estado, políticos, o Bispo D. José Gomes da Silva, exceto Helvécio de Andrade cuja ausência foi lembrada pelo conferencista que após declamar sua defesa justificando o tratamento utilizado no caso de Ewerton Coelho incitou a platéia a julgar o caso.

Durante a preleção dizia Augusto Leite que o relatório enviado por Helvécio de Andrade à família Coelho era o retrato moral de sua incompetência e que nele havia estampado “sua ignorância desmarcada, inconcebível e diluvial” (O LUCTADOR, 1919, p. 54). As trocas de injúrias refletiram, acima de tudo, um combate para reaver a autoridade científica e a capacidade profissional no campo.

Augusto Leite foi ovacionado como símbolo de apoio das pessoas e foi convocado a publicar sua preleção. Em 15 de julho de 1919, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de

²⁷ Inscrições da lápide do túmulo de Ewerton Coelho no cemitério Santa Isabel.

Sergipe desconsiderou a acusação feita a Augusto Leite e afirmou a inexistência de erro terapêutico.

Helvécio de Andrade, por sua vez, também teceu uma defesa explicitando as razões pelas quais resolveu intervir no tratamento indicado por Augusto Leite. Retaliou as acusações recebidas e afirmou que não culpou o referido companheiro de profissão pela morte de Ewerton Coelho e que se sentia caluniado pelas afirmações feitas em público contra seu procedimento médico e contra sua dignidade moral. Helvécio de Andrade não foi delicado em sua refutação e se sentiu indignado por não ter recebido o apoio da classe médica, pois que o mercúrio já era reconhecidamente um tratamento defasado por causar mais males que benefícios à saúde quando ingerido.

Diante do fato relatado, a intenção não seria determinar o culpado, mas evidenciar que o campo médico sergipano não estava alheio a conflitos e lutas pelo poder, e que seus atores se utilizavam dos “capitais” que possuíam para alcançarem seus objetivos.

Utilizando o conceito de *capital* também desenvolvido por Bourdieu, pode-se entender melhor essas estratégias utilizadas no campo. Segundo ele existem vários tipos de capital, o *capital cultural*, *social* e o *científico*.

O *capital cultural* seria um tipo de recurso que tem na posse dos títulos escolares uma manifestação institucional, ou seja, um conjunto de saberes, experiências e conhecimentos acumulados ao longo da vida, tanto pelas experiências escolares, quanto pelas vividas. Diferente do *capital social*, que se baseia nas relações mundanas que constituem fontes estratégicas de apoio para a atuação dos agentes.

[...] o conjunto de recursos que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, em que os agentes se reconhecem como pares ou como vinculados a determinados grupos. (BOURDIEU, 1998, p. 10)

Um conjunto de relações que o indivíduo é capaz de adquirir num determinado ambiente que frequenta. Já o *capital científico*,

[...] é uma espécie particular de capital simbólico (o qual , sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento(ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico. (BOURDIEU, 2004, p. 26)

Assim, fica claro que em qualquer campo, mas nesse caso no campo da medicina em Sergipe, o acúmulo de capital cultural e social é o que proporciona vinculações a determinados grupos, que conferem aos agentes ligações permanentes e úteis, bem como, é o capital científico que promove o reconhecimento pelos pares-concorrente, ou seja, através da produção ou de uma posição importante assumida pelos agentes no campo. Diante disso é mais fácil entender a disputa narrada anteriormente entre Augusto Leite e Helvécio de Andrade e a que será exposta a seguir entre Augusto Leite e a direção do Hospital Santa Isabel.

Em 09 de outubro de 1926, o jornal *Diário da Manhã*²⁸ surpreenderia toda a população aracajuana com sua manchete em primeira página, “ O Hospital Santa Izabel supprimeo serviço de alta cirurgia e dispensa os facultativos que compunham o corpo de operadores”(Jornal da Manhã, 1926, p. 01). Cabendo ao presidente da Associação Aracajuana de beneficência, o Sr. Amynthas Jorge comunicar ao Dr. Augusto Leite a extinção dos serviços de cirurgia daquele hospital.

Exmo. Snr. Dr. Augusto Leite. O Conselho Administrativo da Associação Aracajuana de Beneficência, convencido da imperiosa necessidade de suprimir o serviço de alta cirurgia, até aqui, tão proficientemente zelado e executado por vossa abalisada competência técnica, resolveu tornar efetiva esta medida. E, dando-vos ciência desta sua deliberação, cumpro ainda a incumbência que me foi delegada pelo mesmo, de vos fazer chegar o grande pesar que de fato a todos motiva, uma vez que não se pode escurecer o quanto sois credor de considerações pelos relevantes serviços aí prestados, o que concorreu poderosamente para o renome daquela pia Instituição.

Mandou-me mais que vos comunicasse ainda, ter também sido resolvido ficasse aquela casa de caridade, com todos os seus utensílios, ao dispor de vossas

²⁸ Esse jornal foi fundado em 1909 e era órgão oficial do Partido Republicano Conservador de Sergipe.

determinações profissionais, atinentes á especialidade que abraçaste, o que em si demonstra quando de considerações lhe mereceis.

Cumprindo, pois, aquelas autorizações, às quaes me associo conscientemente, devo renovar em meu nome, o alto empenho que todos mantemos de te-lo sempre como seu benemérito e insubstituível protetor. Saúde e fraternidade. - A.J.J. – (LEITE, 1956, p. 31-38)

Um tanto quanto enigmático e escrito de forma telegráfica o ofício foi recebido por Augusto Leite com surpresa e revolta, os quais deixou transparecer através de sua resposta em 08 de outubro de 1926.

Augusto Leite há pouco havia inaugurado o Hospital de Cirurgia, mas continuava operando no Santa Isabel apenas aos sábados, cômico de que as horas de trabalho dispensadas a esse hospital eram de grande valia aos doentes e assim retaliou:

Exmo. Snr. Almirante A. J., M. D. Presidente do Conselho Administrativo da Associação de Beneficência. Não me perdoaria o Conselho Administrativo da Associação Aracajuana de Beneficência, se eu lhe não respondesse, por vosso intermédio, o ofício em que me despede, saudoso e reverente, do Hospital Santa Isabel.

Não sei, entretanto, se, ao Conselho, toará bem a minha resposta.

Ao em vez de me ficar embevecido, no saborear dos elogios de que todo ofício se adorna, resoluto, lanço-os à margem, e só o ato de minha demissão, sem prévio conhecimento meu, quero discutir.

O Conselho requintou os méritos dessa medida.

Fê-la desacertada, descortez, injusta e ingrata.

A permanência de um clinico operador, no Hospital Santa Isabel é de rigorosa necessidade. Atende, este conceito, aos ditames da ciência.

É o Santa Isabel, um hospital comum. Mesmo que deliberadamente lá se não deixassem entrar, os casos puramente cirúrgicos, de lá tinham que sair, nem sempre sem perigo para o doente, os casos médico-cirúrgicos, aqueles que envolvem sob as vistas do medico e que, a certa altura, porem passar por vezes, insolitamente, às mãos do operador.

[...]

O conselho não extinguiu o serviço de cirurgia do Hospital Santa Isabel. Acabou com a alta cirurgia e, com ela, os meus direitos de continuar naquela casa de caridade. Deixou lá ficar, coitadinha, a pequena cirurgia. Em mãos de quem não sei.

[...]

Errou, pois, o conselho, afastando-me do Hospital Santa Isabel. Chefe dos serviços do Hospital de Cirurgia, ninguém com mais autoridade nem melhor do que eu, poderia manter as relações, absolutamente necessárias, para bem dos doentes, de um, com do outro hospital.

A minha situação, como operador, em Sergipe, é especial. Qualquer colega, nesse terreno, poderia fazer muito mais e muito melhor do que eu. Qualquer! Mas nenhum ainda quis fazer. O que aparecer amanhã, será o primeiro. Em qualquer tempo, serei sempre o último. Hoje, porém, sou o único. Esta circunstância me dá o direito de dizer que o Conselho errou lamentavelmente.

[...]

Não foi só desacertado, foi descortez também, o ato com que me afastou do Hospital Santa Isabel, o Conselho Administrativo da Associação Aracajuana de Beneficência. O caso é singular. Vejo em cada membro do Conselho, isoladamente, um cavalheiro de fino trato, de apurada educação. Uniram-se, porém, um dia, e... desgarraram, e perderam a linha, e foram para comigo, - como direi? - desatenciosos...

[...] Não é o benemérito e insubstituível protetor que está a reclamar a atenção, mas o que ali deu exemplos de trabalho, de inteligência, de abnegação, de desprendimento e foi, em momentos de “tormenta”, o grande e feliz conciliador.

[...]

Eu trazia, de tal maneira entrelaçados os dois hospitais, que, a supressão dos meus serviços em um, refletiria para logo, prejudicialmente, sobre o outro. Não estive por isso, o Conselho. Não era preciso ouvir-me. Refletiu e ... despachou - me. Não se lhe confrangeu a mão, ao lavrar a sentença. Adereçou-a de elogios, como se elogios encobrissem injustiças e adoçassem ingratidões.

[...]

Caída de tão alto, a sentença se não revoga. Eu por cá me fico, aguardando novas e maiores ingratidões, e recontando a mim mesmo, nas boas horas, os benefícios que prestei com meu melhor carinho á pobreza de Sergipe. Saudações. - Augusto Leite – (LEITE, 1956, p. 31-38)

Com essa resposta o médico demonstra toda sua inquietação e dá margem, em alguns trechos, para algumas considerações. A principal delas é que sua demissão se deu por causa da inauguração do Hospital de Cirurgia, no qual passava a maior parte de suas horas de trabalho, diferente do Santa Isabel, ao qual dedicava apenas um dia da semana.

Acredito também que esse fato tenha ocorrido por desavenças políticas, mas não foi encontrado nenhum documento que ratificasse essa afirmação, apenas algumas passagens desse texto.

A todo o momento o médico deixa explícita toda sua indignação e em alguns trechos ele se auto-afirma como o melhor e maior cirurgião do Estado naquele momento e chegava ao ponto de citar os locais nos quais se capacitou profissionalmente, onde adquiriu o capital cultural, pois que já detinha o social e lutava permanentemente pelo capital científico.

Tamanha foi à revolta do médico com essa desavença que recusou por várias vezes o convite para retornar àquela instituição. Finalmente em 1962 aceita o convite para inauguração do centro cirúrgico que levaria seu nome, onde homenagens lhe são prestadas e em 1964 volta ao Santa Isabel para comemorar o cinquentenário de sua primeira laparotomia e na ocasião reproduz uma operação idêntica a mesma cirurgia que tinha feito há 50 anos.

Os conceitos de campo e capital formulados por Bourdieu colaboram para a percepção de como os agentes incorporam a estrutura social, ao mesmo tempo em que a produzem, legitimam e reproduzem-na, facilitando a compreensão das tomadas de posição do referido médico ao longo de sua vida.

Além das disputas para manutenção e respeito no campo médico-assistencial que foram citadas, outra forma que Augusto Leite encontrou para alcançar seus objetivos foi através de algumas iniciativas voltadas para a população mais carente do Estado, em especial, a população infantil.

1.2. Augusto Leite e o cuidado com a criança sergipana.

Em agosto de 1925 Augusto César Leite participou em Genebra do 1º Congresso Internacional da Criança, voltando embevecido de várias idéias referentes a questão da infância.

Como toda gente, também me capacitei de que a criança constitui o magno problema das nações, ao qual estão presos e do qual dimanam originariamente, todos os demais problemas.[...]

Só em 1924, o mundo civilizado proclamou os seus direitos. Em 1925 é que se reúne em Genebra o seu 1º Congresso Internacional. Fui testemunha desse incomparável acontecimento. Encontravam-se ali, individualmente marcantes sob o ponto de vista médico, jurídico e social, como representantes oficiais de grandes e pequenas nações do mundo inteiro.

Entre os congressistas presentes, membros individuais, lá estavam apenas, dois brasileiros. Um deles – o Dr. Massilon Saboia – nome ilustre, assas festejado entre os pediatras patrícios. O outro, era o menor dos congressistas. Na sua pequenez,

sem ser notado, viu tudo, cheio de emoção e entusiasmo diante do grandioso espetáculo que definia a excelsitude de uma causa de que ele – modestíssimo operador, não era entre tantos enamorados o menos enamorado, nem o menos sincero, nem o menos confiante na sua vitória final. (LEITE, 1966, p. 43)

Foi a partir desse evento que Augusto Leite voltou sua atenção para a necessidade do cuidado com a infância e a maternidade sergipana. A partir daí, várias iniciativas no âmbito da assistência materno-infantil iriam ser postas em prática por esse médico.

Ciente de que não havia como dissimular a relevância e a complexidade da defesa da criança inicia sua intervenção nessa área. Inicialmente assumiu a responsabilidade de instalar uma maternidade no prédio situado à Avenida Ivo do Prado, oferecido ao Estado há anos por Francino Melo. Em 1928 acordou com o governo e com o doador para efetuar a venda de prédio localizado na “rua da frente” e iniciar a construção da maternidade anexa ao Hospital de Cirurgia. Em setembro de 1930, inaugurava a Maternidade Francino Melo (Figura 3), que recebeu esse nome em homenagem ao doador do prédio e colaborador financeiro.



Figura 03: Fachada da Maternidade Francino Melo. Fonte: Arquivo do Hospital de Cirurgia. Sem data.

A partir dessa obra os trabalhos em prol da criança não pararam de acontecer. No ano de 1931, Augusto Leite promoveu a 1ª Semana da Criança de Sergipe sob o patrocínio da Academia Sergipana de Letras e o apoio do Hospital de Cirurgia.

A primeira Semana da Criança em Sergipe ocorreu de 1º a 7 de setembro de 1931, no salão superior da Biblioteca Pública. Teve como proposta o debate acerca da necessidade da assistência à infância.

Segundo a Revista da Academia Sergipana de Letras, no dia 25 de Agosto de 1931 reuniram-se na Academia os seguintes sócios: Srs. Carvalho Neto²⁹ (presidente), Edison de Oliveira, Manoelito Campos, Augusto Leite, Epifânio Dória e Pedro Sotero Machado para tomarem conhecimento do programa³⁰ da Semana da Criança apresentado por Augusto Leite. “O Dr. Augusto Leite, relator da comissão organizadora do programa da “Semana da Criança”, apresentou o dito programa, que foi aprovado pela mesa e autorizada a sua divulgação pela imprensa”. (REVISTA DA ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS, nº 5, p. 80).

Em seu discurso de abertura da Semana da Criança, Augusto Leite se referiu ao Hospital de Cirurgia, à Maternidade Francino Melo e à necessidade da construção do Pavilhão das Crianças, pondo em grande relevo a necessidade da assistência à infância como a melhor e mais segura defesa da raça. Também discursaram o Dr. Carvalho Neto, o Interventor Federal Augusto Maynard Gomes, o Dr. Bastos Coelho, o poeta Artur Fortes, o cirurgião-dentista Alvares Barros, Epifanio Dória e, por último, o Dr. Alfeu Rosas.

O Diário Oficial assim se expressa ao se referir à sessão de abertura do evento:

Foi uma das mais brilhantes a festa realizada na Academia Sergipana de Letras por iniciativa do benemérito dr. Augusto Leite, como parte da Semana da Criança. Festa de intelectuais, a sessão magna de ante-ontem, no cenáculo sergipano correspondeu plenamente a finalidade, que objetivou o seu infatigável promotor, de

²⁹ Sobre este intelectual sergipano consultar: LIMA, Maria do Socorro. **República, política e direito:** representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto. (1918-1921). São Cristóvão-SE, 2008. Dissertação de Mestrado.

³⁰ O referido programa foi pesquisado em jornais da época, nas revistas da Academia Sergipana de Letras, mas até o momento nada foi encontrado.

criar, com auxílio da inteligência, um ambiente de carinho e de defesa á criança, germen do futuro.

De fato, o festival acadêmico, começando pela palavra sóbria, grave e sensata do exm. Sr. Interventor, que produziu uma oração digna do momento político que estamos vivendo, na qual ficou acentuada a verdadeira missão dos governos em face dos problemas fundamentais da sociedade, teve a abrilhantá-lo a profunda e sábia eloqüência do dr. Augusto Leite, o autorizado e experiente ensinamento do dr. Bastos Coelho, a encantadora poesia de Arthur Fortes, o eticismo empolgante de Alfeu Rosas, a vibração de Epifânio Dória e Alvaro Barros e, por fim, a dominadora e opulenta expressão de Carvalho Neto.

A assistência dessa memorável festa recolheu uma impressão de estímulo e de encanto, muito útil à campanha em pró da criança. (DIÁRIO OFICIAL, 03 Setembro de 1931).

Além dessa notícia, as comemorações subseqüentes da Semana da Criança foram divulgadas por esse jornal, que não poupou elogios ao evento.

Compareceram a esse evento não apenas as classes mais cultas da sociedade sergipana como os sócios da Academia Sergipana de Letras, mas também médicos, advogados, professores, diretores, a Escola Normal e os Grupos Escolares, estes representados pelos professores e comissões de alunos, além da população sergipana.

A convite do sr. Interventor Federal, a Escola Normal comparecerá incorporada ás conferencias a realizarem-se na Biblioteca Pública, a começar de hoje, nos dias 3 e 7 do corrente, ás 20 horas, ficando convocada a mesma Escola para as demais festas propriamente não escolares.

Os Grupos far-se-ão representar por seus professores e pequenas comissões de alunos até 5, dos mais adiantados, nas mesmas conferências. (DIÁRIO OFICIAL, 02 de setembro de 1931)

No dia seguinte, 03 de setembro, esse mesmo jornal publica uma nota a respeito do discurso que será proferido pelo médico Teodoreto Nascimento a respeito do valor da criança como garantia do futuro e sobre a necessidade de protegê-la ainda no ventre materno e enfatizava a eloqüência do orador e a receptividade do público.

Terá lugar hoje, no salão de honra da Biblioteca Pública, ás 20 horas a conferencia do ilustre patricio, Teodoreto Nascimento, que, como uma contribuição ás festas da

Semana da Criança accedeu em proferir nesta ocasião a dissertação que pretendia proferir sobre o termo – Climatismo no Brasil.

Sem abandonar o tema de sua conferencia, o nosso douto conterrâneo abordará, com o seu saber e a atração de sua palavra, o assunto da semana, tornando assim de mais extenso interesse a sessão de hoje na Bilbioteca. (DIARIO OFICIAL, 03 de setembro de 1931)

O encerramento do evento foi presidido pelo Sr. Carvalho Neto e na oportunidade discursaram o desembargador Dr. Gervasio Prata que discursou sobre os direitos da criança no mundo, o Dr. Oscar Nascimento que falou sobre a higiene pré-natal, Dr. Lauro Hora que se referiu aos consultórios de lactantes, o Dr. Costafilho que leu uma peça humorística, o professor Franco Freire que tratou das orientações da moderna Educação Social e por fim o Dr. Carvalho Neto que encerrou a sessão fazendo um apanhado das festividades da Semana da Criança e agradeceu às personalidades que se fizeram presentes, ao apoio do governo e a todas as classes que se congregaram em torno do problema da eugenia da raça pela assistência à infância.

Finda a Semana da Criança, uma comissão formada por três sócios da Academia Sergipana de Letras, o Dr. Augusto Leite, Alfeu Rosas e Edison Ribeiro dirigiu-se ao Palácio para agradecer ao Interventor Federal o apoio prestado por ele à Semana patrocinada pela Academia.

Também com igual sucesso, o médico realizou nesse mesmo ano, o concurso de Robustez Infantil e lançou os alicerces do Hospital Infantil. Em Sergipe, os concursos de robustez³¹ que obteve conhecimento foram realizados em 1931 e 1933. O primeiro promovido diretamente por Augusto Leite na Maternidade Francino Melo (figura 4). O segundo aconteceu entre julho e outubro, com a culminância no dia 12, o dia da criança, que foi promovido pelo jornal O Estado de Sergipe. Quando este último se realizou o

³¹ A respeito desses concursos paira uma dúvida por conta das fontes encontradas. A Revista Alvorada (1986) afirma que o concurso aconteceu em 1931 e teve como responsável o Dr. Augusto Leite. Já o jornal O Estado de Sergipe (1933) noticia todo o concurso em 1933, inclusive publicando a programação e o resultado deste. Trazendo em uma de suas manchetes a seguinte chamada: “Foi brilhantemente encerrado, ontem, o grande concurso eugênico promovido pelo O Estado de Sergipe.” O que leva a crer que esse segundo concurso foi patrocinado pelo Jornal e não pelo médico Augusto Leite. Porém cabe uma ressalva: esse jornal era dirigido por seu irmão Armando C. Leite e era, sem dúvida, um meio utilizado pelo médico para propagar as concepções por ele defendidas.

Instituto de Proteção e Assistência a Infância de Sergipe (IPAI – SE) já existia, por isso acredita-se que houve uma mobilização maior da imprensa e da população em geral.



Figura 04: Concurso de Robustez Infantil. Fonte: Arquivo do Hospital de Cirurgia. Sem data.

Os concursos de robustez infantil foram por muito tempo uma prática corrente no meio médico-assistencial brasileiro. Baseado nos princípios do Higienismo e da Eugenia, previam a promoção da infância sadia e se opunha à mistura de raças, já que se pretendia avançar com o ideal de “embranquecimento” da população. “A promoção da infância sadia constituía estratégia privilegiada de divulgação da Eugenia pois, ao festejar a infância bela e robusta, criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial”.(VEIGA, 2000, p. 140). Através desses eventos tentava-se impor concepções de saúde infantil provenientes das elites, incentivando as mães pobres a se conformarem à condições de higiene que elas dificilmente poderiam colocar em prática. Procuravam reafirmar, perante a população mais carente, a necessidade de se adotar, no trato das crianças, os preceitos da higiene, que tão bons resultados poderiam trazer para o país.

Esses concursos foram inicialmente difundidos no Rio de Janeiro pelo médico Arthur Moncorvo Filho. Higienista, iniciou suas atividades como médico em 1897 e em março de 1899 fundou o Instituto de Proteção e Assistência a Infância – o IPAI³² – com sede no Rio de Janeiro. Em 1921 já tinha organizado 17 agremiações desse gênero espalhadas pelo Brasil. “O Instituto tinha como objetivos: atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância”(KRAMER, 2001, p. 52). Além do IPAI, foi ele também o responsável pelo 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que aconteceu em 1922 no Rio de Janeiro concomitantemente ao 3º Congresso Pan-Americano da Criança. Fato este que fez o 1º Congresso Brasileiro ser considerado de grande sucesso inclusive no exterior.

O evento teve um grande impacto no Brasil e no exterior. Dele participaram mais de 2.300 brasileiros. No âmbito externo, seu sucesso resultou do fato do Primeiro Congresso Brasileiro ter ocorrido conjuntamente com o Terceiro Congresso Pan-Americano da Criança. Os congressos foram, na realidade, um único: a inscrição em um dos eventos garantia, automaticamente, a participação no outro. O Primeiro Congresso Brasileiro, assim nos referiremos aos encontros, foi importante porque criou "uma agenda mais sistemática para a proteção social," e estimulou discussão das questões mais importantes de uma maneira muito mais ampla do que havia acontecido antes. (WADSWORTH, 1999, p. 01)

Moncorvo Filho também organizou as celebrações do Dia das Crianças (12 de outubro) que, em 05 de novembro de 1924, foram institucionalizadas pelo presidente Artur da Silva Bernardes como o Dia Nacional das Crianças.

³² A criação desse instituto é vista por alguns autores como um marco para mudança da situação da criança no Brasil no início do século XX. Dentre eles: Sônia Kramer (2001), José G. Gondra (2002), Kuhlmann Jr. (2004).

Em 1933, através de entendimentos com Moncorvo Filho, Augusto Leite instala o Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Sergipe³³ (IPAI – SE), que filiado ao IPAI do Rio de Janeiro submeteu-se ao mesmo estatuto³⁴ e funcionaria vinculado ao Hospital de Cirurgia, conforme se depreende do trecho transcrito da Ata a seguir:

ACTA da sessão de Instalação do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia de Sergipe, realizada no dia 23 de Junho de 1933.

Aos vinte e três dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e três, á Avenida Ivo do Prado, nº 37, sob a presidencia do Dr. Augusto Leite, foi installado o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia de Sergipe. Aberta a sessão o Dr. Augusto Leite disse que havia assumido, há mais de um anno, com o Dr. Moncorvo Filho, o compromisso de installar, sob o patrocínio do Hospital de Cirurgia, o Instituto de Protecção e Assistencia á infancia de Sergipe. Accentuou elle que não era uma idéia nova a que agora ia por em obra, mas velha aspiração de alguns bons sergipanos a cuja frente se collocou, em 1919, o Desembargador Teixeira Fontes, que, infelizmente, por motivos varios e poderosos, não conseguiu levar avante o nobilíssimo pensamento. Não lograra elle nem mesmo installar o Instituto Aracajuano Protector da Infancia.

A idéia agora resurge pelas mãos do Diretor do Hospital de Cirurgia, Instituto este a cuja sombra já medram serviços como o de Assistencia ao parto, o de Prophylaxia pré-natal e o de Assistencia ás crianças nascidas na Maternidade Francino Mello.

Os objectivos do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia de Sergipe, affirmou ainda, são os mesmos que o do Instituto de Protecção á Infancia do Rio de Janeiro pelo qual se modelou, copiando-lhe o programma geral de maneira que sua filiação ao grande Instituto Carioca se pudesse fazer immediatamente. (O ESTADO DE SERGIPE, 1933, p.02)

O IPAI – SE, bem como o IPAI – RJ, era uma instituição de fins filantrópicos, científicos e sociais. Tinha como fins particulares cuidar desveladamente do aleitamento das crianças na primeira idade seguindo os princípios da higiene infantil; proporcionar amparo às crianças pobres a fim de concentrar esforços de outras associações de caridade e religiosas; proteger as crianças que recebem maus tratos físicos; auxiliar a inspeção médica nas escolas públicas e particulares; procurar ajudar em prol da situação da mulher na indústria com o intuito de favorecer indiretamente à infância; zelar pela vacinação e revacinação das crianças; difundir nas classes populares noções instrutivas sobre higiene

³³ Apesar de ter sido o responsável pela instalação do IPAI aqui em Sergipe, há alguns registros que informam que essa idéia já vinha sendo nutrida por alguns intelectuais sergipanos desde 1917. Primeiro por Francino Melo e depois pelo Desembargador Teixeira Fontes, porém ambos não lograram êxito.

³⁴ A ata de sessão de instalação do IPAI-SE e o seu Estatuto encontra-se nos anexos desse trabalho.

infantil e combate ao alcoolismo, no tocante à infância através de conferências e publicações; criar jardins de infância, maternidades e creches; promover e auxiliar a construção de hospitais infantis; auxiliar na proteção das crianças indigentes, necessitadas e desprotegidas; incentivar a criação de classes ou escolas para crianças com problemas mentais; apoiar a fundação de instituições protetoras da infância e cuidar do exame das amas-de-leite e, finalmente, favorecer e auxiliar qualquer idéia em prol da caridade para com a infância.

Seguindo os trabalhos voltados à infância Augusto Leite inaugura em 30 de maio de 1937 juntamente com o Governador Eronides de Carvalho o Hospital Infantil, anexo ao Hospital de Cirurgia. Na cerimônia de inauguração estavam presentes importantes nomes da sociedade sergipana. O discurso de inauguração foi proferido pelo dr. Lauro Hora, então diretor do Hospital de Cirurgia, em seguida foi oferecido taças de champanhe aos presentes e aberta a casa aos visitantes. A Banda de Música da Polícia Militar foi incorporada ao evento, bem como, os alunos do Jardim de Infância. O jornal O Estado de Sergipe assim se expressa a respeito do acontecimento,

Vem o Hospital Infantil, preencher um vácuo sensível que se notava em nossa capital, recaindo no profícuo governo de exmo. Sr. dr. Eronides de Carvalho levar a termo esse importante empreendimento científico, que visa amparar a criança sergipana dos males próprios da primeira idade, quando o organismo acha-se exposto á invasão de todos os germens.

[...]

Coube ao espírito culto e eminentemente devotado ao sacerdócio da ciência médica de que é portador o dr. Augusto Leite, nosso ilustre representante no Senado da República, pugnar pelo primeiro destes melhoramentos, para o qual foi á Europa adquirir material indispensável que melhor satisfizesse o modernismo exigido no domínio cirúrgico. (O ESTADO DE SERGIPE, 30 de maio de 1937, p. 01)

É inegável que todas essas iniciativas voltadas para as questões da assistência à infância pobre sergipana conferiram a Augusto Leite uma visibilidade e um reconhecimento não apenas por parte de seus pares, mas também de toda a população mais necessitada que se beneficiou de suas obras e, através delas, firmou-se nessa área.

Assim, fica claro que em qualquer campo, nesse caso no campo da medicina em Sergipe, o acúmulo de capital cultural e social é o que proporciona vinculações a determinados grupos, e confere aos agentes ligações permanentes e úteis. Bem como, é o capital científico que promove o reconhecimento pelos pares-concorrente, ou seja, através da produção ou de posições importantes assumidas pelos agentes no campo. E foi por ser detentor desses capitais que Augusto Leite conseguiu lograr êxito em suas iniciativas. A prova concreta de sua grande influência no campo médico-assistencial foi a fundação do Hospital de Cirurgia em 1926 e da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite em 1947. Obra esta que congregava em sua essência o cuidado com a criança e o amparo da mãe adolescente abandonada.

1.3. O alicerce de um sonho: O Abrigo Maternal.

Em discurso na Maternidade Francino Melo por ocasião da inauguração do novo pavilhão em 1946, Augusto Leite já sinalizava a construção de uma obra de maior amplitude, que seria construída próxima ao Hospital de Cirurgia, para que dele pudesse tirar todo o proveito e que serviria para o atendimento das necessidades da população, em especial as mães e crianças atendidas na maternidade.

Meus senhores: Estou a planejar outra obra, que se construiria ali, bem de frente de nós, dentro desta mesma quadra ajardinada, destinada à instalação de um centro de puericultura, com feição própria, decorrente das necessidades de nosso meio e das facilidades sem par, que lhe podem assegurar os vários serviços clínicos desta Instituição, com o seu corpo de especialistas, os seus laboratórios e os seus departamentos de Raio X. Longe bastante, desses serviços clínicos, para lhes fugir dos perigos; bastante próximos, para deles tirar o máximo proveito.

[...]

Poderíamos obter, obteríamos, com certeza. Desse novo órgão, em íntima conexão com a Maternidade e os departamentos clínicos da casa, um trabalho social mais amplo, mais profundo e de sentido muito mais humano.

Utopia talvez, para mim, tudo isso. Realidade, tudo isso, amanhã, sem dúvida, para todos vós. [...] (LEITE, 1966, p. 68)

Assim, em 26 de março de 1947 é fundada a Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, que funcionou anexa ao Hospital Cirurgia como abrigo maternal até o ano de 1958, quando foi transferida para prédio próprio localizado à Rua Frei Paulo, 682, no bairro Suíça, quando passa a ser chamada e reconhecida como Casa Maternal.

A criação dessa sociedade aconteceu durante uma reunião presidida por Augusto Leite em sua residência, na qual convocou a mulher sergipana, representada por senhoras e senhoritas³⁵ da sociedade da época, para expor sua idéia de instalação de uma casa maternal em Aracaju.

[...] da necessidade de instalação em nosso meio de uma “casa maternal”, onde pudessem ser abrigadas aquelas a quem a sorte não sorrisse, quando, pela nobilitante missão da maternidade, fossem levadas ao desamparo. (LIVRO DE ATAS, 1947, p. 01)

A proposta foi aceita por todas as senhoras presentes e em seguida ele indagou sobre um nome para a referida instituição e propôs colocar o nome de um santo, ou quem sabe um nome histórico que foi recusado e sugerido pelas senhoras Olga Resende e Josefina Sampaio Leite o nome de Amélia Leite³⁶, a mãe de seus filhos. De imediato Augusto Leite relutou por se tratar de pessoa sua, mas foi levado a aceitar por unanimidade dos presentes, ficando então a sociedade registrada como: Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite.

³⁵ Fizeram parte dessa reunião as seguintes mulheres sergipanas: Esmeralda Leão Faria, Maria Aurea Barreto de Menezes, Lúcia Maciel da Silva, Maria Carmem Dantas Nabuco, Lúcia Margarida Fonseca Sobral, Edith Fonseca Sobral, Sylla de Brito Cabral, Mariá Leite, Olga Rezende, Eudoxia Sampaio, Isaura Accioli Leite, Maria Clara Leite Franco, Hortência Fonseca de Carvalho, Maria Antonieta da Fonseca Sobral, Maria do Carmo Gama da Silva, Maria Carmelita Aragão Sampaio, Maria José Magalhães de Melo, Lúcia Dantas de Assis Baptista, Aydil Guimarães Fonseca, Maria de Lourdes Nogueira Franco, Maria Amélia Resende, Maria Luiza da Cruz Leite, Célia Nascimento, Idalina da Cruz Leite, Maria Augusta da Cruz Leite, Guiomar Sampaio Leite e Josefina Sampaio Leite.

³⁶ Maria Amélia da Cruz Leite casou-se com Augusto Cesar Leite com quem teve oito filhos. Maria Izabel, Maria Amélia, Augusto, Osvaldo, Maria Virginia, Maria Augusta, Maria Luiza. Destes apenas sete chegaram à idade adulta, Augusto Morreu quando criança.

Essa sociedade tinha como objetivos desenvolver atividades em favor da maternidade e da infância em Sergipe. Funcionou como abrigo maternal durante onze anos. Segundo a senhora Aydê Matos de Oliveira, a primeira assistente social da Casa Maternal, o abrigo “era destinado a mães que ao receberem alta da maternidade... muitas vezes não tinham pra onde ir, em sua maioria, domésticas ou então vindas do interior e não tinham como se manter após o parto, não podiam voltar ao trabalho, as patroas também não recebiam, mães com filhos, foi assim que Dr. Augusto tinha construído esse abrigo para as mães”³⁷.

Além do amparo às mães mais necessitadas, o abrigo oferecia outros serviços como o de internamento pré-natal, internamento pós-natal para tratamento de saúde e tratamento de sífilis, bem como orientação no cuidado com a criança. “A gente que tomava conta. Tinha médico, tinha tudo, mas as mães... elas ensinavam como era que cuidava e eu mesmo não sabia de nada e as outras também. Ensinavam como era que dava banho, como era que cuidava, como dava comidinha, tudo elas...”³⁸

No abrigo a permanência era pequena e variava de acordo com a necessidade de cada mãe. Com o passar dos anos houve um aumento na demanda e em 1953 a construção das novas dependências próprias já estava em andamento. Nesse mesmo ano, a Escola de Auxiliares de Enfermagem, que também funcionava no Hospital de Cirurgia e por ele era mantida, localizada no terceiro pavimento do edifício, passou a exigir mais espaço, por isso a administração da referida instituição entrou em entendimento com a diretoria da sociedade para permutar as instalações atuais por outras, nas quais “devia-se construir um prédio com o fim exclusivo de instalar a Casa Maternal Amélia Leite – instalações que em nada ficando a dever às existentes, com a vantagem de isolada de outros, como exige a técnica e a prática”. (LIVRO DE ATAS, 1953, p. 19)

Apesar de ter funcionado no período de 1947 a 1958 anexo ao Hospital de Cirurgia, existe um vazio muito grande sobre o abrigo maternal e um instigante silenciamento das/nas fontes nesse período. Na época em que a sociedade funcionou sob os cuidados do

³⁷ Trecho da entrevista realizada com Aydê Matos de Oliveira em julho de 2008.

³⁸ Trecho da entrevista realizada com Filomena Oliveira em agosto de 2008. Filomena de Oliveira foi uma das moças atendidas no abrigo maternal no ano 1958.

Hospital o único registro que existe é o Livro de Atas, onde constam apenas nove atas da época, que são respectivamente as de 1947 a 1955. Depois desse ano só voltam a escrever no livro em 1958, ano em que começa a funcionar em prédio próprio.

Segundo Carlo Ginzburg “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.(GINZBURG, 1989, p. 177). Por isso na ausência de documentos oficiais que registrassem a atuação do abrigo, parti para consulta aos jornais em circulação no período. Nestes também nada foi encontrado a respeito da inauguração, existência ou funcionamento do abrigo. Fui então em busca de relatos orais de quem viveu e trabalhou no abrigo em seus primeiros anos e foi a partir deles que pude entender a formação e atuação da instituição naquele determinado momento.

Diante do que me foi exposto e dos depoimentos tomados pude fazer algumas especulações e a mais plausível seria que, como era um trabalho resumido e vinculado à Maternidade Francino Melo, esta sob a guarda do Hospital de Cirurgia, a sua criação não foi de grande visibilidade e de grande alcance social, por isso não obteve um grande reconhecimento da sociedade a ponto de mobilizar os meios de comunicação. Diferente do que aconteceu quando da inauguração da Casa Maternal em prédio próprio, onde houve uma festividade que contou com a presença de pessoas ilustres da sociedade, dentre elas o Governador do Estado e o Bispo Diocesano.

O que gostaria de salientar nesse capítulo é a idéia de que Augusto César Leite foi um entusiasta e propulsor da assistência à infância e à maternidade em Sergipe, munido de vários tipos de capital, dentre eles o social, o científico, o cultural e econômico. Foi responsável por várias ações em prol da criança sergipana, dentre elas, a realização da primeira Semana da Criança, a criação da Maternidade Francino Melo, a instalação do Instituto de Proteção e Assistência a Infância de Sergipe (IPAI-SE), os concursos de Robustez Infantil, culminando com a criação da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, obra esta que permitiria uma ação mais profícua nesse campo e o reconhecimento, não só por parte da população que se beneficiou, mas especialmente por parte dos seus pares-concorrentes, sendo que dessa vez um reconhecimento materializado em pedra e cal, de sua filantropia e caridade em nome da assistência a infância sergipana.

CAPÍTULO II

“UMA OBRA DO CORAÇÃO”

Lar da Mãe Adolescente

No caminho do mundo os homens apressados, continuam passando frios, indiferentes, tropeçando, sôbre as próprias virtudes e pecados, nesta ânsia insensata, na corrida de alcançar sempre mais, ganhar o prêmio sobre a pista da vida.

Mas aquele Homem bom, quis parar para ver porque choravam criancinhas sem pai e sem abrigo, encolhidas, friorentas, tão franzinas, nos braços ainda frágeis e indecisos de mães quase meninas!

Então, ele escutou a estranha cantinela, de sonhos que morreram a um beijo do luar, de ilusão, do desejo, da esperança, que essas meninas-mães tiveram um dia, quando tudo perderam para dar, mas a mão da maldade sempre fria, desfolhou, ao passar.

Meditou longamente na amargura, que envolvia o destino da criança sem registro, sem lar e sem ternura, inocente também! Percebeu e sentiu no coração, que era preciso preparar um ninho, aquecido de amor e paciência, para amparar na flor da adolescência, aquela que fôr mãe...

Foi assim que surgiu no pensamento do Homem extraordinário, esta casa, este lar, este ambiente de esplendido cenário, para dar outra vez à adolescente maternidade em flor, o sentido profundo da verdade, que passa traduzir a realidade, do seu mundo de amor!

Aberto, agora, o “Lar da Mãe Adolescente” para aquela que é mãe e não tem lar, nós assistimos comovidamente, em volta do Homem bom, a um momento de luz indefinida, que é a benção de Deus à sua obra, que é a presença de Deus em sua vida!

Anna Leonor (Poesia recitada durante a inauguração da Casa Maternal, 1958)

“*M*ais uma obra de benemerência”. Foi essa uma das notícias de primeira página que trazia o jornal *A Cruzada*³⁹ em 21 de junho de 1958, a respeito da inauguração da Casa Maternal em prédio próprio.

Inaugura-se, amanhã, no bairro Suíça o Lar da Mãe Adolescente, uma obra de alto alcance social, idealizada e realizada pelo dr. Augusto César Leite.

Um dos mais graves problemas sociais de Sergipe é este das mães adolescentes, abandonadas pelo egoísmo dos homens em meio aos mais sérios problemas de toda ordem, no instante em que, em suas entranhas, um filho se prepara para vir ao mundo.

[...]

A inquietação benfazeja do dr. Augusto se volta agora para as mães adolescentes. Ele não deseja apenas recolher por alguns meses estas pobres jovens. Ele sonhou uma obra que as apanhe, feridas como a vida as abandonou, para colocar de novo numa estrada humana onde a realização de uma vida digna seja de novo possível. (*A Cruzada*, 1958, p.01)

Essa reportagem expõe com muita exaltação a obra que estava prestes a inaugurar: o Lar da Mãe Adolescente. Mais um dos serviços prestados pela Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, que se transferia na ocasião para a Rua Frei Paulo, nº 682, no bairro Suíça (Figura 5). Uma obra que começara no Hospital de Cirurgia e naquele momento apresentava-se mais estruturada para servir a população.

³⁹ O jornal sergipano *A Cruzada* era um órgão oficial da igreja católica através do qual ela difundia e apoiava ações que correspondessem aos seus interesses junto a população. Sobre esse Jornal e a sua influência em relação a formação da mulher, ver a dissertação: SOUZA, Valéria Carmelita Santana. **A Cruzada Católica: Uma busca pela formação de esposas e mães cristãs em Sergipe na primeira metade do século XX.** São Cristóvão, 2006.



Figura 05: Sede da Casa Maternal e Capela. Fonte: Arquivo da Instituição. Sem data.

A solenidade de inauguração realizada ao dia 22 de junho teve início às 8 h. da manhã com a benção da capela pelo Bispo Dom José Vicente Távora, seguida da celebração de uma missa. Contou com a presença do então Governador do Estado, Leandro Maciel, do Prefeito da Capital, Roosevelt Meneses, muitos médicos e muitas famílias da sociedade.

Fizeram o uso da palavra o Dr. Augusto Leite, que expôs aos presentes a gravidade do problema da mãe solteira e a finalidade da obra. Em seguida, o poeta Goes Duarte recitou um poema de sua autoria. A Srta. Maria Auxiliadora Leite França recitou alguns versos de Anna Leonor escritos especialmente para a ocasião. Finalizando a sessão o Governador Leandro Maciel pronunciou um rápido discurso congratulando-se com o Dr. Augusto Leite pela nova obra que acabara de inaugurar e o Bispo D. Távora,

[...] que após falar de sua satisfação em constatar que em Sergipe, os problemas sociais ainda tinha contornos humanos, que permitem que se pudesse equacioná-los, disse também que sentia em nosso Estado a existência de muitos valores humanos capazes de dar solução aos nossos problemas. (A Cruzada, 1958, p. 02)

O prédio ora inaugurado contava com um abrigo para as mães, salas de aula, escola artesanal, consultório médico, capela, sede administrativa e horta. E funcionaria sob a direção de Augusto Leite e a orientação de três assistentes sociais⁴⁰: Isa Brito, Benilda Silva e Aydê Matos Oliveira.

2.1. Organização e dinâmica da Casa Maternal Amélia Leite.

No momento da inauguração desse prédio, Augusto Leite já era conhecedor da situação da mãe pobre abandonada e do filho. Afinal, havia presenciado inúmeras vezes a saída de uma jovem mãe com o filho nos braços sem recursos e sem lar da Maternidade Francino Melo. Fato este que chamava sua atenção porque em tais condições a mãe conservava, por bem pouco tempo, o filho com vida.

Sem recursos e sem lar para viver e criar o filho, ela poderia adentrar no ambiente nocivo da prostituição ou submeter-se a mesquinhos empregos domésticos, sempre em prejuízo para o filho. Nesse caso, mais prejudicada seria a criança que era enjeitada e mal tratada, o que aumentava as taxas da mortalidade infantil e delinquência indo de encontro aos preceitos médico – higienistas.

O problema da mãe é tão complexo, entrelaça-se hoje tão intimamente ao do filho e de tal modo interdependem as suas respectivas soluções, que se pode asseverar, francamente, que um e outro constituem um só problema.

Evidentemente não é possível proteção à infância sem proteção adequada à maternidade. A recíproca é verdadeira.

Se com o cuidar da mãe abandonada promove-se a saúde do filho, é o filho, por sua vez, quando bem cuidado, a sua salvaguarda, a garantia maior de sua recuperação moral. (LEITE, 1966, p. 71)

⁴⁰ Das três assistentes sociais apenas a senhora Aydê Matos de Oliveira foi localizada e entrevistada nessa pesquisa.

Na tentativa de resolver esse problema, o médico concluiu que se fazia necessário uma obra de proteção à mãe abandonada, que para ser completa teria que ser longa, ininterrupta e cuidada com esmero, que demandasse tempo, confiança, dedicação e amor. Diferente do Abrigo que já existia anexo ao Hospital de Cirurgia que desempenhava um trabalho em menores proporções. Essa obra seria a Casa Maternal Amélia Leite, que compreendia um conjunto de ações médico-sociais e educativas, coordenadas e distribuídas pelos serviços de internato e o externato.

O internato era composto inicialmente pelo abrigo, denominado “Lar da Mãe Adolescente”, no qual elas encontravam ambiente tranquilo e seguro para cuidar do seu filho. Além de aprenderem a ler, se analfabetas, a costurar, bordar, cozinhar e cuidar do asseio, da arrumação da casa. Existia ainda dentro do internato a Escola Artesanal. Já do externato faziam parte a Escola Maternal Raio de Sol para crianças a partir dos dois anos de idade e o Clube das Mães. Os trabalhos eram organizados de acordo com o organograma apresentado na figura 06:

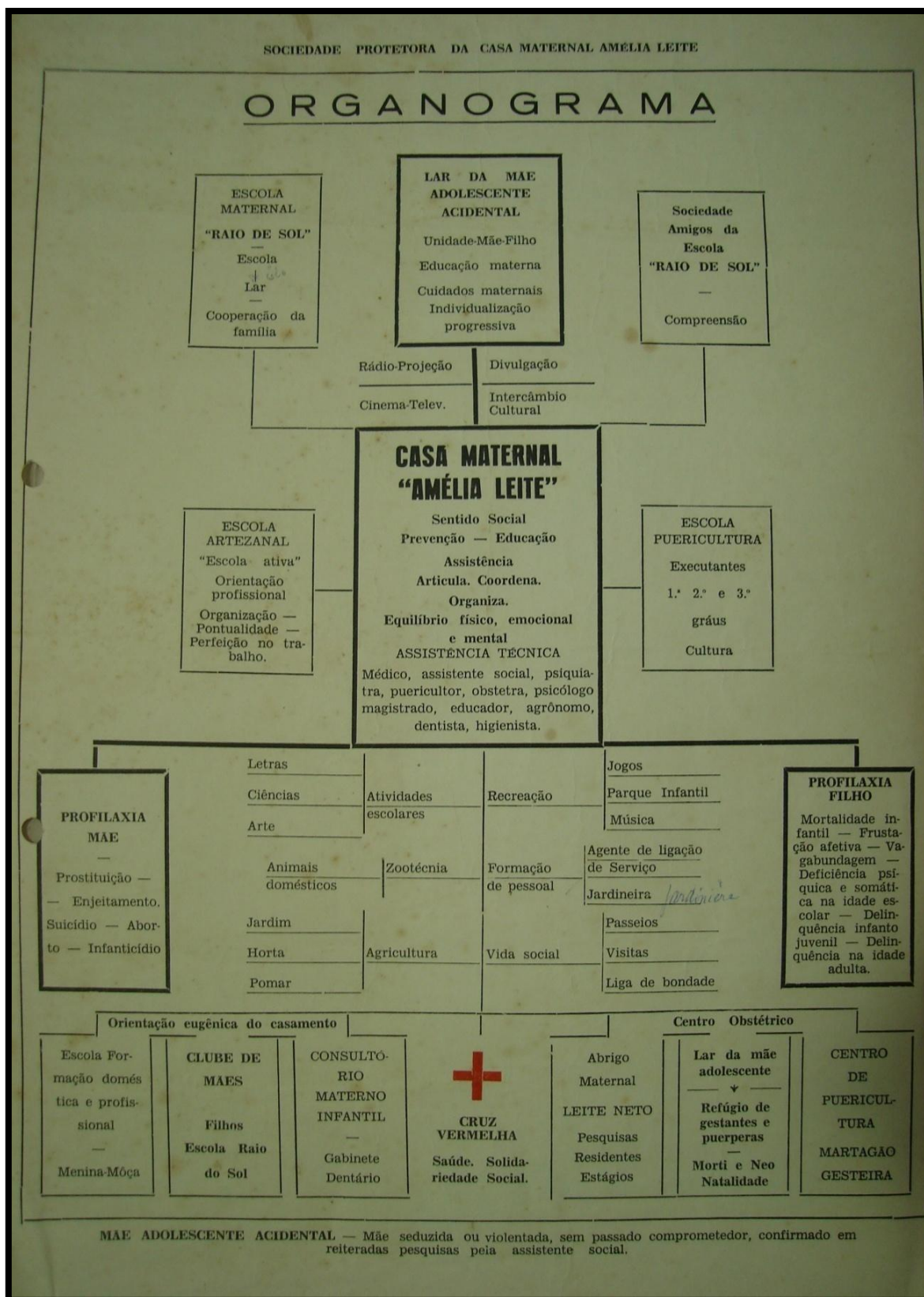


Figura 06: Organograma da Casa Maternal Amélia Leite. Arquivo da Instituição. Sem data.

Através da visualização do organograma da instituição é possível observar como estavam dispostos os serviços prestados pela Casa, o tipo de educação que era oferecido e como esses serviços se interligavam. E ainda compreender o termo que utilizavam frequentemente: “mãe solteira acidental”.

Inaugurada em 1958, a Casa Maternal Amélia Leite era regida e organizada de acordo com seu estatuto⁴¹ datado do ano 1947, quando da inauguração da Sociedade. Esse Estatuto trazia em sua essência as regras para o perfeito funcionamento da instituição e apresentava como objetivo o desenvolvimento de atividades em favor da infância e da maternidade no Estado. Estaria sob os auspícios do Hospital de Cirurgia, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Sergipe (IPAI-SE) e seguindo a orientação do Departamento Nacional da Criança (DNCr). Os fins principais da Sociedade estavam estabelecidos no artigo 2º,

Art. 2º - São fins principais da Sociedade:

- a) velar pela saúde, o bem estar e as necessidades das mães pobres e de seus filho;
- b) ministrar ensinamentos de Higiene, Puericultura e Serviço Social;
- c) colaborar com os poderes públicos, a Fundação Hospital de Cirurgia e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Sergipe e outras entidades privadas no sentido de promover, o mais eficientemente possível, o amparo à maternidade e à infância;
- d) organizar e instalar agências de Serviço Social, com colocação familiar, agência de empregos, escola de artes domésticas, bem como postos de puericultura, creches, abrigos maternos e outros estabelecimentos;
- e) incentivar a criação, no Estado, de obras de proteção e assistência à maternidade e à infância. (ESTATUTO DA SOCIEDADE PROTETORA DA CASA MATERNAL AMÉLIA LEITE, 1958)

De acordo com esse estatuto, o Conselho Deliberativo deveria se reunir anualmente para ouvir do Presidente da Diretoria a leitura do relatório e a prestação de contas. À Diretoria competia elaborar os regulamentos, nomear e destituir cargos, preencher vagas até a próxima eleição, interpretar e decidir sobre os casos omissos do Estatuto.

⁴¹ Esse estatuto encontra-se nos anexos deste trabalho.

Assim se organizou a diretoria da Casa Maternal entre os anos de 1958 a 1970.

Quadro 01: Diretoria da Casa Maternal Amélia Leite (1958-1970).

Ano	Presidente	Vice-Presidente	Secretário	Tesoureiro
1958- 1959	Augusto César Leite	Lourdes Silveira Leite	1ª) Maria Augusta Garcez 2ª) Eudôxia Sampaio	1ª) Maria Viana Bragança 2ª) Aurélia L. Rolemberg
1960- 1962	Augusto César Leite	Lourdes Silveira Leite	1ª) Maria Augusta Garcez 2ª) Eudôxia Sampaio	1ª) Maria Viana Bragança 2ª) Aurélia L. Rolemberg
1963- 1964	Augusto César Leite	1º) Dr. José Machado de Souza 2º) Dr. João Cardoso Nascimento Junior 3ª) Maria de Lourdes N. Franco	1ª) Dr. Paulo Freire de Carvalho 2ª) Eluide Siqueira	1ª) Maria Angelina Santos 2ª) Aurélia L. Rolemberg
1965-1966	Augusto César Leite	1º) Dr. José Machado de Souza 2º) Dr. João Cardoso Nascimento Junior 3ª) Maria de Lourdes N. Franco	1º) Dr. Paulo Freire de Carvalho 2ª) Maria Augusta Barreto	1ª) Maria Angelina Santos 2ª) Aurélia L. Rolemberg
1967- 1968	Augusto César Leite	1º) Dr. José Machado de Souza 2º) Dr. João Cardoso Nascimento Junior 3ª) Maria de Lourdes N. Franco	1ª) Florinete Queiroz 2ª) Maria Augusta Barreto	1ª) Dr. Paulo Freire de Carvalho 2ª) Aurélia L. Rolemberg
1969- 1970	Augusto César Leite	1º) Dr. José Machado de Souza 2º) Dr. João Cardoso Nascimento Junior 3ª) Maria de Lourdes N. Franco	1ª) Florinete Queiroz 2ª) Maria Augusta Barreto	1ª) Dr. Paulo Freire de Carvalho 2ª) Aurélia L. Rolemberg
1970- 1971	Dr. José Machado de Souza	1º) Dr. João Cardoso Nascimento Junior 2º) Dr. Osvaldo Cruz Leite 3ª) Maria de Lourdes N. Franco	1º) Fernando Santos Vasconcelos 2ª) Antônia Edurvalina Nascimento	1ª) Dr. Paulo Freire de Carvalho 2ª) Aurélia L. Rolemberg

Quadro elaborado pela autora. Fonte: Livro de Atas da Instituição. 2008.

De acordo com o quadro anterior verifica-se a atuação do fundador Augusto Leite como presidente desde a fundação em sede própria até o ano de 1970 quando é substituído pelo também médico José Machado de Souza, que assumia a vice-presidência desde 1963. Observa-se também uma pequena movimentação ao longo dos anos, dentre as categorias, pelos sócios, havendo por muitas vezes apenas a mudança de função, como nos cargos de secretário e tesoureiro.

A diretoria da Casa Maternal era constituída de Presidente, que tinha como função superintender os serviços da Sociedade, autorizar as despesas e designar as pessoas e as comissões que deverão ocupar determinados trabalhos; Vice-presidente, que auxiliava o Presidente e o substituía nos seus impedimentos; 1º Secretário, que cuidava da correspondência geral da Sociedade e tomava todas as iniciativas necessárias à boa ordem da Instituição; 2º Secretário, que cuidava de redigir as atas, onde se registravam todos os trabalhos das sessões; Tesoureiro, que cuidava da guarda de dinheiro e dos valores, recebia as contribuições, as subvenções e os donativos e fazia a escrituração e controle do movimento financeiro da Sociedade, dava conta de tudo à Diretoria e Vice-tesoureiro, que auxiliava o tesoureiro, substituía-o em seus impedimentos.

Em 1963, esse estatuto⁴² passa por uma mudança que foi proposta pelo Dr. Augusto Leite um ano antes. Essa mudança alterou os artigos e acrescentou mais dez, passando de 16 a 26 artigos. Dessa maneira os objetivos da instituição passavam a ser:

Art. 2º - A Sociedade de fins exclusivamente filantrópicos, tem por objetivo:

Proteger de um modo geral a maternidade, a infância e a adolescência nos diversos campos de assistência médica, higiênica, educacional, jurídica e social, quer em Obras próprias, quer em cooperação com outras instituições ou Obras do mesmo gênero.

Parágrafo primeiro – Constitui seu objetivo central assegurar a Casa Maternal Amélia Leite, em meio adequado, condições indispensáveis à formação moral, intelectual, profissional e social de Mães adolescentes, desprotegidas, sem lar, menina-mãe accidental, em companhia do seu filho, presos um ao outro por laços íntimos e afetivos, propiciadores a um tempo do desenvolvimento normal da criança e da integração da mãe na vida normal da comunidade.

⁴² O Estatuto da instituição reformulado em 1963 encontra-se nos anexos desse trabalho.

Parágrafo segundo – Para a realização integral desses objetivos cooperará a Sociedade na manutenção dos serviços que integram ou venham a integrar a Casa Maternal Amélia Leite – Lar da Mãe Adolescente, Escola Maternal Raio de Sol, Escola Artesanal, Escola de Formação Doméstica e Profissional, Conjunto Residencial. (ESTATUTO DA SOCIEDADE PROTETORA DA CASA MATERNAL AMÉLIA LEITE, 1963)

O trabalho desenvolvido nessa instituição almejava a reinserção das moças na sociedade através da preparação profissional e aproveitava as habilidades e interesses individuais.

Para ser admitida na Casa Maternal a candidata deveria estar grávida do seu primeiro filho, ser menor de idade e não ter a quem recorrer nem pra onde ir após o parto. O depoimento d. Aydê Matos, assistente social da instituição, corrobora esses critérios,

Nós só recebíamos de menor idade e de primeiro filho. Que tinham sido abandonadas e rejeitadas pela família. A gente fazia o trabalho porque nós recebíamos a jovem gestante. Era feita a triagem pra ver se ela se enquadrava as normas da casa, porque as normas eram estar realmente grávida e necessitando de apoio, de abrigo, porque muitas, a maioria era rejeitada pela família em virtude da gravidez⁴³.

Essas adolescentes eram encaminhadas à casa por pessoas que conheciam a instituição, ou, quando domésticas, por suas patroas ou ainda por iniciativa própria. Chegando lá passavam por uma triagem que era feita pela assistente social na qual era verificada a existência real da gravidez.

Dava-se preferência às moças no início da gestação, porque acreditavam que assim sendo teriam mais tempo para preparar a jovem, mostrar a importância do pré-natal e a necessidade de que ela não rejeitasse o filho, eram orientadas desde o início para a aceitação da criança, criando um vínculo de amor e carinho desde a gravidez.

Depois da triagem a adolescente, se admitida, era encaminhada para fazer os exames médicos e o seu caso era estudado pelo setor de assistência social da Casa, para verificar a

⁴³ Depoimento da Assistente Social da instituição a senhora Aydê Matos, concedido em Julho de 2008.

melhor forma de intervir e traçar as estratégias que melhor conviessem a cada caso. A permanência na instituição variava de acordo com a necessidade de cada assistida, porém não permaneciam por menos de um ano. E para isso o limite de internas não passava de quinze moças, o que objetivava dar uma atenção especial a cada uma.

Um procedimento recorrente do serviço social era a troca de correspondência com as famílias das atendidas pela Casa. Através de cartas⁴⁴ endereçadas aos pais das moças (Figura 07), as atendedoras sociais tentavam sensibilizá-los e os deixavam a par da situação das filhas. Em muitos casos, esse tipo de estratégia surtiu resultados favoráveis e após o nascimento da criança, a adolescente era aceita novamente no convívio da família.

⁴⁴ No arquivo da Instituição encontramos apenas duas dessas cartas, porém em depoimento a assistente social, confirmou o uso dessa prática.

Aracaju, 12 de agosto de 1955.

D. Laurinda
Paz.

Fazemos-lhe esta carta, a fim de dar notícias da sua filha que se encontra aqui em nossa companhia, na Casa Maternal.

Temos a dizer-lhe que a mesma vai passando bem, assim como seu filhinho que nasceu no dia 4 deste mês.

Cordélia, vem se preocupando quanto a sua situação, sem poder criar o filhinho em sua companhia. Desejariamos saber da senhora, se lhe é possível ficar com a criança a fim da mesma continuar com seu emprêgo na casa da D. Valdete, onde estava anteriormente.

Aguardamos sua resposta, enviando antecipadamente nossos agradecimentos.

Sua filha, pede que os abençõem, e, com saudades se recomenda.

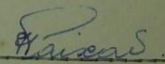

P/Serviço Social.

Figura 07: Carta do Serviço Social da Casa Materna Amélia Leite. Fonte: Arquivo da Instituição. Ano: 1955.

No início a Casa Maternal contou com a colaboração das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, que permaneceram na casa até meados de 1961, quando a Madre Geral Veneranda comunicou o afastamento das freiras da instituição, alegando que seria difícil ou impossível adaptar as Irmãs a uma obra como a da Casa Maternal, cujas características fogem ao espírito das obras a que elas se têm consagrado, tanto no país quanto no estrangeiro.

Diante dessa resolução da Madre a instituição precisava resolver esse problema da substituição imediata das irmãs. A assistente social Aydê Matos se disponibiliza para desempenhar essa função e passou a residir na instituição, até que se contratasse uma pessoa para esse cargo, situação que perdurou por quase dois anos.

Acolhidas na instituição, as moças teriam que se enquadrar no regimento interno e obedecer a uma rotina diária. Dentro dessa rotina estava o cuidado com o filho, a frequência aos cursos oferecidos pela casa, o cuidado com a horta e o jardim, o cumprimento das tarefas da própria Casa, nas quais se revezavam diariamente.

As crianças das atendidas, à medida que iam crescendo eram matriculadas na Escola Maternal Raio de Sol juntamente com as crianças do bairro, já que essa escola fazia parte do externato. Uma alternativa encontrada pela Direção da Casa para promover a integração das mães assistidas com as mães daquela localidade, foi que toda mãe que tivesse seu filho matriculado na Escola Maternal era obrigada a frequentar o Clube das Mães e a dedicar um pouco do seu tempo, ao menos uma vez por semana, aos trabalhos da Casa.

As mães da comunidade eram mais as mães que tinham os filhos na escola maternal, entendeu? Porque as mães do internato não eram especificamente mães dali da comunidade porque elas vinham de vários pontos da cidade, do Estado e vinham muitas meninas de cidades do interior e de outros Estados também. [...] Então não era específico ali da comunidade onde estava localizada a Casa. Agora a comunidade dali era muito beneficiada pela Escola Maternal. A Escola Maternal era mais de crianças dali da área, né? Pra facilitar o acesso das mães a escola e uma condição para que a criança permanecesse na escola era a mãe também frequentar. Então a mãe fazia parte de Clube de Mães e também elas participavam de atividades desenvolvidas na escola como o pessoal que trabalhava lá era um número um pouco reduzido das mães a gente solicitava a colaboração das mães. As mães se comprometiam a dar uma hora, um determinado período ajudando no serviço da Escola Maternal de acordo com a disponibilidade de cada uma. Uma ia pela manhã, outra ia pela tarde, se não pudesse dar o horário integral dava uma hora ou duas contanto que a mãe também participasse, sabe? Tanto era por dois motivos: Porque a gente precisava de pessoal, que não tínhamos pessoal em número suficiente para o serviço da escola, como também fazer com que a mãe acompanhasse mais de perto o dia-a-dia da criança ali na escola. Tinha esse duplo objetivo de ajudar a instituição e ela própria conhecer o que é que seu filho tava fazendo ali na escola.⁴⁵

⁴⁵ Trecho do depoimento de d. Aydê Matos de Oliveira concedido à pesquisadora.

Através dessa forma de trabalho acreditava-se que diminuiria o preconceito existente na época quanto às mães solteiras, já que as mães da comunidade passariam a conhecer e a conviver com as assistidas criando vínculos amistosos e afetivos entre ambas, objetivando o auxílio da reinserção da jovem na sociedade.

Por ser uma iniciativa sem precedentes aqui no Estado a Casa Materna Amélia Leite era motivo de freqüentes visitas, durante as quais o Presidente fazia questão de acompanhar os visitantes por todas as dependências da instituição e explicar-lhes os trabalhos que eram desenvolvidos ali.

Uma das visitas mais importantes e comentadas foi a do Padre André-Marie Talvás⁴⁶, no ano 1965, quando esteve no Brasil realizando estudos sociológicos sobre a prostituição, proferindo conferências de grande repercussão. Aproveitando a oportunidade, o sacerdote, esteve em Aracaju a convite de Augusto Leite, visitando então a obra da Casa Maternal Amélia Leite. Na Casa Maternal o visitante conheceu os setores da instituição e os trabalhos ali desenvolvidos acompanhado do Dr. Augusto Leite que o informou que a obra não era propriamente um estabelecimento para a recuperação de prostitutas, mas visava amparar e orientar as “mães acidentais”. Essa visita teve repercussão na imprensa local, contribuindo para uma maior difusão da instituição e do trabalho lá desenvolvido.

Analisando a bibliografia voltada para instituições escolares verifiquei a inexistência de um trabalho como este em todo país. Encontrei algumas iniciativas que se voltavam para mulheres prostitutas, como é o caso de instituições como o Le Nid, na França e o Bem-me-quer, aqui mesmo, em Sergipe. Ambos fundados por iniciativa de pessoas ligadas à igreja católica e apenas uma iniciativa que estava voltada para a criança e que levava o mesmo nome de casa maternal, que é o caso da Casa Maternal Mello Matos⁴⁷

⁴⁶ Sociólogo de origem francesa, esse padre ficou conhecido mundialmente por seus estudos sobre a prostituição e por sua obra, *Le Nid* (O Ninho), uma instituição dedicada à recuperação de prostitutas, com sede em Paris.

⁴⁷ Para maiores informações a respeito dessa instituição, ver: CAMARA, Sônia. Por uma cruzada regeneradora. A cidade do Rio de Janeiro como canteiro de ações tutelares e educativas da infância minorizada na década de 1920. In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Educação e Reforma: O Rio de Janeiro nos anos 1920-1930**. Belo Horizonte. Argvmentvm, 2008.

localizada no Rio de Janeiro e fundada no ano 1924, porém totalmente diferente da Casa Maternal Amélia Leite.

José Candido de Mello Mattos foi um jurista, ocupava um cargo diferente do ocupado por Augusto Leite, porém ambos estavam preocupados com o problema da assistência a infância pobre, cada um em seu respectivo meio. Segundo Sônia Camara foi através do apelo dirigido ao povo e a imprensa que Mello Mattos iniciou a campanha em prol da criação de sua Casa Maternal em dezembro de 1924.

A Casa Maternal foi organizada como pedra angular do projeto de intervenção social iniciado por Mello Mattos, o juiz dedicou-se a implementá-la visando atender as crianças de ambos os sexos, órfãos de pai e mãe, ou as que se encontrassem entregues às misérias da mendicância, aos perigos da vadiagem e ao abandono moral e material [...]. As crianças para ali enviadas deviam receber, além dos cuidados materiais necessários, instrução própria dos jardins de infância como parte das ações direcionadas a educar e também evitar a mortalidade infantil, inibindo os malefícios contra a primeira idade. (CAMARA, 2008, p. 168)

Mesmo com a denominação semelhante observa-se algumas diferenças entre a instituição citada anteriormente e a que se disserta nesse trabalho. Dentre elas o fato da Casa Maternal Mello Mattos ter sido criada para receber apenas crianças órfãs, carentes, entregue a mendicância, enquanto a Casa Maternal Amélia Leite acolhia a adolescente solteira grávida – accidental e posteriormente seu filho e ambos recebiam educação moral e profissional. Fato que faz da Casa Maternal Amélia Leite, até o momento, uma instituição peculiar e que se voltava para a assistência e a educação da mãe adolescente e de seu filho.

Em carta enviada às filhas do Dr. Augusto Leite, o Pe. Talvás externa suas impressões colhidas durante a visita,

O automóvel do dr. Augusto Leite nos conduziu à “Casa Maternal”, construída e ampliada por ele e sua família. Trata-se de uma realização única no seu gênero, no Brasil, e talvez mesmo na Europa. Tudo aí é simples, mas feito com tal senso humano e cristão, que todas as coisas estão ordenadas à promoção da mãe e da criança. Quando eu voltar a França voltaremos a falar deste assunto. Saibam, entretanto, desde já, que, após minha visita à “Casa Maternal”, eu me senti, com sinceridade e humildemente, na obrigação de rever meu próprio método de trabalho. (A CRUZADA, 1965)

Essa carta foi recebida com muita satisfação não só pela família, mas por todos os funcionários da Casa, afinal era o reconhecimento de grande valor sobre uma obra do meio sergipano expresso por uma pessoa conhecida e respeitada mundialmente. A prova maior disso é que esta carta foi publicada no Jornal A Cruzada, quão grande a repercussão do fato.

Além dessa visita, consta no “Livro de Registros da Casa Maternal” uma relação dos eventos e das visitas feitas à instituição no período de 1958 a 1969.(Quadro 2) Nele verificamos as visitas de políticos, profissionais da área da saúde, educadores atuantes em repartições educacionais, pessoas de outros Estados e até de outros Países, profissionais que se encontravam em atividade de estágio, que por curiosidade ou a convite estiveram na Casa Maternal e conferiram através de suas visitas a credibilidade e o grande significado a obra.

Quadro 2: Visitantes da Casa Maternal Amélia Leite (1958-1969)

Ano	Mês	Dia	Visitantes
1958	Março	24	D. José Terceiro (bispo da Diocese de Penedo)
	Abril	25	D.José Vicente Távora (Terceiro bispo de Aracaju)
	Maio	23	Profº Franco Freire
		28	Dr. José Rollemberg Leite
	Junho	03	Dr. Orlando Rollemberg Leite (Deputado Federal)
		12	Dr. Orlando Rollemberg Leite (Deputado Federal)
		28	Marina Monteiro e Edy Monteiro (Assistentes Sociais do SESI nacional)
	Julho	02	Élida Trabasille (Enfermeira)
		04	Ebe Gonçalves (Assistente Social de Recife)
		28	Irma Olivare (Enfermeira Chilena)
	Agosto	08	Eni Caldeia (Educadora do INEP)
	Setembro	05	Dr. Moacir Rabelo Leite
		14	Irmãs franciscanas do Colégio Patrocínio de São José em companhia das alunas.
		20	Grupo de bandeirantes.
	Outubro	05	Vários setores da Ação Católica Diocesana.
		10	Madre Albertina Brasil Santos e Ignez Rosal
		18	Dr. Sobral Pinto (Advogado do Rio de Janeiro)

		20	Alunas das Escolas de Serviço Social de Natal, João Pessoa, Recife e Maceió.
		29	Madre Dirce Galvão (Diretora do Centro Social de Volta Redonda)
	Novembro	01	Duas enfermeiras do Paraguai que encontravam-se em estágio no Hospital de Cirurgia.
	Dezembro	08	Amália e Maria Rita Tavares (Advogada no Rio de Janeiro)
		15	Dr. Garcia Rosa e Felte Bezerra.
1959	Janeiro	10	Dr. Getúlio Lima (Engenheiro do Dep. Nacional da Criança)
		15	Adelmo Mendonça (Representantes da LBA e do Departamento Nacional da Criança)
		16	Dr. Fernando Sampaio e Fernando Luz (Médico da capital bahiana)
		31	Dr. Raimundo Almeida e sua Senhora (Delegado do Departamento Nacional da Criança em Salvador)
	Fevereiro	21	Irmã Teresa Vilalba e Irmã Maria Cristina (Religiosas Vicentinas e enfermeiras do Equador).
			Senador Jorge Maynard e Senhora
		22	Irmã Socorro Araujo.
	Março	15	Dr. Armando Leite e o Dr. Aluizio Leite.
	Abril	12	D. Celina Carvalho Leite (Presidente da LBA)
		15	Diretor da Faculdade de Medicina da Paraíba
		24	Alunas do terceiro ano da Escola de Serviço Social
		25	Alunas do primeiro ano da Escola de Serviço Social
	Maio	01	Dr. Ciro Carvalho Soares (médico na cidade de Propriá)
		17	Dr. Getúlio Lima (Engenheiro da Campanha Nacional da Criança)
	Junho	02	Dr. Hugo Pinheiro e sua esposa (Diretor do serviço Nacional do Câncer) e o Dr. Jorge Marsilac e senhora.
		05	Deputado Euvaldo Diniz
		06	Irmã Maria Gurjão. (Assistente Social e Professora da escola de Serviço Social de Maceió)
		08	Dr. João Fernandes de Brito e senhora e Dr. Manuel Aragão e senhora.
		21	Madre Nazária (Franciscana da Imaculada Conceição)
		30	Dr. Francisco Machado e família
	Julho	02	Dr. Constante Moura e sua esposa d. Maria Augusta Leite Moura.
		11	D. Cacilda Fontes e Ana Leonor Fontes (poetisa)
		18	Dr. Arício Fortes e senhora; Dr. Paulo Carvalho e esposa; Dr. Manuel Aguiar Meneses; Dr. Carlos Melo e Dr. Paulo Aguiar Meneses (representantes do Rotary Clube)

		19	D. José Vicente Távora (Bispo)
		29	Dr. José Paulo e senhora.
	Agosto	--	Não há visita registrada.
	Setembro	--	Não há visita registrada.
	Outubro	04	Irmãs Jacinta, Peregrina e Geraldina.
		15	Delegado do SESP
		28	Dr. Aluisio Neto (Pediatra da Campanha Nacional da Criança em Recife)
	Novembro	05	Nove Deputados representando a Assembléia Legislativa do Estado
		07	Irmã Maria de Lourdes Mafra e Irmã Alzira Câmara (Escola de Serviço Social de Sergipe)
		09	A esposa do Sr. Ariston Azevedo (Industrial sergipano residente em São Pulo)
		16	Araci Azevedo (Assistente Social da LBA do Rio de Janeiro).
	Dezembro	--	Não há visita registrada.
1960	Janeiro	--	Não há visita registrada.
	Fevereiro	--	Não há visita registrada.
	Março	--	Não há visita registrada.
	Abril	08	Madre Nasária e sua secretária Irmã Maria Bernadete.
	Maio	--	Não há visita registrada.
	Junho	10	Madre Maria Mesquita Sampaio (Fundadora do Serviço Social Médico no Brasil, Diretora da Escola de Serviço Social da Campinas, SP)
		29	Dr. Armando Mesquita.
	Julho	19	Dr. Frederico Carvalheira; Dr. Carlos Russell e senhora e Dr. Alberto Correia de Araújo e senhora (residentes em recife)
		23	Mons. Carlos Costa e irmã
		25	Madre Albertina Brasil Santos, Madre Elze Marques e ir. Layse Roriz (Missionárias de Jesus Crucificado)
		26	Padre Agnaldo Leal (Residente em Belo Horizonte)
	Agosto	25	Maria Cristina Botigliere (Assistente Social de São Paulo).
		26	Lúcia Dantas Andrade e Maria Virginia Andrade Leite
	Setembro	17	Dr. Silva Teles.
		27	Dr. Miguel Reale (Professor da Escola de Direito de São Paulo)
	Outubro	15	D. Adelmo Machado (Arcebispo Auxiliar de Maceió) e D. José Terceiro (Bispo de Penedo)

		16	D. Fernando Gomes (Arcebispo de Goiânia)
	Novembro	--	Não há visita registrada.
	Dezembro	--	Não há visita registrada.
1961	Janeiro	26	Maria Amélia Leite (Filha de Augusto Leite)
		28	Dr. Armando Mesquita (Desembargador) com sua esposa e vários membros de sua família
	Fevereiro	02	Bento Gonçalves, Helena Albernez, Maria Hotencia Carvalho e Maria Virginia Leite Franco.
		27	Madre Veneranda (Madre Geral da Congregação da Casa Maternal)
	Março	--	Não há visita registrada.
	Abril	--	Não há visita registrada.
	Maio	08	D. Távora (Arcebispo de Aracaju)
	Junho	--	Não há visita registrada.
	Julho	08	Dr. Júlio (Oficial do Exercito)
		30	Frei Barruel (Dominicano residente em São Paulo)
	Agosto	15	Médicos do Hospital Cirurgia
		22	Padre Luciano Duarte
		26	Oficial Paulo Barroso (Representante do Presidente da República na Capital) e Marcos Teixeira (Professor)
	Setembro	03	Ex-Governador Dr. José Rolemberg Leite e sua esposa.
		06	Grupo de senhoras da Ação Católica.
	Outubro	03	Grupo de Deputados da Assembléia Legislativa do Estado.
		05	Franco Freire (Professor)
		12	Grupo de 17 alunos do curso de Aperfeiçoamento do Departamento de Educação e 03 Professores.
		21	Gilberto Freire e senhora (Professor)
	Novembro	22	Grupo de Vereadores da Câmara da Cidade.
	Dezembro	09	Dr. Elizio Pereira de Ataíde (Delegado Federal da Criança em Salvador) e Dr. Flamarion Costa.
1962	Janeiro	14	Enfermeira Cinira Matos (Diretora da escola de Enfermagem Dr. Augusto Leite).
		19	Grupo de alunos da Escola de Enfermagem Dr. Augusto Leite.
	Fevereiro	07	Sr. Arthur Gois e o Sr. Constâncio Vieira.
	Março	12	Padre Nestor Rabelo Sampaio
		22	Sr. Godofredo Diniz.
		29	Dr. Getúlio (Diretor do Departamento Nacional da Criança) e Dr. Elizio Pereira de Ataíde (Delegado Federal da Criança em Salvador)

	Abril	13	Dr. João Machado Rollemberg Mendonça (Secretário da Fazenda do Estado)
		26	Dr. Gilson de Almeida Pinto e senhora.
	Maio	09	Sr. Lúcio (Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool neste estado)
		30	Nunes Mendonça (Professor)
	Junho	04	Regina Viana Lima (Coordenadora Regional da Campanha Educativa do Departamento Nacional da Criança)
		07	Grupo de 07 Magistrados
	Julho	04	Marfisa Simões Araújo (Assistente Social e Diretora da Escola de Serviço Social de Salvador)
		16	Irmã Isa Brito
	Agosto	03	Dr. Paiva e senhora (Engenheiro Agrônomo)
			Severino Uchôa (Professor)
		08	Dr. Armando Rollemberg (Deputado Federal)
	Setembro	23	Grupo de funcionários do Hospital de Cirurgia.
	Outubro	11	Sr, João Bezerra, João Batista e o Dr. Sobral (Juiz)
		25	Dr. Júlio Leite.
		27	Grupo de alunos do 1º e 2º anos da Faculdade de Medicina de Estado.
	Novembro	--	Não há visita registrada.
	Dezembro	17	Sr. Dionízio Machado (Governador do Estado)
		18	Dr. Fernando Sampaio e Senhora.
1963	Janeiro	03	Maria Augusta Leite e Esposo.
		06	Fernando Viana de Assis (Deputado Estadual) e sua esposa.
		14	Sr. Alfredo Napoleão Bezerra (Oficial Administrativo do Ministério da Educação) e Franco Freire (Professor).
		26	Dionízio Machado (Governador do Estado).
		30	Sr. Maria Marques da Silva (Inspetora Federal), Beatriz Macedo Costa (Professora residente em Salvador), Noêmia Trindade e Luiza Teles (Professoras residentes em João Pessoa).
	Fevereiro	08	Sr ^a . Vanda Pereira (Secretária da Organização de Auxílio Fraternal em Salvador)
		10	Dr. Constâncio Vieira e seu irmão Dr. Raimundo Vieira.
		25	Dr. Carlos Valdemar Rollemberg (Procurador da República) e sua senhora.
	Março	01	Dr. Arthur Coutinho e Senhora.
		02	Antônio Carlos Nascimento (Professor e Secretário de Educação do Estado)
		13	Sr ^a . Dulce Diniz (Esposa do Prefeito da Cidade Godofredo Diniz)

		21	Dr. Celso de Carvalho (Vice-Governador do Estado) e sua Senhora.
Abril		02	Grupo de alunas da Escola de Serviço Social de Sergipe.
		06	Dr. José Constantino Gomes Ferreira (Engenheiro Agrônomo)
		08	Sr ^a . Lincol Gardon (Embaixatriz Americana) acompanhada do Governador e sua esposa Dulce Diniz.
		27	Grupo de estudantes do Colégio Nossa Senhora de Lourdes
		28	Giovani Carvalho Oliveira e Peres Wyne (Professores)
Maio		07	Dr ^a . Laura Amazonas.
		11	Dr. Hider Gurgel e Arnaldo Pessoa (professor)
		12	Professor Oscar Versiani (Diretor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte).
		15	Grupo de alunos do 2º e 3º ano pedagógico do Instituto de Educação Rui Barbosa acompanhados por Nunes Mendonça e Hilda Sobral (Professores)
		18	Grupo de estudantes do 2º ano de medicina acompanhados pelo Dr. Garcia Moreno.
Junho		11	Sr. Menandro Simões (Capitão dos Portos).
		18	Coronel Arivaldo Fontes (Secretário de Segurança Pública)
		28	Frei Osvaldo, Frei Adolfo, Frei Henrique, Frei André, Frei Antônio (Convento Santo Antônio)
Julho		17	Sr ^a . Fed S. Pinto (Alta funcionária do Instituto de Assistência e Proteção a Criança no Rio de Janeiro)
Agosto		--	Dr. Armando Rollemberg (Ministro do Tribunal Federal de Recursos)
Setembro		16	Padre Francisco Bragança
Outubro		02	Grupo de alunas da Escola de Serviço Social de Sergipe.
		10	Grupo de estudantes do curso Pedagógico da Colégio Nossa Senhora de Lourdes.
		17	Grupo de estudante do 1º e 2º anos do curso Pedagógico do Colégio Patrocínio de São José.
Novembro		--	Não há registro de visita.
Dezembro		09	Dr. Oto Bier (Professor da Faculdade de Medicina de São Paulo)
1964	Janeiro	08	Dr. Adroaldo Campos.
	Fevereiro	--	Não há registro de visita.
	Março	05	Sr ^a . Maria Braz (Professora Paulista)
		23	Sr ^a . Ivandete (Assistente Social de João Pessoa)
	Abril	23	Luiza Lembo (Assistente Social do Hospital São Paulo), Yara e Maria Aparecida (Professoras Paulistas)

	Maio	29	General Bragança e senhora.
	Junho	01	Madre Maria Helena (Superiora do Colégio São José)
		03	Alunas do 2º ano da Escola de Serviço Social
		07	Grupo de 12 assistentes sociais
		20	D. Nivaldo Monte (Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Aracaju)
		30	Padre Nestor Sampaio
	Julho	--	Não há registro de visita.
	Agosto	12	Monsenhor Carlos Costa
		17	Dr. Armando Fontes.
		19	Dr. Eronides de Carvalho.
	Setembro	22	Grupo de senhoras (integrantes do Circulo de Pais do SESI)
	Outubro	09	Padre Nestor Sampaio, Madre Maria Celeste e Irmã Maria Leônia.
	Novembro	26	Dr. Sebastião Celso de Carvalho (Governador do Estado), Srª Bertildes Carvalho e Dr. João Marques Guimarães.
	Dezembro	21	Ana Leonor Fontes(Poetisa)
1965	Janeiro	18	Gildo Correia (Sargento da Marinha) e esposa
		20	Cônego Fernando Medeiros
	Fevereiro	02	Ministro da Saúde.
	Março	--	Não há registro de visita.
	Abril	21	Padre José Carvalho e grupo de seminaristas
	Maio	08	Manoel Cabral Machado
	Junho	10	Isabel Tiúba Barreto
		25	Abade André-Marie Talvás
			Padre Pedro Averan
	Julho	--	Não há registro de visita.
	Agosto	--	Não há registro de visita.
	Setembro	25	Francisco de Aquino Ribeiro (Pastor)
	Outubro	27	Paulo Rocha de Novaes e esposa
	Novembro	14	Francisco Teles Barreto.
	Dezembro	09	José Gonçalves Filho
		25	Rubens Prado Leite
1966	Janeiro	--	Não há registro de visita.
	Fevereiro	--	Não há registro de visita.

	Março	--	Não há registro de visita.
	Abril	--	Não há registro de visita.
	Maio	--	Não há registro de visita.
	Junho	--	Não há registro de visita.
	Julho	--	Não há registro de visita.
	Agosto	--	Não há registro de visita.
	Setembro	--	Não há registro de visita.
	Outubro	--	Não há registro de visita.
	Novembro	26	Flamarion Costa (Diretor da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor. Maria Celeste da Cunha (Conselheira da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor)
	Dezembro	10	Irmã Edite Pinto
1967	Janeiro	11	Terezinha Pina Braga (Rio de Janeiro)
		25	Madre Maria da Apresentação (Superiora do Colégio S. Carlos, São Paulo) Ir. Maria Modesta (Colégio Nossa Senhora de Fátima, Conquista, Bahia)
	Fevereiro		
	Março	03	Dr. Eduardo Vital (Secretário de Saúde do Estado)
	Abril	--	Não há registro de visita.
	Maio	--	Não há registro de visita.
	Junho	--	Não há registro de visita.
	Julho	--	Não há registro de visita.
	Agosto	--	Não há registro de visita.
	Setembro	--	Não há registro de visita.
	Outubro	--	Não há registro de visita.
	Novembro	30	Mariah de Miranda Vilas-Bôas
	Dezembro	19	Grupo de senhoras
1968	Janeiro	04	Maria Luiza Leite Amélia da Cruz Leite Franco
		25	Ernestina Sobral

	Fevereiro	22	Eduardo Vital Santos Melo Maria Cândida Galvão Flôres.
	Março	--	Não há registro de visita.
	Abril	05	Graziela Cabral
		15	Grupo de senhoras
	Maio	24	Padre Mendonça
	Junho	10	Edith Benoist Irmã Lídia da Anunciação Irmã Abgail Lima
			Maria Celina de Deus Maria Silvia D'Oliveira Costa
			Helenita Garcez Anna Maynard Garcez
	Setembro	11	Representantes da LBA do Rio de Janeiro
	Outubro	--	Não há registro de visita.
	Novembro	22	Monsenhor Olímpio Teixeira
		27	Sr. Orlando Dantas (Diretor do Jornal A Gazeta) Diplomata Sr. Paul Martin (1º Conselheiro da Embaixada Francesa, Cônsul da França no Brasil) Dr. Manoel Cabral Machado (Vice-governador do Estado) Professora Tereza Prado.
	Dezembro	06	Sr. José Ferreira (Diretor do Instituto Industrial XV de Novembro, da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor)
1969	Janeiro	21	Representante da Comissão Central da LBA.
	Fevereiro	--	Não há registro de visita.
	Março	22	Neide Ramos Leal Cavalcante
	Abril	--	Não há registro de visita.
	Maio	--	Não há registro de visita.
	Junho	03	Dr. Julio Queiroz (Médico), João Henrique Rangel (Assistente Social), Dr ^a . Alexandrina (Advogada).
	Julho	28	Alunos do 2º Pedagógico do Instituto de Educação Rui Barbosa.

	Agosto	15	Dr. Gilton Rezende (Presidente do Lyons Atalaia)
		23	Gabriel Carvalho (Presidente do Rotary Clube)
	Setembro	--	Não há registro de visita.
	Outubro	22	Berenice Silveira de Souza (Rio de Janeiro)
	Novembro	27	Grupo de alunos da Escola de Auxiliares de Enfermagem. Irmã Maria Margarida Marchetti.

Quadro elaborado pela pesquisadora. Fonte: Livro de Registro da Casa Maternal Amélia Leite. 2009.

Através do quadro anterior pode-se entender o quanto representou a inauguração de uma obra como a da Casa Maternal para a época e que as visitas conferiram o reconhecimento e o respeito para com a figura do seu fundador.

2.2. A Arquitetura e a Disciplina da/na instituição.

Quando iniciou suas atividades em prédio próprio em 1958, a Casa Maternal Amélia Leite passou a funcionar em um terreno que ocupava uma quadra⁴⁸ (figura 08). Os primeiros serviços disponibilizados à comunidade foram: O Lar da Mãe Adolescente, a Escola Artesanal e a Escola de Formação Doméstica e Profissional, que faziam parte do internato. Um ano depois, em 1959 é inaugurada a Escola Maternal Raio de Sol e concomitantemente, o Clube de Mães, começando a funcionar a partir desses serviços o externato.

⁴⁸ Não foi encontrado nenhum registro na instituição que descrevesse a área total que ela ocupava na época da inauguração.

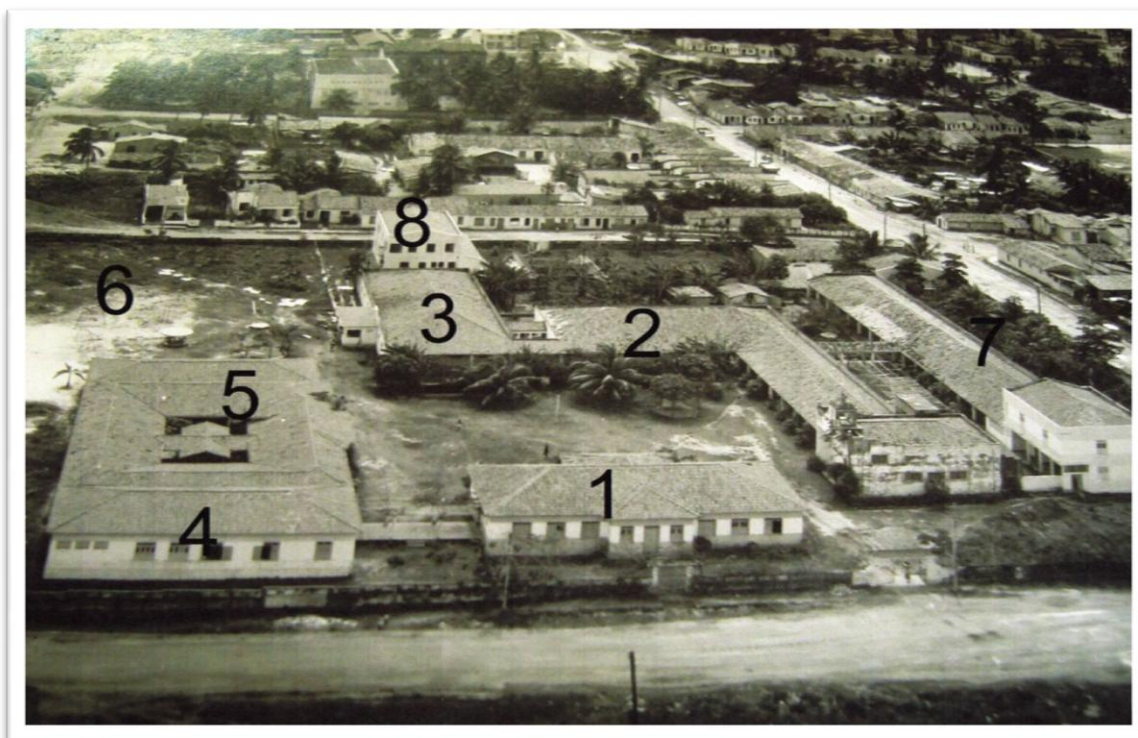


Figura 08. Vista aérea da Casa Maternal. Fonte: Arquivo da Instituição. Sem data.

Legenda: 1. Administração; 2. Lar da Mãe Adolescente; 3. Serviços Gerais; 4. Escola Artesanal; 5. Escola Maternal Raio de Sol; 6. Parque Infantil; 7. Escola de Formação Doméstica e Profissional; 8. Abrigo Maternal.

A figura 08, de vista aérea, apresenta uma visão do aglomerado arquitetônico construído para abrigar a Casa Maternal, remetendo a algumas inquietações, pois que, segundo Frago e Escolano,

A arquitetura escolar é por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. (VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, 1998, p. 26)

Assim, na figura 08, pode-se observar a forma de organização espacial, na qual a sede da administração encontra-se no centro da área construída e a um nível mais alto que as demais dependências, característica que facilitava a vigilância não apenas sob as mães, mas também sob os alunos e os funcionários da Escola Maternal.

É sempre necessário que se analise os espaços escolares “como um constructo cultural que expressa e reflete para além de sua materialidade, determinados discursos”.(VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, 1998, p. 26). Possibilitando a compreensão do que há por detrás dos prédios construídos com o objetivo de servirem como espaços disciplinares, observando esses “espaços educativos, como alguns lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares”. (VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, 1998, p. 27)

O filósofo Michel Foucault descreveu há alguns anos, em sua obra *Vigiar e Punir* (1987), a questão da distribuição do espaço aplicada a instituições, tais como, fábricas, hospitais, quartéis, prisões, escolas, argumentando que estas se utilizariam de procedimentos disciplinares das organizações modernas que visavam formas efetivas de dispositivos que tornassem os “corpos dóceis”.

Para atingir esse objetivo essas instituições deveriam seguir o mesmo modelo Panóptico criado por Jeremy Bentham em 1789, que consistia num projeto de prisão modelar que servisse para a reforma intelecto-social de detentos. A arquitetura desse projeto dispunha de uma torre no centro de um espaço circular, ao redor do qual existiam as celas, todas contendo uma abertura para a torre, e outra para o ambiente externo. Assim, os responsáveis pela vigília dos presos, podiam ver o que os internos faziam, sem que estes percebessem. A vigilância seria, portanto, o elemento fundamental do Panóptico.

Daí o efeito mais importante do panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os

detentos se encontrem presos numa situação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o primeiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente.

[...]

O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. (FOUCAULT, 1987, p. 166)

Observando o complexo arquitetônico da Casa Maternal e as idéias defendidas por Foucault, pode-se estabelecer algumas relações entre ambos, pois, que a Casa Maternal apresenta alguns desses elementos em sua estrutura física aproximando-se do panóptico. E por se tratar de um internato fazia necessária a vigilância, ou pelo menos, a certeza de que se observou.

Essa vigilância contínua e hierárquica era exercida através da disciplina. “A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”.(FOUCAULT, 1987, p. 147). E ainda usada como “um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar, um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder”. (FOUCAULT, 1987, p. 143).

No caso específico da instituição estudada, segundo o depoimento da assistente social que lá trabalhava, a entrada e saída das moças atendidas eram controladas pelo Serviço Social da Casa. Não havia um dia pré-estabelecido para sair ou receber visitas, porém isso só acontecia com a autorização prévia da responsável por esse setor. E caso as mães internas não obedecessem a essas regras não poderiam permanecer na instituição.

Lá tinha um certo horário pra não avançar demais também, mas não tinha aquele horário, aquele dia marcado não. Entendeu? Era de acordo com a necessidade de cada uma e a procura também. Se vinha um parente e queria visitar, sabia que tinha uma assistente social ali, chamava, vinha e me pedia e tinha toda a liberdade de entrar de ver o filho, de mostrar a casa, porque elas tinham orgulho. “- Ah! Venha ver meu quarto”. E se procurava fazer com que elas se sentissem ali como se fosse na

própria casa. Se sentisse em família. Era uma liberdade vigiada. Pra elas não se sentirem assim presas, mas tinha que ter um certo limite⁴⁹.

Esse tipo de instituição, o internato, foi desenvolvido por iniciativas religiosas, que não dispensaram o auxílio público e privado, por meio do apelo à caridade e filantropia, o que garantiu aos proprietários e demais doadores um tipo de capital e reconhecimento social decorrente da atitude humanitária associada a tal gesto⁵⁰.

No Brasil, os primeiros internatos voltados para o atendimento da população pobre foram as Santas Casas de Misericórdia⁵¹, que atuavam como instituições de recolhimento, criação e educação de crianças pobres. Esse tipo de instituição era vista pelas autoridades e pelo universo da filantropia como uma forma de assistência e medida de controle social. “Deste modo, ao combinar rudimentos de instrução com aprendizagem profissional, assistiam, controlavam o mundo da “desordem” e, por tabela, ofereciam uma mão-de-obra minimamente disciplinada, qualificada e, sobretudo, farta e barata. Educados nesses termos, estariam sendo úteis a si e à sua pátria”. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 108)

Ingressar num internato supõe a obediência a sua disciplina. Disciplina esta que prevê a produção de corpos submissos e “dóceis” e são concebidas como “[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade – utilidade [...]”. (FOUCAULT, 1987, p. 118).

⁴⁹ Trecho do depoimento de d. Aydê Matos.

⁵⁰ Voltamos à discussão exposta no primeiro capítulo, de que Augusto César Leite buscava através de suas obras, em especial, a Casa Maternal o reconhecimento social, apesar dos depoentes afirmarem que sua iniciativa se concretizou porque ele era uma pessoa de bom coração.

⁵¹ As primeiras Santas Casas de Misericórdia que implantaram as rodas dos expostos foram, respectivamente, a de Salvador em 1726, a do Rio de Janeiro em 1738 e Recife em 1789. Instaladas junto as Santas Casas de Misericórdia as “rodas dos expostos” eram instituições que existiam na França e em Portugal, foram trazidas para o Brasil no séc. XVIII eram também chamadas de “Casas dos Expostos”. Tinham como objetivo salvar os recém-nascidos abandonados, para depois encaminhá-los aos internatos. Para maiores explicações consultar: MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História da Brasil. 1726 – 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. 5 ed. São Paulo. Cortez, 2003. p. 53-79.

Na Casa Maternal não seria diferente, pois que lá também se tratava de um internato e utilizavam-se do poder disciplinar, um tipo de “poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”” (FOUCAULT, 1987, p. 143), visando à manutenção do controle e da ordem.

Para se manterem internas, as mães deveriam obedecer a uma rotina diária da qual faziam parte o cuidado com o filho, os serviços domésticos, cursos de alfabetização, corte e costura, bordado, tecelagem, aulas de religião e arte culinária. Os serviços domésticos obedeciam a um sistema de rodízio, que procuravam oferecer à assistida um conhecimento geral nesse campo e, também, facilitar aos técnicos descobrir aptidões pessoais, para serem melhor aperfeiçoadas.

A rotina era muito corrida, porque a gente tinha que participar de tudo e tinha horário pra tudo. Primeiro quando a gente levantava ia cuidar das tarefas, tinha horta pra molhar, tinha o jardim também, eu mesma me acordava mesmo até 4:00h da manhã, pra poder dar tempo de fazer tudo. Porque eu gostava de antes de ir para as aulas as roupas do meu filho já ficar lavada, as que tinha de passar já ficar passada. O primeiro que eu fazia era isso. Aí quando amanhecia a gente ia cuidar de molhar as plantas e depois fazer a parte que a gente tinha obrigação. Sempre a gente tava no refeitório, outras tavam dos corredores, outra cuidavam... era assim... era rodízio. Aí a gente tinha que do café tá tudo pronto, aí depois a gente ia tomar banho, cuidar do filho pra dar comida, isso era 6:00h e já tava tudo pronto, viu? Porque a gente ali já tava cuidando dos meninos, dando a primeira refeição deles, quando eram novinhos. Aí depois a gente ia pro refeitório, tomava o café, aí deixava o menino na caminha de sol, no terraço que tinha e ia pra aula, pra sala de aula. Aula mesmo normal, aí quando dava umas nove horas aí todo mundo saía, quem tinha filho e ia dar banho, dar lanche, lanchava também pra depois retornar pra sala de aula. Era um intervalo pra pessoa poder fazer isso.

Aí quando era 11:30h a gente saía, primeiro ia cuidar, dar o almoço dos... das crianças pra depois a gente ir almoçar.

Aí à tarde um dia era curso de arte culinária, outro dia era curso de... de corte e costura. Às vezes eram dois cursos, um horário era um, outro horário era outro. Dia de sábado a gente tinha aula de canto e de música. Era corrido! No dia de domingo mesmo era que a gente respirava, passava o dia todo livre. Mas assim mesmo antes tinha que ir pra missa, 6:00h da manhã todo mundo tava na missa.

À noite tinha a banca, preparar os deveres, fazer os trabalhos... tinha banca. Aí quando era 9:00h a gente ia novamente, tinha os meninos que tomavam mamadeira

ainda, aí a gente ia fazer a mamadeira pra poder dar. Depois disso, aí todo mundo se recolhia⁵².

A Casa Maternal Amélia Leite, apesar de apresentar algumas características diferentes de outros internatos da época, ela comunga dos mesmos princípios de organização que foram difundidos por Michel Foucault e que se aplicam a escolas, quartéis, fábricas, hospitais. E me induz a pensar numa intencionalidade por trás da sua forma arquitetônica, que visava a vigilância e a disciplina das internas. E ainda, a partir do entendimento de seu funcionamento pude confirmar a hipótese de que o fundador estaria por meio dela buscando o reconhecimento social através da filantropia. Na busca por um melhor entendimento de como funcionavam os serviços oferecidos pela Casa Maternal será feita uma descrição de cada um e os objetivos estabelecidos.

2.3. Os serviços prestados.

A Casa Maternal funcionava com a finalidade de amparar, educar e oferecer uma assistência integral à mãe adolescente e seu filho, sendo que vários setores compunham a instituição, os principais eram: o Lar da Mãe Adolescente, a Escola Maternal Raio de Sol, a Escola de Formação Doméstica e Profissional, o Clube de Mães, a Escola Artesanal e a Escola da Auxiliares de Puericultura.

2.3.1. Lar da Mãe Adolescente.

O Lar da Mãe Adolescente era um dos principais setores da obra, senão o principal. Tinha objetivo preventivo, a fim de amparar a mãe adolescente e seu filho, desprovidos de auxílio moral e financeiro.

Tinha como objetivo principal preparar a jovem gestante para receber o filho. Tal preparação deveria ser lenta e profunda, uma vez que, geralmente, a mãe recebida chegava

⁵² Depoimento de uma mãe assistida pela Casa Maternal, a Senhora Elze Almeida, concedido a pesquisadora em 31 de julho de 2008.

com uma educação deficiente e na maioria dos casos encontrava-se em estado psicológico alterado, quer pela angústia e desamparo que experimentavam, quer pela própria gestação.

Muitas chegavam a experimentar o desamparo por parte da própria família, o que certamente duplicava a dor da rejeição, se não bastasse o sofrimento pela maneira como se tornaram mães, mas também por se sentirem repudiadas por aqueles que lhes eram caros.

No período estudado foram acolhidas por esse setor 119 mães adolescentes, que chegaram à Casa por diversos motivos. Umas encaminhadas pelas patroas, outras levadas pelos próprios genitores, outras por pessoas da família, amigos ou conhecidos e, ainda algumas, que chegaram à instituição por iniciativa própria.

O período que lá permaneciam dependia de cada caso, mas só saíam quando eram encaminhadas a um emprego ou quando voltavam para a casa da família. Através do Quadro 03 pode-se visualizar quem eram essas mulheres, de onde vinham e quanto tempo permaneceram na instituição.

Quadro 03: Mães acolhidas pela Instituição no período estudado (1958-1970).

Ano	Nome das atendidas	Registro geral	procedência	Data de admissão	Data de saída
1958	Ilma Araujo	1	Abrigo maternal	21/03/1958	02/01/1959
	Maria Naldir Nunes	2	Abrigo Maternal	21/03/1958	11/01/1959
	Gildete Nascimento	3	Patroa	15/04/1958	13/01/1959
	Maria José Vieira	4	Maternidade de Propriá	25/04/1958	18/07/1966
	Gedalva Amaral	5	Abrigo Maternal	28/04/1958	01/04/1959
	Maria Floureira Santos	6	Abrigo maternal	28/04/1958	28/04/1959
	Marlene Oliveira	7	Particular	28/04/1958	30/04/1958
	Neildes Almeida	8	Particular	15/09/1958	20/09/1959
	Maria José Santos	9	Particular	13/09/1958	14/05/1959
	Maria José de Jesus	10	Maternidade	24/11/1958	30/04/1960
	Maria Helena Santos	11	Particular	13/12/1958	31/08/1960
1959	Antônia Pires Gonçalves	12	Particular	28/01/1959	29/07/1959
	Maria Joaquina Santos	13	Particular	16/03/1959	03/09/1960
	Eulina de Jesus	14	Patroa	02/04/1959	30/09/1959
	Maria da Conceição de Souza Protásio	15	Particular	16/05/1959	18/12/1959
	Josefa Alves do Nascimento	16	Particular	28/07/1959	10/12/1959

	Marlene Santos	17	Maternidade	20/09/1059	11/09/1964
	Maria da Trindade Souza Anjos	18	Particular	25/09/1959	18/10/1959
	Tereza Rocha	19	Própria	09/12/1959	15/03/1961
	Maria Núbia Araujo Monteiro	20	Particular	14/12/1959	10/08/1960
1960	Marinalva Dórea	21	Particular	21/03/1960	04/02/1961
	Maria Francisca Rocha	22	Particular	20/05/1960	16/01/1962
	Maria Ligia dos Santos	23	Própria	18/07/1960	22/09/1961
	Angelita Maria da Conceição	24	Própria	06/09/1960	-- /11/1960
	Maria Lêda Brito	25	Particular	04/10/1960	25/06/1961
	Jardelina Lourenço dos Santos	26	Particular	10/10/1960	16/12/1966
1961	Marinalva dos Santos	27	Genitor	29/01/1961	03/04/1961
	Zilma Menezes Silva	28	Genitora	25/01/1961	28/01/1963
	Maria das Graças Santos	29	Patroa	13/04/1961	01/04/1969
	Maria Izabel Rocha	30	Patroa	18/08/1961	10/10/1962
	Maria Nivalda Meneses	31	Patroa	30/08/1961	13/08/1964
	Maria Helena Santos	32	Particular	11/09/1961	06/08/1963
	Maria Célia Profeta Nascimento	33	A. Social	13/09/1961	16/03/1963
	Maria Elze de Almeida Santos	34	Particular	16/10/1961	12/08/1967
	Valdeci Santos	35	Particular	23/11/1961	26/04/1963
1962	Josefina Dias de Jesus	36	Patroa	22/01/1962	01/10/1962
	Valdeci Rodrigues dos Santos	37	Patroa	06/05/1962	25/11/1963
	Gedalva Serafim dos Santos	38	Patroa	06/05/1962	25/08/1963
	Maria Zenaide Meneses	39	Patroa	09/10/1962	22/01/1965
	Maria Creuza Santos	40	-----	22/11/1962	03/04/1963
1963	Josefa Lima de Souza	41	Particular	03/04/1963	04/04/1964
	Neuclésia dos Santos	42	-----	03/04/1963	08/07/1963
	Ediva Moreira Silva	43	Particular	28/02/1963	11/10/1965
	Maria de Lourdes Henrique	44	Particular	10/06/1963	13/03/1965
	Maria de Lourdes Cardoso	45	Particular	26/07/1963	18/02/1965
	Maria Auxiliadora Santos	46	Particular	18/10/1963	09/12/1963
	Maria Diógenes da Silva	47	-----	03/12/1963	05/10/1966
1964	Maria José Santos	48	Particular	09/06/1964	25/01/1968
	Léa Siqueira Santos	49	Patroa	01/07/1964	06/03/1965
	Maria de Lourdes de Jesus	50	-----	02/07/1964	03/08/1966
	Josefa Ribeiro de Souza	51	Particular	25/09/1964	26/09/1965
	Maria do Carmo Tojal	52	Particular	02/11/1964	04/09/1965
	Rosa Maria dos Santos	53	-----	24/11/1964	10/11/1967
	Maria Elze Santos	54	Particular	23/12/1964	28/03/1965
1965	Maria Purêza Corrêia	55	Particular	07/01/1965	14/02/1965
	Maria Lúcia da Silva	56	Particular	08/03/1965	26/01/1969
	Maria de Lourdes Santos	57	Particular	08/04/1965	04/05/1966

	Maria Angélica França	58	Própria	14/04/1965	25/07/1967
	Maria Cristina Santos	59	Particular	21/05/1965	08/05/1967
	Maria Santos Nascimento	60	A. Social	10/09/1965	28/05/1966
	Ernestina Pereira Nunes	61	Particular	11/11/1965	10/10/1969
1966	Adalgisa Siqueira Alves	62	Particular	17/01/1966	20-05/1967
	Lêda da Cruz	63	Particular	26/01/1966	01/05/1967
	Maria do Carmo Oliveira Fernandes	64	Particular	13/02/1966	12/08/1967
	Josefa Carlos Monteiro	65	Patroa	31/04/1966	29/06/1968
	Rilza Gomes	66	Particular	13/06/1966	23/12/1967
	Maria Augusta Santos	67	Patroa	14/06/1966	21/10/1967
	Valda Maria Oliveira	68	Patroa	14/07/1966	28/07/1967
	Maria José Santos	69	Patroa	09/11/1966	04/12/1967
	Josefa Maria Meneses	70	Patroa	16/02/1967	09/11/1968
	Maria Aparecida Melo Leite	71	Particular	04/04/1967	09/11/1968
	Maria Célia Santos	72	Maternidade	25/04/1967	19/10/1969
1967	Josefa Correia da Silva	73	LBA	04/08/1967	20/10/1968
	Maria Enelita dos Santos	74	Patroa	29/09/1967	20/10/1068
	Ivone Godoy	75	Particular	30/09/1967	29/01/1968
	Maria Perpetuo Socorro M. Lima	76	Recife	10/11/1967	08/11/1970
	Lêda Maria Cardoso Santos	77	Juiz de Menores	05/01/1968	03/08/1969
	Maria Izabel de Jesus	78	Patroa	11/01/1968	10/10/1970
	Darcy Teixeira Lima	79	A. Social	01/02/1968	09/08/1968
	Josefa Santos	80	Patroa	01/02/1968	23/06/1968
	Maria Alves de Souza	81	Paraíba	06/02/1968	28/11/1968
	Raimunda Fontes da Cruz	82	D. Távora	31/01/1968	21/12/1968
	Maria Valdice da Conceição	83	A. Social	19/02/1968	16/12/1968
1968	Maria Djanira de Jesus	84	Patroa	06/05/1968	25/02/1969
	Vera Lúcia Rodrigues	85	Patroa	03/06/1968	25/02/1969
	Lúcia Santos	86	A. Social	11/06/1968	04/08/1969
	Vera Macedo Teixeira	87	Padre Salesiano	09/07/1968	01/11/1968
	Isabela Santos Vasconcelos	88	Funcionária da Casa Maternal	10/07/1968	17/08/1968
	Maria Bernadete Leite	89	Patroa	22/10/1968	01/06/1970
	Odete Celma da Silva	90	Recife	31/10/1968	25/02/1969
	Rosa Alves Barreto	91	Genitora	05/11/1968	28/12/1968
	Maria Marta da Conceição	92	Salvador	02/12/1968	02/04/1970
	Marinalva Correia Santos	93	Dr. Osvaldo	02/12/1968	01/04/1969
	Vera Lúcia Conceição	94	Genitora	01/02/1969	30/09/1971
1969	Elma Dalva Meneses Nascimento	95	Própria	27/02/1969	20/01/1971
	Maria Lúcia Santos	96	Assistente Social Durvalina	06/03/1969	04/08/1969
	Luiza Barbosa Santos	97	Gal. Carmelo	24/03/1969	20/02/1971
	Maria José Pereira Santos	98	Ir. Consolata	26/03/1969	20/05/1971
	Maria Euridice H. P. Silva	99	Mariazinha	28/03/1969	25/05/1971

	Anita Maria da Conceição	100	A.Social	18/04/1969	10/06/1970
	Gisélia dos Santos	101	Dinorá Mendonça	28/04/1969	02/08/1970
	Telma Francisca das Neves	102	Irmã	01/07/1969	06/11/1970
	Silvana do Vale Nascimento	103	Patroa	07/07/1969	--/--/----
	Osvaldina Ferreira	104	Genitora	06/08/1969	04/06/1970
	Sônia Maria Vieira Santos	105	Genitora	14/08/1969	20/10/1970
	Eliete Maria Vieira Santos	106	Maceió	17/09/1969	14/04/1971
1970	Lúcia Alves Santos	107	LBA	17/09/1969	10/02/1971
	Maria Pureza Mendes Nascimento	108	D. Ernestina	07/01/1970	24/07/1971
	Ester Ferreira Oliveira	109	Ir. Eronildes	07/01/1970	04/11/1971
	Zuneide Oliveira Lemos	110	Sócia Clube de Mães	13/01/1970	15/07/1970
	Edna Maria Castro dos Santos	111	A. Social	09/02/1970	10/08/1970
	Marinalva de Jesus Dias	112	Particular	20/04/1970	28/06/1971
	Josefina Maria de Jesus Dias	113	Particular	18/05/1970	15/10/1971
	Josefa Maria das Virgens	114	Particular	15/06/1970	20/06/1971
	Ivanilde Batista da Silva	115	LBA	16/06/1970	30/11/1970
	Maria Margarida dos Santos	116	Patroa	06/08/1970	10/01/1972
	Maria Helena dos Santos	117	Particular	07/08/1970	23/12/1972
	Maria José de Meneses	118	A. Social	14/09/1970	29/10/1972
	Geolinda dos Santos	119	Particular	16/11/1970	25/05/1971

Quadro Elaborado pela autora. Fonte: Documentos da instituição. 2008.

Consoante com os dados fornecidos pelo quadro 03 verifica-se o total de 119 mulheres atendidas pela instituição entre os anos 1958 a 1970, fato que confirma a grande aceitação e o reconhecimento da população para com o trabalho desenvolvido na Casa. Outra questão que fica evidente é a da procedência das moças, observa-se um grande número de casos particulares, mas também um número significativo de moças que foram encaminhadas por pessoas influentes na sociedade, por suas patroas e até mesmo pelos próprios genitores revelando o grande preconceito existente contra a mãe solteira adolescente.

O Lar da Mãe Adolescente ao admitir a mãe acidental objetivava despertar nela o amor pelo filho. Ela poderia parecer preparada para receber a criança, porém era necessário que o filho não fosse recebido simplesmente e aceito apenas por forças das circunstâncias. Seria preciso que ele encontrasse um ambiente de amor, ternura e carinho. Para favorecer

esse ambiente a obra aboliu o sistema de berçários e dormitórios gerais, cada criança ficava em berço próprio, com a presença da mãe em quartos individuais que, além de favorecer esse clima de afetividade entre mãe e filho proporcionava maior conforto e melhores condições de higiene as atendidas, conforme pode-se observar na figura 09.



Figura 09: Alojamento individual das mães assistidas. Fonte: Arquivo da Instituição. Sem data.

O pavilhão no qual se localizava o Lar da Mãe Adolescente foi construído com simplicidade, porém era bastante arejado. Possuía consultório médico, dez quartos individuais, dois banheiros centrais, sala de visitas, sala de brinquedos, refeitório, cozinha, lavanderia, horta, jardim e pomar.

A finalidade profilática desse serviço abrangia: o aborto, o suicídio, a prostituição, a mortalidade infantil, o enfeitamento e o infanticídio. A mãe permanecia no Lar até ser reinserida na sociedade – quer sendo aceita de volta na casa da família, quer sendo encaminhada para um emprego.

2.3.2. Escola Maternal Raio de Sol

Outro setor da Casa Maternal era a Escola Maternal Raio de Sol (Figura 10), destinado primeiramente aos filhos das assistidas pela casa e aos filhos das senhoras do bairro, que faziam parte do Clube das Mães.



Figura 10: Escola Maternal Raio de Sol. Fonte: Arquivo da Instituição. Sem data.

Essa escola começou a funcionar em 1959, e admitia crianças com idade a partir dos dois anos. Teve por muitos anos como diretora e professora, dona Marilda Perez Leite⁵³. Promovia atividades educacionais e recreativas, bem como, assistência médica e dentária. Estava dividida em três turmas: Maternal A, Maternal B e Jardim de Infância.

A turma do Maternal A recebia crianças de dois anos. Nesta fase elas começavam a aprender um pouco de linguagem, jogos de locomoção e preliminares hábitos de higiene. O Maternal B era composto de crianças com três anos de idade. Visava favorecer o

⁵³ Dona Marilda Leite, era nora de Dr. Augusto Leite, casada com seu único filho Osvaldo Leite, continua até os dias atuais prestando serviços a Casa Maternal.

desenvolvimento de uma linguagem ampla, onde a criança se tornasse capaz de formar frases mais ou menos perfeitas, ministrava-se hábitos sociais, dispertava-se os sentimentos de obediência através de jogos e outros tipos de recreação. No Jardim de Infância admitia-se crianças com quatro anos. Tinham aulas de modelagem e desenho. O objetivo desse setor além de favorecer o desenvolvimento da criança era também o de prepará-la para prosseguir os estudos.

2.3.3. Escola de Formação Doméstica e Profissional.

Essa escola recebia jovens adolescentes, tanto da capital como do interior e assim semelhante ao Lar da Mãe Adolescente, a candidata deveria obedecer a uma série de requisitos, dentre eles: 1. Apresentar uma situação econômica modesta; 2. Ser dotada de alguma aptidão; 3. Ter cursado no mínimo o terceiro ano primário; 4. Ter a idade mínima de 16 e máxima de 24 anos; 5. Permanecer na obra por pelo menos doze meses; 6. Ter aptidão para compreender e cuidar de crianças.

Essa escola tinha um caráter preventivo, uma vez que procurava formar essas jovens para a vida, não só no sentido moral, como também no sentido doméstico e profissional. Eram ministradas aulas de puericultura, corte e costura, bordado, noções de enfermagem, alfabetização, tecelagem, noções de jardinagem, noções de horticultura e arte culinária.



Figura 11: Turma de Primeiras Letras. Fonte: Arquivo da Instituição. Sem data.

Aquelas que ingressassem na Escola de Formação Doméstica e Profissional estavam também submetidas ao regime de internato, conforme se depreende do depoimento da assistente social Aydê Matos.

A Escola de Formação Doméstica funcionava em regime de internato também. Eram moças, aí já não eram gestantes, eram moças jovens e que queriam fazer um curso de formação doméstica. Elas eram entrevistadas por uma outra assistente social que trabalhava com elas e funcionava em regime de internato. Então elas aprendiam de tudo que precisasse na época como noções de higiene, de cuidados com a criança, porque da formação doméstica poderia dali surgir babás, então elas tinham que aprender como cuidar das crianças, as mínimas noções de puericultura, entendeu? Noções de culinária, porque se elas fossem trabalhar numa casa de família, era formação doméstica, poderia sair dali para trabalhar em casa de família, então tinha noções de culinária para aprender alguma coisa sobre cozinha, educação doméstica.

2.3.4. Clube de Mães.

O Clube de Mães da Casa Maternal Amélia Leite, foi criado em 1959, em função da Escola Maternal Raio de Sol, com o objetivo de servir de elemento de ligação entre a escola, a criança e a família. Era orientado por assistentes sociais e integrado somente por mães residentes no bairro e que possuíam filhos matriculados na Escola Raio de Sol (Figura 12). Esse clube permitia a integração das internas com a população do bairro.



Figura 12: Clube de Mães da Casa Maternal Amélia Leite. Fonte: Arquivo da Instituição. Sem data.

A programação do Clube atendia não só às necessidades da escola como também às aspirações das mães. Era mantido com recursos próprios e para a realização de cursos contavam com a ajuda financeira da LBA.

A importância desse setor se dava na medida em que as aulas e encontros serviam para discussão de assuntos que envolviam a educação dos filhos e oportunizava a ampliação do entrosamento entre as mães e o funcionamento da escola.

2.3.5. A Escola Artesanal.

Esse serviço funcionou desde 1958 e atendia tanto às mães internas da Casa como às do Clube de Mães com o objetivo de proporcionar uma orientação profissional. Lá elas faziam vários cursos de prendas manuais durante todo o ano (Figura 13), e o que era produzido nos cursos era exposto e vendido num bazar que acontecia geralmente no final de cada ano, com a intenção de arrecadar fundos para a instituição.



Figura 13: Turma da Escola Artesanal. Fonte: Arquivo da Instituição. Sem data.

2.3.6. Escola de Auxiliares de Puericultura.

Visava à formação de executantes através de cursos de higiene e zelo profissional. Era coordenada por um médico que também ministrava as aulas as mães.



Figura 14: Escola de Auxiliares de Puericultura. Fonte: Arquivo da Instituição. Sem data.

As informações descritas anteriormente sobre cada setor da Casa Maternal foi tudo que obtive nos arquivos da instituição e através do depoimento da assistente social. Aparentemente superficiais, porém relevantes para o esclarecimento do funcionamento da instituição.

Sobre a dinâmica da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, inferi que desde a sua fundação em 1947, ela só obteve maior desenvolvimento a partir de 1958, quando se desvencilha do Hospital de Cirurgia e passa a funcionar em prédio próprio. É nesse mesmo período que o idealizador dessa instituição, toma o controle, e permaneceu na direção até o ano 1970. Em sua gestão (1958-1970), a Casa Maternal aumentou o número de serviços prestados, o número de doações recebidas, bem como o número de pessoas atendidas.

Observei também o planejamento arquitetônico da instituição, que favorecia o controle e a vigilância sobre as internas e os alunos, bem como, a forma como se planejou os serviços oferecidos e a habilidade que Augusto Leite possuía para conseguir doações

para a Casa, o que promoveu a visitação de pessoas importantes não apenas do Estado, mas também de outros países, que lhe conferiam o reconhecimento social e dos capitais que detinha.

Seu afastamento da direção da Casa Maternal foi sentido com grande pesar pelos que faziam a instituição na época. Em carta aos amigos e colaboradores ele se despede,

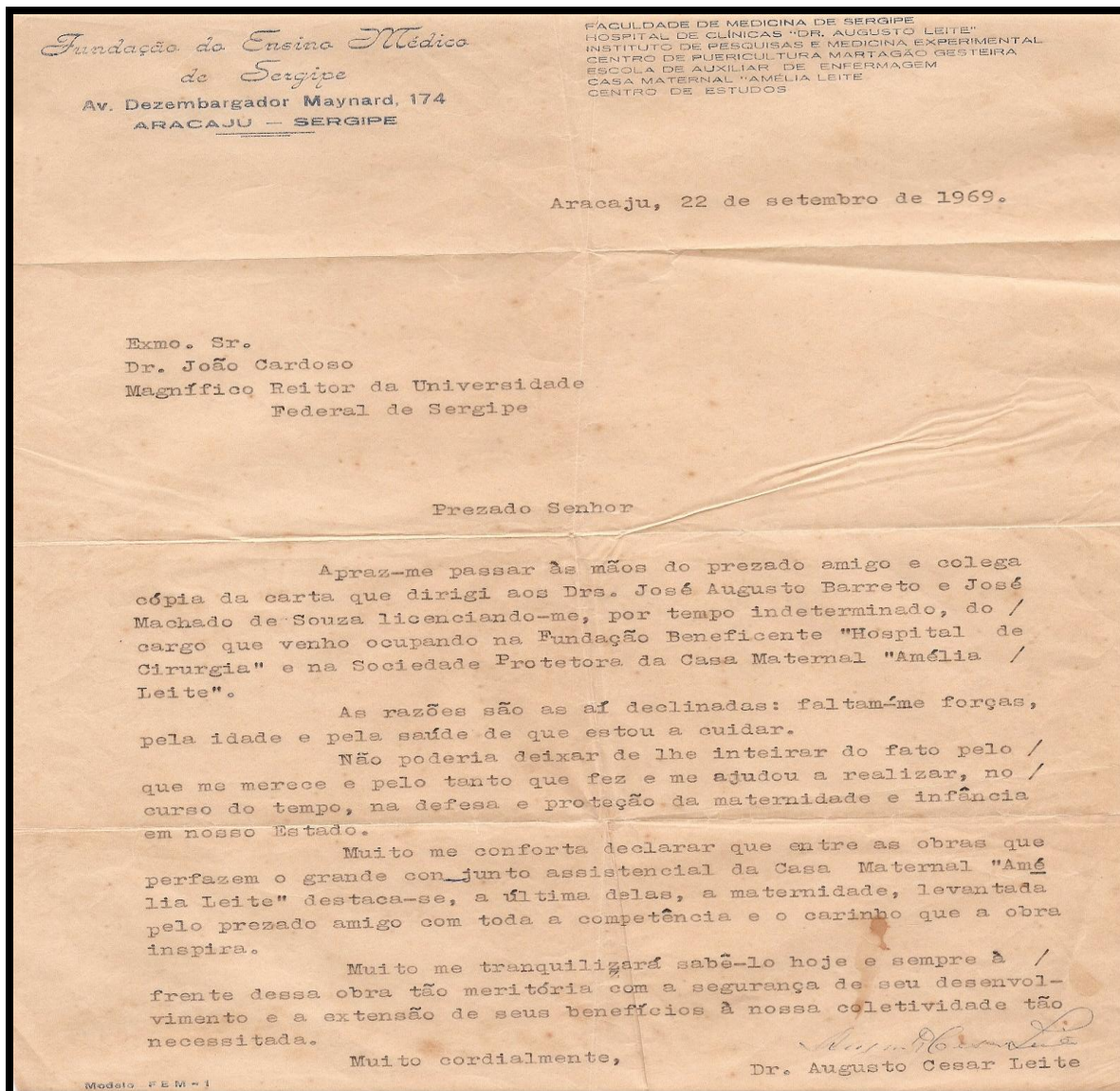


Figura 15: Carta de despedida de Augusto Leite. Arquivo da Professora Jussara Maria V. Silveira⁵⁴. 1969.

⁵⁴ Essa carta foi cedida gentilmente pela professora e pesquisadora Jussara Maria Viana Silveira. A referida professora defendeu uma Dissertação de Mestrado no NPGEd/UFS em 2008 que versa sobre a biografia de João Cardoso Nascimento Junior, o primeiro Reitor da Universidade Federal de

E deixa aquela, que segundo afirmava, era “uma obra do coração”. Que serviu não só as mães atendidas, diminuindo o preconceito existente contra a mãe-solteira adolescente, mas que proporcionou à sociedade da época a diminuição do número de abortos, infanticídios e casos de prostituição, além de ofertar um relevante número de mão-de-obra doméstica especializada⁵⁵.

Sergipe, colaborador da Casa Maternal e amigo pessoal de Augusto Leite. Para maiores informações consultar: SILVEIRA, Jussara Maria Viana. **Da medicina ao magistério:** Aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior. São Cristóvão, SE, 2008. Dissertação de Mestrado. A sua transcrição encontra-se nos anexos desse trabalho.

⁵⁵ Apesar da maioria das mães terem se tornado empregadas domésticas após o período que permaneceram na Casa Maternal houve algumas exceções das quais tive conhecimento, como o de D. Angélica França que hoje é juíza e o de D. Elze Almeida que hoje é professora aposentada.

CAPÍTULO III

REMINISCÊNCIAS DO PASSADO

“Pense o que é uma pessoa doida com o filho no braço numa maternidade sem ter... pra onde ir.”

Filomena de Oliveira

“[...] se naquele momento que eu tive que sair da minha casa, eu não tivesse a Casa Maternal eu ia viver de favor na casa de alguém porque não tinha nada, só tinha... tava com 18 anos completos naquela época, grávida e sem nenhuma cobertura, não é? [...] Se eu não tivesse ido pra lá seria tudo... a vida teria tomado outro rumo”.

Angélica França

No ano 1958 quando houve a inauguração da Casa Maternal, Augusto César Leite em seu discurso descreve a situação da mãe solteira e as implicações provenientes desse problema para o Estado, o que justifica a razão de ser dessa instituição.

Segundo ele, é na Maternidade Francino Melo que se poderia observar a complexidade do problema da mãe adolescente accidental.

Basta que considereis o número de gestantes indigentes que lhe vão pedir abrigo nas aperturas do parto. São jovens, muitas vezes. Muitas vezes, são adolescentes de 22, de 20, de 18 e até 14 anos.

Êste ano, por exemplo, de 1º de janeiro a 31 de maio (5 meses apenas), registraram-se na maternidade 443 partos de mães indigentes, dos quais 181 partos eram de adolescentes e destas 181 mães adolescentes, 76 eram solteiras, - o que vale dizer bem mais de um terço! Não bastam esses números. Não ficareis bem informados se vos não dissesse que, nesse mesmo período de 5 meses, foram contados 40 abortos entre adolescentes sem recursos. Isso notai bem, na maternidade, apenas. Perderam-se muitos outros sem registro, na cidade.

[...] essas mães adolescentes de regra não têm pouso certo. Muitas delas não tem família. vêm de um meio impuro sem nenhum conforto material, subnutridas e esgotadas, na luta pela vida.

Na sua historia, misturam-se com os arrebatamentos e contradições próprias da idade a inexperiência, a credulidade excessiva, os enganos e desenganos da paixão desvairada e, maior do que tudo, ressaltam, da sua história a ignorância e a pobreza.

O tempo passa rápido, na maternidade. Ao cabo de poucos dias, a mãe desamparada deixa, obrigatoriamente, o leito e volta para o mesmo meio corrompido donde veio, com o filho ao colo, recebendo, tão somente, à hora da partida, de envolto com conselhos médicos, votos de perene felicidade para ela e seu filho.

Aí está o problema da mãe adolescente abandonada, em Sergipe, em toda sua crueza. (LEITE, 1966, p.70)

Foi dentro desse contexto explicitado pelo médico que se encontravam nos anos de 1956, 1961 e 1965 jovens e grávidas as senhoras Filomena de Oliveira, Elze Almeida e Angélica França, respectivamente, que desamparadas procuraram a Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite e por ela foram acolhidas.

Com estas mulheres mantive contato e a permissão para remexer em suas memórias, conhecendo um pouco mais das suas histórias de vida, dos seus passados e através dos seus depoimentos compreender com mais clareza a dimensão de uma obra como a da Casa Maternal. Pautada no princípio que através da “[...] memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (BOSI, 1994, p. 47), tomei o cuidado de comparar os relatos com outras fontes, outros indícios, conduta esta que possibilitou maior convicção durante a escrita deste capítulo. Aqui fiz o uso de quatro entrevistas-depoimento⁵⁶, a da Assistente Social da instituição, Aydê Matos; a de Filomena Oliveira, adolescente atendida no Abrigo Maternal quando ainda funcionava anexo ao Hospital Cirurgia; a de Elze de Almeida, atendida no Abrigo e acolhida pela Casa Maternal após o parto e, por fim, a de Angélica França atendida também no Abrigo e depois encaminhada para a Casa Maternal⁵⁷.



Figura 16: Mães acolhidas na Casa Maternal com seus filhos. Sem data. Arquivo da Instituição.

⁵⁶ Essas entrevistas foram realizadas pela autora entre Junho e Agosto de 2008.

⁵⁷ Os nomes verdadeiros das depoentes foram mantidos mediante o consentimento de todas.

3.1. Perfil das mães

A primeira mãe atendida pela Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite foi Filomena de Oliveira⁵⁸, hoje com 69 anos, teve seu primeiro filho em 1956 aos 18 anos de idade. Natural de Itabaianinha, interior do Estado, pouco instruída, órfã, perdera seus pais ainda criança, sua mãe morreu no parto e um ano e meio depois da morte dela seu pai veio a falecer também. Conheceu o pai de sua filha quando ainda morava no interior, um homem mais velho e experiente com quem manteve uma breve relação.

Transferiu-se para Aracaju a convite de uma família que estava indo morar na capital. Trabalhou como doméstica na residência deles por três anos. Já instalada reencontra por acaso seu conterrâneo com quem tinha se relacionado há alguns anos atrás. Envolveu-se novamente, porém ele se encontrava casado. Depois desse reencontro ele volta para Itabaianinha e passados três meses ela descobre que está grávida.

Envergonhada foge da casa onde trabalhava e uma amiga lhe arruma outro emprego. Permanece com essa nova família até o momento que se encaminha para a Maternidade Francino Melo para dar a luz, porém a sua patroa não a aceitava com a criança.

Aí fui pra outra casa, quando cheguei lá a mulher a gravidez toda... passei a gravidez toda ela cuidando de mim. Saí de lá pra ir pra maternidade. Justamente quando eu tava lá ela me dizia: “- Cuido de você na gravidez, mas voltar sem o menino você vem, agora com o menino eu não quero”. Direito, né? Aí foi quando eu precisei da Casa Maternal.⁵⁹

A senhora Filomena deu a luz a uma menina, a quem deu o nome de Tereza. Preocupada com a sua situação conversou com uma enfermeira que a viu chorando e encaminhou-a para a Assistente Social. Relatou sua história à assistente e foi encaminhada para o Abrigo Maternal⁶⁰ onde permaneceu por quatro meses.

⁵⁸ A entrevista foi realizada na residência da depoente no dia 04 de Agosto de 2008.

⁵⁹ Trecho da entrevista realizada com Filomena de Oliveira.

⁶⁰ Até o ano 1958 o Abrigo Maternal funcionava anexo ao Hospital Cirurgia, mas era mantido pela Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite. A partir deste mesmo ano, com a inauguração do prédio próprio, é que ele passa a funcionar a Rua Frei Paulo, 682.

A segunda mãe entrevistada foi a senhora Elze Almeida da Silva, 64, residia em Campo do Brito, também interior do Estado, órfã de mãe, com o curso primário completo, aos 17 anos engravidou. Seu pai já convivia com outra mulher e sem lugar para ficar foi levada para a capital por seu padrinho, que a deixou no Abrigo Maternal, onde permaneceu por mais ou menos um mês até dar a luz. Da maternidade passou a residir na Casa Maternal, onde permaneceu por seis anos juntamente com o seu filho, João Augusto.

[...] sou de Campo do Brito. Só tinha pai, nesse tempo meu pai ainda era vivo mas meu pai vivia com outra mulher e eu não tinha onde ficar. Aí meu padrinho [...] foi quem me arranhou lá na Casa Maternal. Foi lá, visitou a Casa pra ver como era o procedimento da casa, aí me levou pra lá.⁶¹

A terceira e última depoente foi a senhora Maria Angélica França de Souza, 61. Recém-chegada de Brasília, com 17 anos, segundo grau incompleto, órfã de mãe, grávida, desentendeu-se com seu pai e saiu de casa em busca de tranquilidade, pois que, as brigas com sua madrasta eram muitas.

No meu caso é que eu me desentendi... É minha mãe tinha morrido, meu pai ia casar e minha madrasta não me aceitava. Aí por causa dos meus irmãos todos pequenos, eu era a mais velha com 17 anos, aí tive que “abrir”, como diz a gíria atualmente. Saí porque os desentendimentos eram grandes, meus irmãos ficavam expostos então eu tive que procurar sossego lá. Se eu não tivesse com a gravidez, eu teria ficado.⁶²

Angélica tomou conhecimento da existência da Casa Maternal e se dirigiu até lá por iniciativa própria. Chegando lá foi encaminhada para o Abrigo Maternal e depois foi para a maternidade. Em 1965 deu a luz a um menino, a quem chamou de Anderson, em seguida retornou para a Casa Maternal, onde permaneceu por mais dois anos.

⁶¹ Trecho da entrevista realizada com Elze Almeida.

⁶² Trecho da entrevista de Angélica França.

Essas três mulheres e suas histórias, apesar de períodos diferentes possuem algumas semelhanças. Dentre elas, o fato de que num determinado momento de suas vidas buscaram apoio na Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite. Face ao estado de gravidez e sem o auxílio da família e dos pais dos seus filhos, são acolhidas por essa instituição e a partir daí a vida dessas três jovens tomaria um rumo diferente do que se imaginava à época e descrito anteriormente através do discurso de Augusto Leite.

A Casa Maternal se apresentava como um local digno e favorável a um futuro promissor, longe do meio do qual saíram e livres da possibilidade de se tornarem prostitutas, praticarem o aborto ou infanticídio. Apesar do preconceito que enfrentariam pelo fato de serem mães solteiras, a partir da intervenção dessa instituição, elas teriam uma “segunda chance” para voltar ao “bom caminho”.

Segundo Margareth Rago, desde a industrialização brasileira a mulher é vista por duas concepções antagônicas, a de “Santa Maria” ou “Eva”, “rainha do lar” ou “mulher da vida”. “A ela foi designado o destino de “mãe de família” e se apresentassem algum comportamento fora desse parâmetro recobria-se do estigma da culpabilidade e da imoralidade [...] o modelo rígido e ascético da esposa-mãe-dona-de-casa deveria atuar no sentido de introduzir o sentimento de intimidade do lar”. (RAGO, 1985, p. 206)

A idéia de Eugenia, de aperfeiçoamento da raça e a postura moralista que se desenvolveu no Brasil nas primeiras décadas do século XX impulsionaram médicos-sanitaristas e filantropos, que se encarregaram de controlar a saúde da população, além da vigilância da prostituição, adquirindo crescente participação no aparato governamental, classificando a prostituição como um vício que poderia corromper todo o corpo social.

Construído no século XIX a partir de uma referência médico-policial, o conceito da prostituição não pode ser projetado retroativamente para nomear práticas de comercialização sexual do corpo feminino em outras formações sociais, sem realizar um aplainamento violento da singularidade dos acontecimentos.

Fenômeno essencialmente urbano, inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, e em que todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina um lugar específico às sexualidades insubmissas.

Como tal, o conceito é saturado de conotações extremamente moralistas e associado às imagens da sujeira, do esgoto, da podridão, em suma, daquilo que constitui uma dimensão rejeitável na sociedade. Condenando e estigmatizando a prostituição, quer-se eliminá-la como a uma parte cancerosa. Vale lembrar a constância com que a metáfora orgânica do “cranco social” é utilizada para designar o comércio amoroso. (RAGO, 2008, p. 26)

Dessa maneira, a prostituição pode ser visualizada como fuga da “unidade” familiar, da disciplina do trabalho e das normas convencionais, porém no caso das mulheres atendidas na Casa Maternal é necessário salientar que não eram prostitutas, mas sim mulheres pobres que haviam sido “defloradas” e abandonadas. Como a virgindade naquele período era revestida de determinados valores morais, essas moças optavam muitas vezes pelo cometimento do aborto a assumir-se mãe de um “bastardo”, situação que contribuía para o aumento do número de abortos, infanticídios e da prostituição.

A receita para a mulher ideal envolvia uma mistura de imagens: a mãe piedosa da Igreja, a mãe-educadora do Estado Positivista, a esposa-companheira do aparato médico-higienista. Mas todas elas convergiam para a pureza sexual – virgindade da moça, castidade da mulher. Para a mulher ser honesta, devia se casar; não havia outra alternativa e para casar, era teoricamente preciso ser virgem. O próprio código civil previa a nulidade do casamento quando contestada pelo marido a não-virgindade da noiva.

[...]

A moral burguesa não era de todo estranha aos grupos populares. A prova se acha no desespero registrado por meninas defloradas que preferiam arriscar um aborto, cometer infanticídio ou até matar-se, antes de vir a público seu estado de mãe solteira. E era, sem dúvida, em parte, para evitar tal destino que pais pobres internavam suas filhas, quando achavam vaga, num asilo ou orfanato de religiosas[...] (FONSECA, 2008, p. 528)

Como médico e filantropo, Augusto Leite preocupado com os problemas sociais decorrentes dessa situação comum à época e recorrente na Maternidade Francino Melo, cria então um instituição que iria ajudar a essas jovens mulheres grávidas do primeiro filho “encaminhando as desviadas ao bom caminho”⁶³.

⁶³ Trecho retirado da Ata de Fundação da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite.

3.2. A admissão

Para que a jovem pudesse ser aceita na instituição havia alguns pré-requisitos que precisavam ser atendidos e que se diferenciavam conforme o setor a que eram encaminhadas, o Abrigo ou a Casa.

O Abrigo começou a funcionar desde o ano de 1947, anexo ao Hospital Cirurgia, oferecia um atendimento mais restrito. Lá as mães permaneciam apenas por alguns meses depois do parto e o único curso que ofereciam era o de puericultura. Quando a Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite passou a funcionar em prédio próprio, no ano de 1958, o Abrigo foi transferido para esse novo endereço. Porém passaria a receber mulheres ainda grávidas e não aquelas que já tivessem dado a luz como outrora. As puérperas passariam então a ser atendidas na Casa Maternal. Lá não havia tempo definido para suas permanências, podiam ficar até serem encaminhadas a um emprego ou voltavam para o convívio da família.

Diferente do Abrigo, a Casa proporcionava vários cursos profissionalizantes, além de promover educação básica às mães acolhidas e suas crianças, como também, às crianças da comunidade.

[...] à tarde um dia era curso de arte culinária, outro dia era curso de... de corte e costura. Às vezes eram dois cursos, um horário era um, outro horário era outro. Dia de sábado a gente tinha aula de canto e música⁶⁴.

Para a admissão da jovem no Abrigo o que se levava em consideração era a sua situação social e financeira. Aceitavam apenas mulheres carentes e que não tinham para onde ir depois do parto. Também não se exigia limite de idade ou se era o primeiro ou o segundo filho, o que se comprova a partir do depoimento da assistente social.

O trabalho no Abrigo era um trabalho muito mais resumido, porque como o próprio nome, era realmente um abrigo, era destinado a mães que ao receberem alta da

⁶⁴ Trecho da entrevista realizada com Elze Almeida.

maternidade, não tinham para onde ir. Em sua maioria domésticas ou então vindas do interior e não tinham como se manter após o parto, não podiam voltar ao trabalho porque doméstica não voltavam logo ao trabalho, as próprias patroas também não recebiam mães com filhos, então foi aí que dr. Augusto tinha construído esse abrigo para receber essas mães. Então era uma permanência pequena, ficavam um mês ou dois a depender muito da situação de cada uma, tanto é que não tinha uma oportunidade de a gente promover uma assistência maior.

[...]

Para a mãe ser atendida no Abrigo o que ela precisava era, primeiro ter carência mesmo e não ter para onde ir. Não tinha idade determinada e questão de filho podia ser já do primeiro filho, do segundo, o que interessava era a situação social de cada uma.⁶⁵

Em contraposição, os requisitos para ingresso na Casa Maternal eram diferentes. Recebiam apenas moças de menor idade e de primeiro filho que tivessem sido rejeitadas pelas famílias e abandonadas pelo pai da criança.

Na Casa Maternal as normas eram outras, porque lá dr. Augusto quis fazer um trabalho mais voltado para a mãe adolescente. No Abrigo a gente não tinha limite de idade, mas lá na Casa Maternal Amélia Leite ele se voltou muito para a mãe adolescente. Então lá o limite mínimo não tinha, desde que ela estivesse grávida, foi como nós tivemos a oportunidade de admitir gestantes com 13 anos, 14. Então lá nós só recebíamos de menor idade e de primeiro filho.⁶⁶

Obedecendo a essas exigências as três depoentes que entrevistei foram admitidas pela instituição, Filomena de Oliveira, no Abrigo e Elze Almeida e Angélica França, primeiramente, no Abrigo e depois encaminhadas para a Casa. Grávidas do primeiro filho, menores de idade e sem o apoio da família, elas preenchiam os requisitos necessários para serem acolhidas pela instituição.

A senhora Filomena de Oliveira foi dar a luz na Maternidade Francino Melo acompanhada de sua patroa que não a aceitava com a criança. Depois do parto, preocupada com a sua situação foi encaminhada por uma enfermeira à assistente social. Explicou sua situação e foi admitida no Abrigo Maternal. Permaneceu lá por quatro meses saindo para

⁶⁵ Trecho da entrevista realizada com Aydê Matos.

⁶⁶ Trecho da entrevista realizada com Aydê Matos.

trabalhar na mesma profissão só que com outra família, que não só a aceitou com sua filha como ajudou a criá-la.

Elze de Oliveira foi admitida em 1961. Quando chegou foi encaminhada para o Abrigo onde permaneceu por um mês até dar a luz ao seu filho. Da maternidade foi para a Casa Maternal, onde foi atendida e depois se tornou professora da Escola Maternal Raio de Sol.

Atendendo também aos pré-requisitos necessários à admissão, estava a senhora Angélica França, que procurou a Casa por iniciativa própria em 1965 e foi admitida primeiramente no Abrigo, onde permaneceu até o nascimento do seu filho e depois levada para a Casa Maternal, permanecendo lá por mais dois anos.

3.3. O atendimento institucional

Depois de admitidas as jovens mães eram encaminhadas pela assistente social ao alojamento da instituição onde se acomodavam. Cada mãe se instalava em um quarto juntamente com seu filho e passavam a receber acompanhamento médico-assistencial, faziam exames, recebiam orientação para a gravidez, pré-natal objetivando a aceitação da criança.

Encaminhadas pra lá eram submetidas a uma triagem que era feita pela assistente social, ela era admitida, tinha exame médico também para realmente constatar se ela estava grávida e ainda no começo da gravidez, porque? Para preparar aquela jovem gestante desde o início, mostrar a importância do pré-natal e evitar que ela pensasse em rejeitar o filho. Primeiro para evitar o aborto e segundo para quando a criança nascesse de rejeitar. Então ela era orientada desde o início nesse sentido, para a aceitação. Porque muitas chegavam revoltadas. Sem apoio do pai da criança em primeiro lugar, sem apoio da família, né? Então chegavam revoltadas mesmo, muitas não queriam realmente o filho. Então a gente tinha que de início fazer esse trabalho, de fazer com que elas aceitassem a gravidez, visando o nascimento da criança.⁶⁷

⁶⁷ Trecho retirado da entrevista realizada com d. Aydê Matos.

No Abrigo, quando anexo ao Hospital Cirurgia, as mães eram acompanhadas por uma funcionária do próprio hospital. Acordavam cedo para cuidar dos seus filhos, assistiam a algumas palestras educativas, sobre como cuidar das crianças que eram ministradas por médicos e enfermeiras.

Dona Rita era quem morava com a gente. Eu lembro que seis horas da manhã a gente tava na filinha para dar banho nos bichinhos.

[...]

Tinha médico, tinha tudo, mas as mães... elas ensinavam como era que cuidava, eu mesma não sabia de nada e as outras também. Ensinavam como era que cuidava, como dava comida, tudo elas.⁶⁸

Na Casa a rotina era mais intensa. As mães tinham mais atividades a cumprir, além da oferta de cursos profissionalizantes que era maior e seguiam o mesmo sistema do abrigo cada uma cuidava do seu filho. Segundo Angélica França,

Cada uma tinha uma tarefa... todos os meses havia um roteiro que mudava. Alguém vai ficar responsável por tal setor, alguém vai ficar responsável por tal local. Cada uma arrumava seu apartamento lá e era responsável pela tarefa que a direção determinava. Amanhecia o dia, todo mundo tomava café, cada uma cuidava de suas tarefas, depois aquelas que estudavam ali iam para ali, outras que estudavam em outros locais se dirigiam.⁶⁹

Os cursos que a instituição oferecia às mães eram de prendas manuais, bordado, corte e costura, puericultura, culinária e o curso primário, que objetivavam a profissionalização dessas moças e o preparo para as dificuldades do mercado de trabalho fora da Casa e o cuidado com a sua saúde e a saúde da criança.

Esses cursos faziam parte da rotina das moças dentro da instituição por isso nenhuma delas podia deixar de frequentá-los. Eram geralmente ministrados por

⁶⁸ Trecho da entrevista realizada com Filomena de Oliveira.

⁶⁹ Trecho retirado da entrevista realizada com Angélica França. Essa depoente é um exemplo de mãe que teve seus estudos custeados por Augusto Leite. Ela terminou o curso pedagógico na Colégio Patrocínio de São José, estabelecimento particular localizado na Capital.

profissionais do Hospital de Cirurgia, ou por pessoas que voluntariamente se ofereciam para colaborar com a Casa, como era o caso da Senhora Caçula Barreto, professora de bordado e trabalhos manuais.

Os que eu mais gostei foi corte e costura, trabalhos manuais e arte culinária.

[...]

Dia de sábado a gente tinha aula de canto e música.⁷⁰

3.4. A assistência a infância

A questão da assistência e educação à infância sergipana foi por muito tempo motivo de preocupação e ação de Augusto César Leite. Suas iniciativas, descritas no primeiro capítulo, são exemplos de sua intervenção. E, em sua maior obra de filantropia, a Casa Maternal Amélia Leite, ele não poderia deixar de contemplar essa parcela da população, tida como “o futuro da nação”, pelo contrário, segundo ele o cuidado com a mãe só surtiria efeito se interligado ao cuidado com a criança.

O problema da mãe é tão complexo, entrelaça-se hoje tão intimamente ao do filho e de tal modo interdependem as suas respectivas soluções, que se pode asseverar, francamente, que um e outro constituem um só problema.

Evidentemente, não é possível proteção à infância sem proteção adequada à maternidade. A recíproca é verdadeira.

Se com o cuidar da mãe abandonada promove-se a saúde do filho, por sua vez, quando bem cuidado, a sua salva-guarda, a garantia maior de sua recuperação moral. (LEITE, 1966, p. 71)

Por isso quando fundou a Casa Maternal Amélia Leite em prédio próprio, reservou uma parte do terreno para a construção da Escola Maternal Raio de Sol. E a partir dos depoimentos colhidos fica evidente o cuidado e a atenção que o médico dispensava às crianças atendidas pela instituição e como estas eram tratadas lá.

⁷⁰ Trecho da entrevista realizada com Elze Almeida.

O principal objetivo lá era a criança. [...] os meninos tinha pediatra, dr. Paulo Carvalho.

[...] se um menino tivesse a noite precisando, ligava para ele e ele vinha. As crianças eram bem tratadas.⁷¹

Além dessa assistência médico-social, Augusto Leite também se preocupou com a formação dessas crianças que lá estudavam. Seja através da contratação de professores vindos de outros Estados para ministrar palestras e capacitar os professores da Casa ou pela aquisição de material apropriado para as crianças.

Tudo foi comprado especificamente para a Casa Maternal. Para a Escola se mandou fazer móveis adequados para as crianças. Tinha as mesinhas e tudo. Tudo foi feito, quer dizer, se conseguiu recursos para isso, então foi comprado com aquela finalidade. Tanto na parte da escola como na parte do internato.⁷²

3.5. A atuação de Augusto Leite

Através dos depoimentos fica evidente a lembrança e o carinho das depoentes em relação a Augusto Leite, conforme afirma a assistente social Aydê Matos,

Dr. Augusto Leite como profissional era número 1 daqui do Estado, da cidade e do Estado de Sergipe posso dizer, porque ele era um homem... um grande médico, um grande cirurgião, muito humano, não visava lucro, não visava. Era muitíssimo caridoso, muito competente.

[...] todos que se aproximavam dele ficavam encantados assim com a maneira dele trabalhar, como a maneira dele atender as pessoas, porque ele não fazia distinção de rico, de pobre, tratava tudo da mesma forma. Era uma figura que conquistava, que cativava todo mundo, pela maneira dele agir e a visão que ele tinha de tudo, principalmente na parte social.⁷³

⁷¹ Trecho da entrevista realizada com Elze Almeida.

⁷² Trecho retirado da entrevista realizada com Aydê Matos.

⁷³ Trecho retirado da entrevista realizada com Aydê Matos.

As mães comparavam-no muitas vezes à figura de um pai e como a única referência masculina que lhes deu apoio quando se encontravam grávidas, sozinhas e desamparadas.

O tratamento de dr. Augusto Leite era de pai. Era pai e avô. Pai para a gente e avô para as crianças. Ele tinha o maior cuidado.⁷⁴

Mais do que um pai! Dava todo o apoio [...] Um pai! O pai que todas queriam naquele momento. Ele foi. Supriu [...] ⁷⁵

Outro aspecto referente ao médico que pude inferir a partir das entrevistas foi quanto a sua gestão à frente da Casa Maternal, período que se verifica o maior desenvolvimento da instituição ao longo de seus 62 anos de existência.

Ele procurava sempre estar a frente de todos os assuntos da Casa, se interessava por tudo, todos os setores, tudo tinha o dedo dele. Promovia recursos, meios para o funcionamento da instituição, os cursos que elaborava, se interessava por tudo, todos os dias quando ele visitava, ia a instituição, corria as dependências todas da Casa. Procurava setor por setor, conversava com todo o pessoal que trabalhava na instituição, desde os mais simples até os médicos que tinha na Casa. As meninas do internato ele sempre gostava de conversar, de saber como elas estavam. Quer dizer, uma pessoa que tava a frente da Casa. Não era um diretor de fachada não, ele era um diretor ativo.⁷⁶

[...] depois que dr. Augusto faleceu não teve mais aquela... aquele empenho que foi na direção geral.⁷⁷

Como presidente permaneceu até 1970 deixando a Casa sob os cuidados de seus colaboradores, porém há esse tempo a casa já havia se firmado junto a população aracajuana, que muito se beneficiou dos seus serviços.

⁷⁴ Trecho retirado da entrevista realizada com Elze Almeida

⁷⁵ Trecho retirado da entrevista realizada com Angélica França.

⁷⁶ Trecho retirado da entrevista realizada com Aydê Matos.

⁷⁷ Trecho retirado da entrevista realizada com Elze Almeida.

3.6. O serviço de Assistência Social.

Uma das funcionárias mais importantes da Casa era a assistente social Aydê Matos, a responsável pelo Lar da Mãe Adolescente. Começou a trabalhar na instituição quando ainda funcionava anexa ao Hospital, primeiramente como estagiária e depois quando a Casa passou a funcionar em prédio próprio, como contratada do Hospital Cirurgia.

No início eu trabalhei só como assistente social. [...] Logo que eu me formei, quando era estudante ainda fazia estágio lá no Hospital Cirurgia, na maternidade, que dr. Augusto Leite na época era diretor do Hospital de Cirurgia[...] e eu fazia estágio junto com algumas outras colegas no Hospital. E cada uma ficava num setor, porque o Hospital Cirurgia era um hospital geral, tinha várias alas: masculina, feminina, várias pessoas diferentes e eu fiquei na maternidade. E lá dr. Augusto me conheceu também e a maternidade era ligada também a Casa Maternal. Então quando ele começou a construir a Casa Maternal ele me convidou para conhecer, tanto que eu acompanhei a Casa Maternal desde a sua construção. Então quando eu me formei ele me convidou pra trabalhar... foi justamente... eu me formei no ano, logo em seguida a Casa Maternal foi fundada, onde é hoje ainda.

Na Rua Frei Paulo. Ele aí me convidou para trabalhar lá na Casa Maternal. Aí eu já fui, mas fui a obra começando e fui registrada pelo Hospital Cirurgia.⁷⁸

O trabalho desenvolvido pelo setor de assistência social, do qual ela era responsável, era amplo e exigia sua total dedicação.

Como assistente social. Comecei a trabalhar assim. Então um trabalho de início... primeiro lugar a seleção das candidatas a instituição. Essas meninas candidatas chegavam lá ou encaminhadas por alguém que conhecia já a casa maternal, alguém que conhecia dr. Augusto Leite, alguém da família, que sabia que tinha uma menina assim gestante e assim elas iam chegando. Ou alguma por iniciativa própria, que ouviu falar que existia essa casa maternal e procurava. Então a assistente social era encarregada de fazer a seleção das candidatas a instituição. Feita a seleção, se ela se enquadrava realmente as normas da casa, no regulamento da casa, ela era admitida, de preferência no início da gestação, sempre foi o pensamento de dr. Augusto, admitir no início da gestação, que era pra proporcionar a ela, a gestante, um acompanhamento a gestação desde o seu início, né? Aí ela era internada, tendo

⁷⁸ Trecho retirado da entrevista realizada com Aydê Matos.

família ou não, era constatado e a gente... ela ficava ali interna e passava ali a receber toda a orientação da casa⁷⁹.

Depois da seleção das candidatas a assistente social se informava sobre a história de cada moça para poder intervir nos respectivos casos,

A gente procurava saber a problemática dela, se tivesse alguma condição de procurar o responsável, o pai da criança, se fazia isso, mas era muito difícil, principalmente naquela época, eram meninas realmente inexperientes que aparecia a gravidez muitas vezes o responsável sumia e era muito difícil de se procurar, de saber quem era, que tinha acontecido etc, etc. E ali ela recebia toda a orientação precisa né? Tanto da parte pra (palavra inaudível) do filho, outros conhecimentos também eram transmitidos pra ela na parte de formação como pessoa, educação, instrução, cursos da parte profissional também. Uma formação assim geral. E preparando para a chegada do filho, para despertar nelas o amor maternal, porque muitas chegavam ali revoltadas, não queriam os filhos. Quantas chegavam ali: - Ah! Quando essa criança nascer eu vou dar, porque eu não quero esse filho, filho sem pai. A própria família delas também rejeitava e não queria. Muitas vezes a menina que tinha família, quando a gravidez surgia que a mãe descobria não queria aquela menina em casa porque era uma vergonha para a família, ter uma filha em casa mãe-solteira, então ela chegava lá abandonada pela família e era muitas vezes, a maioria era revoltada, a maioria. Então a gente tinha que trabalhar aquela situação dela, em cima da situação dela justamente pra fazer compreender a situação atual e que ela poderia se tornar uma mãe, aceitar o filho e se oferecia condições para que ela tivesse mais preparada psicologicamente também para receber o filho. E aí nós tivemos muitos resultados porque quando a criança nascia ela já pensava de outra forma.⁸⁰

Esse trabalho realizado junto às mães conferia a Aydê Matos muito respeito e admiração por parte das internas. Todas as depoentes falaram dela com muito carinho e mantém até os dias atuais uma grande amizade, o que permitiu a localização e o encontro dessas mães.

Dona Aydê era quem administrava o Lar das Mães e ela trazia para si a administração de toda a Casa. Tudo passava por ela, ela era a administradora geral, qualquer problema era com ela.

⁷⁹ Trecho retirado da entrevista realizada com Aydê Matos.

⁸⁰ Trecho retirado da entrevista realizada com Aydê Matos.

[...]

Dona Aydê era quem sabia da vida de todo mundo, da história de vida de todas.

[...] dona Aydê principalmente, porque ela tinha conversa com todas, orientava. E a gente fazia dela o confessor. Confessava mais a ela do que ao padre. Ela sabe de tudo, mais da vida da gente... se sentar com ela, ela sabe da vida de todo mundo. Tem coisa que eu nem lembro mais, mas que ela sabe.⁸¹

Aydê Matos permaneceu trabalhando na Casa Maternal até o ano 1991 data em que se afasta por motivo de aposentadoria.

3.7. A contribuição da Casa Maternal

As depoentes exaltam em suas falas a contribuição da instituição para a vida profissional e pessoal, destacam a oportunidade de estudar, aprender um ofício ou aperfeiçoar os que já possuíam e ao saírem vislumbrarem um futuro melhor apesar do preconceito.

Filomena de Oliveira, após sair do Abrigo, foi trabalhar como doméstica na residência de Aydê Matos, a assistente social, que juntamente com sua irmã e seus pais a ajudaram a criar sua filha, Tereza.

Foi trabalhando para essa família, que na época residia no Centro de Aracaju, que conheceu um rapaz com quem se casou e constituiu família.

O Abrigo Maternal foi tudo, tudo, tudo.

Nem sei, sem ele nem sei o que era que ia fazer. Foi uma coisa maravilhosa!⁸²

A senhora Elze Almeida teve seus estudos financiados por Augusto Leite quando ainda morava na Casa. Deu continuidade aos estudos concluindo o curso ginasial no

⁸¹ Trecho retirado da entrevista realizada com Angélica França.

⁸² Trecho retirado da entrevista realizada com Filomena de Oliveira.

Manoel Luis e o secundário no Colégio Tobias Barreto, que nesse tempo era particular. Tornou-se professora e foi contratada pela própria Casa Maternal para lecionar na Escola Maternal Raio de Sol.

Permaneceu na Casa por seis anos até conhecer um rapaz que se tornaria seu marido e conseguiu comprar uma residência própria para onde mudou-se com seu filhos e marido. Com esse homem teve mais duas filhas e desde 1994 está aposentada.

Ah! A Casa Maternal foi muito importante, principalmente para o meu filho, para o bem-estar dele.⁸³

Angélica França também tornou-se professora e teve seus estudos pagos por Augusto Leite enquanto morava na Casa Maternal. Kursou o secundário no Colégio Patrocínio de São José formou-se como professora e passou a ministrar aulas no curso primário na Escola Jackson de Figueiredo, onde permaneceu por cinco anos, até conhecer seu marido com quem casou-se e constituiu família. Depois de casada, prestou vestibular para o curso de Direito, formando-se no ano 1978 e sendo aprovada no concurso para magistratura em 1987.

Feliz de quem teve condição e oportunidade de passar por ali e receber aquele apoio!

[...]

Talvez se eu não tivesse ido para lá ,minha vida não estivesse onde está hoje!

[...]

Foi algo que passou. Que eu tirei o proveito a época, muitos ensinamentos. Algo que me fez feliz!

[...]

⁸³ Trecho retirado da entrevista realizada com Elze Almeida.

Uma experiência positiva ter passado por lá. A Casa foi o ninho que a gente, que deu todo apoio necessário naquele momento oportuno. Porque nem tudo tava perdido, tudo tinha solução e depois da tempestade viria à bonança.⁸⁴

A intenção desse capítulo foi “dar voz” a quem precisou da Casa Maternal Amélia Leite e foi acolhida por ela, buscando uma aproximação entre a história contada pelos documentos daquela contada por quem não só trabalhava na Casa, como o depoimento de Aydê Matos, mas principalmente por quem vivenciou a dura realidade de mãe-adolescente solteira interna nessa instituição. As histórias dessas mulheres permitem visualizar a grande contribuição que a Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite prestou a toda sociedade sergipana, mas em especial a elas próprias, jovens mães abandonadas e seus filhos.

⁸⁴ Trecho retirado da entrevista realizada com Angélica França.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

“Duvidamos suficientemente do passado para imaginarmos o futuro, mas vivemos demasiadamente o presente para podermos realizar nele o futuro. Estamos divididos, fragmentados. Sabemo-nos a caminho mas não exatamente onde estamos na jornada.”

Boaventura S. Santos

*I*nvestigar a criação e consolidação da Casa Maternal Amélia Leite foi uma tarefa árdua, mas muito prazerosa. Ao longo da pesquisa novas nuances foram se revelando num movimento de construção e reconstrução do conhecimento que me permitiu compreender o processo de criação e funcionamento, bem como, a contribuição dessa instituição para a assistência e educação das mães solteiras e crianças sergipanas no período estudado.

Inferi que Augusto César Leite, fundador da instituição, desenvolveu ações pautado no ideal de higienização difundido no Brasil desde o século XIX e intensificado a partir de algumas políticas assistencialistas disseminadas dentro do contexto Republicano e, ainda, através da difusão da proposta educacional da Escola Nova, que visava a construção de uma sociedade moderna e civilizada, se utiliza dessas idéias e do capital que detinha para se firmar como médico, filantropo e educador.

Foi através de suas iniciativas em prol da criança, das disputas que empreendeu com os seus pares-concorrentes no campo no qual estava inserido e através de suas obras, que esse médico alcançou o reconhecimento e o respeito no campo médico-assistencial sergipano. Dentre as iniciativas, podemos destacar a Inauguração da Maternidade Francino Melo, a primeira maternidade do Estado que funcionava anexa ao Hospital Cirurgia. A realização da Primeira Semana da Criança em Sergipe, evento que congregou intelectuais, estudantes e a população acerca do debate sobre a necessidade da assistência à infância e do primeiro Concurso de Robustez Infantil que aconteceu em 1931 e previa a promoção de uma infância sadia.

Em 1933 através de entendimentos com o médico Moncorvo Filho, instala o Instituto de Proteção e Assistência à Infância em Sergipe (IPAI – SE) que funcionou vinculado ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI – RJ) e em 1937, juntamente com o então Governador do Estado Eronides de Carvalho, inaugura o Hospital Infantil, anexo ao Hospital de Cirurgia. Por fim, sua ação mais profícua nesse campo: a inauguração da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite em 1947.

Essa instituição funcionou como um Abrigo Maternal por 11 anos anexa ao Hospital de Cirurgia, onde oferecia um atendimento mais restrito às moças abandonadas e seus

filhos. Somente em 1958 é transferida para prédio próprio, localizado no bairro Suíça, ampliando a oferta de serviços, além de favorecer a permanência e a orientação as mães na instituição por mais tempo. Desde a sua fundação em 26 de março de 1947 tinha como objetivo principal a promoção de condições necessárias de desenvolvimento do filho em efetiva união com a mãe, protegendo esta da prostituição e do cometimento do aborto e suicídio.

Em 22 de junho de 1958 inaugura-se o novo prédio da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, mais conhecido como Casa Maternal Amélia Leite. Nessa nova fase a instituição passou não só a acolher “adolescentes grávidas acidentais” mas promover uma educação básica de cunho moral e profissionalizante, bem como educação infantil em regime de creche para seus filhos e para as crianças da comunidade.

Funcionando como internato para as moças, a Casa passa a oferecer uma gama de serviços assistenciais e educativos que funcionavam concomitantemente, entre eles: o Lar da Mãe Adolescente, a Escola Maternal Raio de Sol, o Clube de Mães, a Escola Artesanal, a Escola de Auxiliares de Puericultura e a Escola de Formação Doméstica e Profissional que visavam a reinserção das atendidas na sociedade, além da assistência de educadores, assistentes sociais e profissionais da área da saúde.

Para que tudo ocorresse perfeitamente era necessário manter uma organização nessa instituição e apesar de apresentar algumas características diferentes de outros internatos da época ela comunga dos mesmos princípios disciplinares comuns a esse tipo de instituição. Além das questões arquitetônicas, que facilitava o controle e a vigilância sob as internas, existiam também as questões disciplinares que deveriam ser acatadas. Fato que fica evidente nos depoimentos das três mães entrevistadas que viveram na Casa por um determinado período.

Esses depoimentos também colaboraram para confirmar a importante contribuição dessa instituição no tocante às questões do cuidado com a infância e a maternidade, de iniciativas educacionais e assistenciais voltadas para essa parcela da população, através de situações vivenciadas por mulheres e crianças pobres no Estado.

E apesar da existência de disputas por posições no meio médico-assistencial não se abriu mão do esforço de organizar a sociedade intitulada pelos próprios médicos de “Moderna e Civilizada”.

Obra que congregava o cuidado com a criança e o amparo à mãe adolescente abandonada a Casa Maternal mudou o rumo de 119 mulheres, no período abrangido nesse trabalho, e oportunizou o vislumbrar de um futuro melhor e de maiores possibilidades.

Ao pôr um ponto final, ainda que temporário, a essa pesquisa concluo que a Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite foi uma instituição filantrópica e educativa que não só serviu às mães atendidas e crianças diminuindo o preconceito existente contra a mãe solteira adolescente, mas também proporcionou a diminuição do número de abortos, infanticídios e casos de prostituição, além da oferta de mão-de-obra doméstica especializada, motivos que a tornaram reconhecida, respeitada e bem quista no meio sergipano.

Ao realizar a incursão pela história dessa instituição, selecionei e lancei meus holofotes sob as fontes e os aspectos que me pareciam mais cabíveis, mais interessantes e que a meu ver, melhor me ajudariam a compor esse quebra-cabeça, apesar de permanecer ainda na penumbra dezenas de ‘peças’ que podem e pedem para ser estudadas.

Infelizmente não tive condição de pesquisar e escrever sobre toda a trajetória da Casa Maternal. Estudar os seus 62 anos de existência em apenas dois anos de Mestrado seria tarefa difícil ou até impossível.

Aqui represamos um rio, para fora fica sempre um oceano. Há muito ainda o que se publicar. [...] Não será possível parar de trabalhar.

[...]

[...] estamos aqui laborando como laboram as tecelãs, juntando fios, desembaraçando meadas, e trocando as cores das linhas. Ficamos atônitos com as estampas que nós mesmos ajudamos a compor. (FREITAS e KUHLMANN Jr., 2002, p. 09)

Porém esse objeto suscita muitas outras possibilidades e desafios que poderão ser empreendidos por qualquer pesquisador que se interesse pela História da Educação da Infância e da Mulher em Sergipe.

Nesse momento deixo através dessa dissertação a minha contribuição à História da Infância e à História da Educação em Sergipe, ciente da necessidade de empreender novas incursões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos. **Dr. Augusto Leite**: “Um jeito sublime de ser”. Aracaju: Nossa Gráfica, 2008.

ARCE, Alessandra. **A pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARRETO, Luiz Antonio. **Personalidades Sergipanas**. Aracaju: Typografia Editorial, 2007. p. 99-106.

BISPO, Alessandra Barbosa. **A Educação da Infância pobre em Sergipe**: A cidade de menores Getúlio Vargas (1942 – 1974). São Cristóvão, SE, 2007. Dissertação de Mestrado.

BONIFÁCIO, Nadja Santos. Contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para a Educação Feminina em Aracaju (1914-1960) In: II Seminário Internacional de Educação: A Pesquisa em educação - dilemas e perspectivas, 2006, São Cristóvão/SE. **Anais do II Seminário Internacional de Educação**: A pesquisa em educação, dilemas e perspectivas. São Cristóvão: UFS, 2006. p.1 – 8

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. SP: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópoles, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo. UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6 ed. São Paulo. Perspectiva, 2005.

BRANDÃO, Zaia. **A Intelligentsia educacional** - Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista/SP: IFAN-CDAPH, Editora da Universidade São Francisco, 1999.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

CAMARA, Sônia. Por uma cruzada regeneradora. A cidade do Rio de Janeiro como canteiro de ações tutelares e educativas da infância minorizada na década de 1920. In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Educação e Reforma**: O Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte. Argvmentvm, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista – SP: EDUSF, 1998.

CASTANHO, Sergio. Questões teórico-metodológicas de História Cultural e Educação. In: LOMBARDI, José C., CASIMIRO, Ana Palmira B. S. e MAGALHÃES, Livia Diana R. **História, cultura e educação.** Campinas. Autores Associados, 2006. P. 137-168.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda. **A leitura de imagens na pesquisa social:** história, comunicação e educação. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

CIAVATTA, Maria. Educando o trabalhador da grande “família” da fábrica – a fotografia como fonte histórica. In: CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda. **A leitura de imagens na pesquisa social:** história, comunicação e educação. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2008, p. 37-59.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar:** uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967). São Cristóvão, 2007. Dissertação de Mestrado.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964).** Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe:** República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil.** 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS Norbert. **O processo civilizador:** formação do Estado e Civilização. V. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **A infância e sua educação:** materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FIGEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe.** v 2. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil.** 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 510-553.

FREITAS, Gustamara. **A ação do Departamento Nacional da Criança no Estado Novo:** Educação, Saúde e Assistência. Juiz de Fora, MG, 2003. Dissertação de Mestrado.

FREITAS, Marcos César de e KUHLMANN Jr., Moysés (orgs.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil.** 5 ed. São Paulo. Cortez, 2003.

GAMBOA, Silvio Sanchez e FILHO, José Camilo dos Santos. **Pesquisa Educacional:** quantidade – qualidade. São Paulo: Cortez, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de monografia, dissertação e tese.** São Paulo: Avercamp, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar:** Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de e KUHLMANN Jr, Moyses (orgs.). **Os Intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 306.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GONDRA, José G. e Schueler, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.** São Paulo. Cortez, 2008.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. Jardim de Infância “José Garcez Vieira” – Marco da Educação infantil da Prefeitura de Aracaju. In: **Revista Hora de Estudo**, Aracaju, ano 1, n. 1, p. 8-18. Agosto de 1997.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil:** a arte do disfarce. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUHLMANN Jr, Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KUHLMANN Jr, Moysés. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

LEAL, Rita de Cássia Dias. **O primeiro jardim de infância de Sergipe:** Contribuição ao estudo da educação infantil (1932-1942). São Cristóvão, SE, 2004. Dissertação de Mestrado.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LE GOFF, Jacques. História. In: **História e Memória**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 17-171.

LEITE, Augusto César. **Hospital de Cirurgia de Sergipe: escorço histórico**. Aracaju. 1956.

LEITE, Augusto César. **Palavras de Cirurgião**. Aracaju. Livraria Regina, 1966.

LIMA, Maria do Socorro. **República, política e direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto. (1918-1921)**. São Cristóvão-SE, 2008. Dissertação de Mestrado.

LIVRO DE ATAS DA SOCIEDADE PROTETORA DA CASA MATERNAL AMÉLIA LEITE. 1947.

LOBO, Ilná Andrade. **O Programa Nacional de Educação Pré-escolar em Sergipe**. São Cristóvão, SE, 2003. Dissertação de Mestrado.

LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes e FERNANDES, Rogério (orgs). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA; Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 137-176.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história, possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda. **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2008. p.19-36.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História da Brasil. 1726 – 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. 5 ed. São Paulo. Cortez, 2003. p. 53-79.

NASCIMENTO. Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão, Grupo de Estudos Pesquisas em História da Educação/ NPGED/UFS, 2003.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “Sobre o campo da História da Educação na região Nordeste”. In: VASCONSELOS, José Gerardo e NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **História da educação no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Edições UFC, 2006. p. 29-43.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: O Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. São Cristóvão, SE, 2006. Dissertação de Mestrado.

NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. “uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar”. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 07-15.

NORONHA, Olinda Maria. “Historiografia das instituições escolares: contribuição ao debate metodológico. In: NASCIMENTO, Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições escolares no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 2007.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista – SP. EDUSF, 2000.

PATRÍCIO, Solange. **Educando para o trabalho: a Escola de Aprendizizes e Artífices em Sergipe (1911-1930)**. São Cristovão, SE, 2004. Dissertação de Mestrado.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: Prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. 5 ed. São Paulo. Cortez, 2003. p. 141-161.

SANTANA, Antonio Samarone de. **As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios**. Aracaju, SE, O Autor, 2005.

SANTANA, Antonio, Samarone de. **A organização social dos médicos em Sergipe I e II**. Aracaju, 2006. Disponível em : <http://antonio_samarone.blog.uol.com.br> Acesso em 26 de fev. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1986.

SANTOS LIMA, Ana Paula dos. O Jardim de Infância José Garcez Vieira: Registros de Memórias e a Imprensa. In: **V Encontro de História Oral do Nordeste. Caderno de Resumos**. São Luis, Maranhão: UEMA, 2005, p.102.

SANTOS LIMA, Ana Paula dos. Nos Caminhos da História da Educação Infantil em Sergipe: O Primeiro Jardim de Infância Municipal de Aracaju José Garcez Vieira. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. COLUBHE. CD-ROM. Uberlândia, MG: UFU, 2006.

SANTOS LIMA, Ana Paula dos e SILVEIRA LIMA, Solyane. Instituições de atendimento e proteção à infância em Sergipe: O centro municipal de assistência à criança e a casa maternal Amélia Leite In: **Anais do III Seminário Internacional de Educação – A pesquisa em educação: abordagens e a questão da inclusão social**. São Cristóvão, SE, EDUFS, CD-ROM. 2007.

SAVIANI, Dermeval. “instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica”. In: NASCIMENTO, Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei e

SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições escolares no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 2007. p. 03-27.

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. **Da medicina ao magistério**: Aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior. São Cristóvão, SE, 2008. Dissertação de Mestrado.

SIQUEIRA DE SANTANA, Josineide. O Orfanato de São Cristóvão: implantação e aspectos da educação de órfãos em Sergipe nas primeiras décadas do século XX (1911 – 1930). In: II Seminário Internacional de Educação, 2006, São Cristóvão. **Anais do II Seminário Internacional de Educação**. São Cristóvão: UFS, 2006. P. 1-7 (cd-rom)

SOUZA, Valéria Carmelita Santana. **A Cruzada Católica**: Uma busca pela formação de esposas e mães cristãs em Sergipe na primeira metade do século XX. São Cristóvão, SE, 2006. Dissertação de Mestrado.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, regenerar e higienizar**: a difusão dos ideais da pedagogia moderna por Helvécio de Andrade. São Cristóvão, SE, 2006. Dissertação de Mestrado.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres**: a Educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VEIGA, Cynthia; GOUVEA, Maria C. S. Comemorar a infância nas primeiras décadas republicanas. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 26, nº.1, jan/jun. , 2000, p.135-160. ISSN: 1517 – 9702. Acesso em 24 de setembro de 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: NASCIMENTO, Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições escolares no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 2007. p. 59-71.

VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância no Brasil: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 19, nº.37, set. , 1999, ISSN: 0102 – 0188. Acesso em 24 de setembro de 2008.

Periódicos

Jornais consultados

A CRUZADA – 1947; 1958.

CORREIO DE ARACAJU – 1918; 1919; 1937.

DIÁRIO DA MANHÃ – 1918; 1919.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE – 1927; 1931.

JORNAL DO POVO – 1918.

JORNAL DA MANHÃ – 1926.

JORNAL DA SOCIEDADE MÉDICA DE SERGIPE – 1986.

O ESTADO DE SERGIPE – 1933; 1937.

O JORNAL IMPARCIAL – 1919.

O LUCTADOR – 1923.

O PAULISTANO – 1931.

SERGIPE JORNAL – 1937; 1947; 1958.

Revistas

REVISTA ALVORADA, Aracaju, 1986

REVISTA DA ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS, Aracaju, 1931.

REVISTA HORA DE ESTUDO, Aracaju, 1997.

ANEXOS

Anexo I: Estatutos da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite
(1947)

Estatutos da "Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite"

Art. 1.º — A "Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite", com sede em Aracaju, organizada sob os auspícios da Fundação Hospital de Cirurgia e do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Sergipe, aos quais fica estreitamente vinculada, e seguindo a orientação do Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Educação e Saúde, tem como objetivo desenvolver atividades em favor da maternidade e da infância, em Sergipe.

Art. 2.º — São fins principais da Sociedade:

- a) velar pela saúde, o bem estar e as necessidades das mães pobres e de seus filhos;
- b) ministrar ensinamentos de Higiene, Puericultura e Serviço Social;
- c) colaborar com os poderes públicos, a Fundação Hospital de Cirurgia e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Sergipe e outras entidades privadas no sentido de promover, o mais eficientemente possível, o amparo à maternidade e à infância;
- d) organizar e instalar agências de Serviço Social, com colocação familiar, agência de empregos, escola de artes domésticas, bem como postos de puericultura, creches, abrigos maternais e outros estabelecimentos;
- e) incentivar a criação, no Estado, de obras de proteção e assistência à maternidade e à infância.

Art. 3.º — A Sociedade se compõe das seguintes categorias de sócios:

- a) efetivos, os que, propostos regularmente, fizerem o pagamento da mensalidade de Cr\$ 5,00, a título de manutenção da mesma;
- b) contribuintes, os que se inscreverem para o pagamento de mensalidades que eles mesmos fixarem, sem outras obrigações.

Art. 4.º — Qualquer pessoa, seja sócio ou não, terá direito ao título de sócio Honorário, se à instituição prestar serviços relevantes, e ao de Benemérito se contribuir, de uma só vez, com doativo superior a Cr\$ 5.000,00 ou tenha prestado serviço equivalente.

Parágrafo Único — Os títulos de Sócio Honorário e de Sócio Benemérito serão conferidos pelo voto da Assembléia Geral, mediante proposta da Diretoria ou do Conselho Deliberativo.

Art. 5.º — Serão considerados Sócios Honorários o Presidente da Mesa Administrativa da Fundação Hospital de Cirurgia e o Presidente do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Sergipo.

Art. 6.º — Cumpre aos sócios :

- a) prestigiar a Sociedade, colaborando com ela na sua nobre missão e respeitando os Estatutos e as decisões da Administração ;
- b) aceitar e desempenhar, sem quaisquer interesses, os cargos para que forem eleitos ;
- c) contribuir regularmente com as quotas mensais a que se tiverem obrigado ;
- d) assistir às reuniões da Assembléia Geral e propor novos sócios ;
- e) solicitar esclarecimentos quando os atos e resoluções dos dirigentes da Sociedade lhes pareçam desviar-se das disposições destes Estatutos.

Art. 7.º — A administração se fará por meio de um Conselho Deliberativo, composto de 12 (doze) membros, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios efetivos, e por uma Diretoria, eleita pelo Conselho, também dentre os sócios efetivos, de 2 em 2 anos.

§ 1.º — O Conselho Deliberativo terá um terço do seu quadro renovado anualmente, sendo eleitos de início por 3, 2 e 1 ano, respectivamente, cada grupo de 4 membros.

§ 2.º — Os 4 membros do Conselho cujo mandato termine só poderão ser escolhidos para outro cargo da administração após o período de um ano.

Art. 8.º — Ao Conselho Deliberativo compete :

- a) eleger a Diretoria ;
- b) aprovar, com ou sem alterações, o Regimento Interno da Instituição, organizado pela Diretoria ;
- c) eleger dentre os seus membros, anualmente, uma Comissão para examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria ;
- d) decidir sobre quaisquer outros assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria ;
- e) sugerir o que julgar conveniente para o desenvolvimento e o progresso da Instituição.

Art. 9.º — O Conselho reunir-se-á 2 vezes por ano, nos meses de janeiro e julho. Na 1.ª reunião — para ouvir a leitura do relatório apresentado pelo Presidente da Diretoria, eleger nova Comissão de Contas, julgar as contas do ano findo e, de 2 em 2 anos, eleger nova Diretoria ; na 2.ª, para conhecer das atividades da Sociedade.

Parágrafo Único — O Conselho reunir-se-á ainda em qualquer época, por convocação da Diretoria, ou, então, quando requerida a convocação, para fins expressos, por maioria de seus membros, só

podendo deliberar, em qualquer momento, com a presença mínima de metade dos membros mais um.

Art. 10 — A Diretoria se constituirá de :

a) Presidente, que superintenderá os serviços da Sociedade, autorizará as despesas e designará as pessoas e comissões que se deverão ocupar de determinados trabalhos ;

b) Vice-Presidente, que auxiliará o Presidente e o substituirá nos seus impedimentos ;

c) 1.º Secretário, que cuidará da correspondência geral da Sociedade e tomará a si, de acordo com o (ou a) Presidente, todas as iniciativas necessárias à boa ordem da Instituição ;

d) 2.º Secretário, que cuidará de redigir as atas, onde se registrarão todos os trabalhos das sessões ;

e) Tesoureiro, que cuidará da guarda do dinheiro e dos valores, receberá as contribuições, as subvenções e os donativos e fará a escrituração e controle do movimento financeiro da Sociedade, dando de tudo conta à Diretoria ;

f) Vice-Tesoureiro, que auxiliará o Tesoureiro, substituindo-o nos seus impedimentos.

§ 1.º — A Diretoria terá a assistir-lhe um Corpo Técnico, que será constituído de 3 médicos, respectivamente, representantes da Fundação Hospital de Cirurgia, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Sergipe e dos Médicos locais, sendo este de livre escolha da Diretoria. Terá o Corpo Técnico um Diretor, eleito entre os seus membros, cuja função é orientar técnica e cientificamente os serviços.

§ 2.º — A Diretoria contará também com uma Legião de Cooperadoras, constituída de senhoras e senhoritas que se inscreverem com o fim de ajudar e incrementar os serviços de assistência médico-social, como o de obter fundos para a manutenção e desenvolvimento da Instituição.

§ 3.º — As Cooperadoras não são obrigadas às contribuições mensais.

Art. 11 — Sendo a Diretoria órgão deliberativo, com a assistência do Corpo Técnico, este representado pelo seu Diretor, constituirá número legal para as deliberações a metade mais um dos seus membros.

§ 1.º — Como órgão deliberativo, poderá a Diretoria elaborar regulamentos, nomear e destituir cargos, preencher vagas até a próxima eleição, interpretar e decidir sobre os casos omissos dos presentes Estatutos, ouvindo o Conselho Deliberativo sempre que necessário.

§ 2.º — O mandato da Diretoria terminará no dia do aniversário da Sociedade, com a posse da nova Diretoria, eleita com a antecedência, pelo menos de 8 dias.

Art. 12 — A Assembléa Geral reunir-se-á anualmente, em janeiro, para eleger os membros do Conselho Deliberativo, deliberando por maioria dos sócios presentes.

§ 1.º — Terão direito de voto todos os sócios quites.

§ 2.º — Os eleitos serão logo considerados empossados.

Art. 13 — A Assembléa Geral poderá ser convocada, extraordinariamente, pelo Conselho, pela Diretoria ou a requerimento de dez sócios inscritos e em dia, no mínimo, sendo que, neste caso, as deliberações só poderão ser tomadas com a presença de dois terços dos sócios residentes em Aracaju.

Parágrafo Único — Devem ser expressos os motivos e fins para que é feita a convocação da Assembléa.

Art. 14 — A Sociedade organizará o seu patrimônio, observados os princípios gerais de economia, com os seguintes elementos :

- a) subvenções dos poderes oficiais ;
- b) auxílios e subvenções de instituições públicas ou privadas ;
- c) contribuições de sócios ;
- d) donativos ;
- e) produto de festivais ;
- f) eventuais.

Parágrafo Único — A Instituição só empreenderá serviços dentro das possibilidades orçamentárias, cujas estimativas caberão aos órgãos deliberativos.

Os saldos não poderão ser capitalizados à custa da redução ou deficiência dos serviços.

Art. 15 — Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações que a Diretoria contrair, expressa ou intencionalmente em nome da Sociedade.

Art. 16 — Extinta a Sociedade, todo o seu acervo passará a pertencer à Fundação Hospital de Cirurgia, de Sergipe.

Anexo II: Estatutos da Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite
(1963)

SOCIEDADE PROTETORA DA CASA MATERNAL 'AMÉLIA LEITE'

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Nome — sede — fins

Art. 1º — A Sociedade Protetora da Casa Maternal 'Amélia Leite', organizada em 1947, sob os auspícios da Fundação Hospital de Cirurgia e do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Sergipe tem sede e foro na cidade de Aracaju e âmbito de ação em todo o Estado de Sergipe.

Art. 2º — A Sociedade de fins exclusivamente filantrópicas, tem por objetivo:

Proteger de um modo geral a maternidade a infância e a adolescência nos diversos campos de assistência médica, higiénica, educacional, jurídica e social, quer em Obras próprias, quer em cooperação com outras Instituições ou Obras do mesmo gênero.

Parágrafo primeiro — Constitui seu objetivo central assegurar à Casa Maternal Amélia Leite, em meio adequado, condições indispensáveis à formação moral, intelectual, profissional e social de Mães adolescentes, desprotegidas, sem lar, meninadas acidentais, em companhia de seu filho, presos um ao outro por laços íntimos e afetivos, propiciadores a um tempo do desenvolvimento normal da criança e da integração da mãe na vida normal da comunidade.

Parágrafo segundo — Para a realização integral desses objetivos cooperará a Sociedade na manutenção dos serviços que integram ou venham a integrar a Casa Maternal Amélia Leite — Lar da Mãe Adolescente, Escola Maternal Raio de Sol, Escola Artesanal, Escola de Formação Doméstica e Profissional, Conjunto Residencial.

CAPÍTULO II

Dos sócios

Art. 3º — A Sociedade é constituída das seguintes categorias de sócios:

a) **efetivos** — com direito a voto, a propor sócios e a desempenhar cargos eletivos; a obrigação de pagar a mensalidade de a a zelar para que a Sociedade não se desvie de seus objetivos.

b) **contribuinte** — os que se inscreverem para o pagamento de mensalidade por eles mesmos fixada, sem outras obrigações.

c) **honorários** — pessoas que tenham prestado relevantes serviços a Instituição ou se tenham destacado excepcionalmente no campo de Assistência à Maternidade, à Infância e à Adolescência.

CAPÍTULO III

Da organização

Art. 4º — A Assembleia Geral, constituída pelos sócios efetivos reunir-se-á ordinariamente de 15 a 24 de janeiro de cada ano para ouvir o relatório da Diretoria, elegendo, de 4 a 4 anos, 15 (quinze) membros e sete (7) suplentes para o Conselho Deliberativo, os quais serão empossados na mesma sessão.

Parágrafo único — Os sócios contribuintes e honorários a critério do Presidente poderão participar das reuniões e discussões da Assembleia Geral sem direito a voto.

Art. 5º — A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando convocada pela Diretoria, pelo Conselho Deliberativo ou por abaixo assinado no mínimo de dez (10) sócios efetivos.

Art. 6º — A Assembleia Geral será convocada através de edital publicado com antecedência de oito (8) dias, resolvendo por maioria simples de seus membros, sendo exigida em la. convocação a presença mínima de um terço (1/3) de sócios efetivos, podendo em 2a. convocação deliberar com qualquer número.

Art. 7º — O Conselho Deliberativo será constituído por doze (12) membros eleitos pela Assembleia Geral de 4 a 4 anos.

Art. 8º — O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente todos os anos em janeiro com a Assembleia Geral para ouvir o relatório da Diretoria.

Art. 9º — O Conselho Deliberativo em exercício elegerá de 1 a 2 anos, logo após a reunião da Assembleia Geral, ou dentro dos oito (8) dias que a seguir, a Diretoria e a Comissão Fiscal.

Parágrafo único — Para o estabelecido neste artigo deverão estar presentes metade mais um dos membros em exercício no Conselho.

Art. 10º — O Conselho reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocado pela Comissão Fiscal, pela Diretoria ou por dez (10) sócios efetivos, declarados sempre os motivos da convocação.

11º — São atribuições do Conselho:

- eleger a Diretoria e a Comissão Fiscal;
- discutir e aprovar o regimento interno da sociedade;
- sugerir o que julgar conveniente para o desenvolvimento da Instituição;
- autorizar a Diretoria a contrair empréstimos;
- decidir qualquer assunto apresentado pela Diretoria.

Art. 12º — A Comissão Fiscal será composta de três (3) membros, eleitos dentre os sócios efetivos de 2 a 2 anos pelos Membros do Conselho.

Art. 13º — Compete a Comissão Fiscal examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria e apresentar sugestões sobre a situação econômica-financeira da Sociedade.

Art. 14º — A Diretoria será constituída por um presidente, um tesoureiro, um secretário tendo como substitutos três vice-presidentes, um 2º tesoureiro e um 2º secretário.

Parágrafo único — As funções de Administração não serão remuneradas.

Art. 15º — Compete aos membros da Diretoria:

a) ao presidente — supervisionar todos os serviços da Sociedade, autorizar as despesas, designar pessoas ou comissões para o desempenho de determinados trabalhos, apresentar a Assembleia Geral o relatório anual das atividades, representar a Sociedade.

b) ao 1º vice-presidente — substituir o presidente nos seus impedimentos.

c) ao 2º vice-presidente — substituir o presidente na falta deste e do 1º vice e este nos seus impedimentos.

d) ao 3º vice-presidente — substituir o presidente e o 1º vice na falta dos mesmos e dos seus substitutos e o 2º vice nos seus impedimentos.

e) ao 1º Secretário — auxiliar o presidente, cuidar da correspondência geral da Sociedade, organizar as reuniões, coletar os dados informativos das atividades.

f) ao 2º secretário — auxiliar o 1º secretário nas suas funções e substituí-lo nos seus impedimentos, redigir as atas das reuniões.

g) ao 1º tesoureiro — receber as contribuições, guardar os valores, supervisionar a escrituração, exercer o controle financeiro da Sociedade dando conta de tudo à Diretoria.

h) ao 2º tesoureiro — auxiliar o tesoureiro em suas funções e substituí-lo nos seus impedimentos, fazer ou providenciar a escrituração, providenciar a cobrança dos sócios.

Art. 16º — A Diretoria terá para ajudar um Conselho Técnico e uma Legião de Cooperadores.

Art. 17º — O Conselho Técnico será função consultiva, assessorando a Diretoria e será constituído por um médico clínico, um puericultor, um psiquiatra, um magistrado, um psicólogo, um educador, um assistente social, um dentista e um agrônomo.

Parágrafo único — O Conselho Técnico poderá incluir novos membros sempre que, a juízo da Diretoria, as atividades desenvolvidas pela Instituição o recomendarem.

Art. 18º — A Legião de cooperadores será constituída de pessoas que voluntariamente nela se inscrevam com o propósito de ajudar a Sociedade, angariando fundos, organizando festas, executando tarefas não remuneradas.

CAPÍTULO IV

Dos recursos

Art. 19º — Serão fontes de recursos da Sociedade:

- contribuições de sócios;
- auxílios e subvenções;
- renda de acordos e convênios;
- doações e legados;
- eventuais.

Art. 20º — A totalidade da renda ou receita obtida de quaisquer fontes, inclusive locação de imóveis, será aplicada exclusivamente às obras filantrópicas da Sociedade, ou a conservação e construção de seu próprio patrimônio.

Art. 21º — Os sócios não terão direito a nenhum lucro, oriundo da Sociedade.

Art. 22º — Os sócios não respondem pelas obrigações contraiadas em nome da Sociedade.

Art. 23º — Extinta a Sociedade, tudo o seu acervo passará a pertencer à Fundação do Ensino Médico.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 24º — O Dr. Augusto Leite, criador da Sociedade, será o seu presidente vitalício.

Art. 25º — A Sociedade comemorará adequadamente o dia 28 de março, data de sua fundação em 1947.

Art. 26º — Todos os casos omissos nos presentes estatutos serão resolvidos pela Diretoria, ad referendum do Conselho Deliberativo.

FEDERAÇÃO SERGIPANA DE BASKETTEBALL

EDITAL

A Federação Sergipana de Basketball, pelo presente, convoca todos os seus filiados em pleno gozo dos seus direitos, para sessão de ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a realizar-se no próximo dia 28 do corrente, às 20 horas, na se-

de desta entidade situada à rua João Pessoa 11 — Edifício Pácora — Sala 4; obedecendo a seguinte ORDEM DO DIA:

- Discussão e aprovação dos novos estatutos;
- O que ocorrer.

Aracaju, (Se): 12 de Junho de 1963.

Antônio Lisboa
Pelo Secretário

Anexo III: Ata da Sessão de Instalação do Instituto de Proteção e Assistência à
Infância de Sergipe (IPAI-SE)



O ESTADO DE SERGIPE

Órgão da
União Re-
publicana
de — —
Sergipe

TODOS OS ESPORTES

Com a Presidência da Liga

Tenho sempre pronto os meus aplausos a eficiente direção do Dr. M. Andrade Melo Sobrinho, como Presidente da Liga Sergipense de Esportes Atléticos.

Bem mereço o valoroso desportista. Logo minha inteira solidariedade as palavras do vibrante moço que tem o entusiasmo de Tristão de Alencar.

A gestão do atual Presidente da L. S. E. A. merece o nosso apoio e a nossa simpatia.

E é por isso que me aventuro de dar uma ideia ao Dr. Diniz quanto a reorganização porque venho passando tudo que se relaciona com desporto sergipense.

A imprensa sergipense sempre foi esguia pelas dificuldades do desporto, falta imperdoável em um meio civilizado.

Agora que se prepara uma radical reforma no nosso principal campo de esportes, justo seria que se melhorasse a bancada da imprensa, com o rigor que o nosso meio exige, para que mais folgados os delegados dos nossos jornais pudessem exercer, eficientemente, o seu nobre mister.

Também na sede da nossa Liga deveria existir um cantinho reservado à imprensa local, para que ela tivesse ao lado das resoluções da Liga e transmitisse ao publico com a necessária precisão.

Sem estes passos de progresso serão sempre nulos os esforços dos distintos moços que nos nossos jornais, tem a tarefa árdua de dizer das coisas esportivas de Sergipe.

E uma lembrança que a boa vontade do presidente da Liga levará avante sem maiores impecilhos, deixando na sua profícua administração mais esse passo de adiantamento para o meio e de consideração a imprensa, que é sem favor ao poder em todos os ramos de interesse para a atividade humana.

E estou certo que esse caso será resolvido desta vez.

Afonso Abrantes.

ALUGAM-SE duas casas — uma a Rua de Santa Luzia n. 132 e outra a Avenida Rio Branco n. 267. A tratar com A. Fonseca & Cia.

SINGROLANDIA

Paramount em Grande Gala

No "petit" e elegante casino, a rua de Siriri, será levada hoje em primeira com grande efeito em sua tela nítida e sonora, a maior "revue" da Paramount Pictures, que foi considerada pelos grandes jornais de Paris, New-York, Berlim, Londres, Rio de Janeiro e Buenos Ayres, como a melhor e a maior das revistas que a técnica cinematográfica moderna concebeu: **PARAMOUNT EM GRANDE GALA** (versão inglesa).

Tomam parte nos interessantes quadros da revista todos os astros e estrelas, que no tempo da filmagem da dita, trabalhavam para a Paramount.

Princípio...

Vai fazendo o sucesso que era de esperar a opereta "Princesa, as vossas ordens", com Henry Garat e Lilian Harvey, da UFA, que o Rio Branco apresenta. Lilian Harvey é um biqui, uma figurinha cheia de graça e beleza, com uma voz maviosa que seduz a platéia. Henry Garat é um galã elegantíssimo, também com uma voz cheia e que dança como gente grande. Aquela valsa, aquela canção cantada pela faísca manicure com o já tenente coronel...

A tarde, uma matinee grandiosa, com o querido Robert Montgomery, ao lado da mimosa diva Macge Evans, no poema de amor e sentimentalismo, "Amor e Coragem".

Instituto de Proteção e Assistência à Infância

Conclusão da 3ª pagina.

regosijava em ver que a sua ideia de 1910 agora renascesse com as melhores promessas de vida longa e fecunda. Do que para constar eu, Maria Amelia da Cruz Leite, lavrei esta acta que por todos vae assignada:

Directoria:

Dr. Augusto Leite, Presidente
Maria Amelia da Cruz Leite, 1ª Secretária
Maria do Carmo Oama da Silva, 2ª Secretária
José Quintiliano do Carmo Sobral, Theoureiro

Conselho:

Manoel R. R. da Cruz
Conego Mario Miranda Vilas-Bôas
José Garcez Vieira
Edson de Oliveira Ribeiro
Arthur Fortes
João Dantas de Britto
Dr. Lauro Hora
Oscar Hora Prata
Celica Nascimento
Dulce Menezes Diniz
Helena Campos Firpo
Maria José de Carvalho Sampaio
Marietta Andrade Leal
Zulica Menezes de Calazans
Layde Mesquita Mattos
Emeralda Carneiro Leão de Faria
Maria Eulisia Sobral
Alzira Campos
Oildette Vieira Leite
Lucia Menezes
Etelvino Pires de Almeida
Celina Carvalho Netto
Olga Rezende
Constância Vieira
A. Teixeira Fontes
João Quintiliano de Almeida
Alvaro Sampaio
José Vieira Rezende Sampaio
Alcino Fernandes de Barros
Joaquim Lima de Carvalho
André Ramos
João Xavier de Mello
Oervasio de Araújo Souza
João Ouro
José Lips de Carvalho
Lourival Ouro
Emílio Vieira Vasconcellos
Dr. João Firpo Filho
Antonio Vieira Mello Couto
Virgílio Freire do Nascimento
Cícero Sampaio
Abelardo Pinho
Otaciano Mattos
Adalgio Rosal
Benilde Dias Vieira
Heracito Santos de Oliveira
Lourival Sobral
Thomas Machado
Jose Couto de Faria
José Luis de Oliveira

Silvino Fontes
João Dias Sobral
J. Dantas Martins dos Reis
M. Franco Freire
Eronides de Carvalho
Torquato Fontes
Luiz Krausé
Florival Britto
João Nunes de Mello
Amyntas José Jorge
José Motta Maia
Wolando Bettolo
Aurán Costa
Dr. Juliano Simões
Armando Cesar Leite
Arnaldo Faro
Odofredo Diniz

Comissão de contas:
Dr. Tancredo Campos
Antonio Cabral
J. Mascarenhas

Compre-se

Selos novos e usados,
na Photographia Sergipe
Arte — João Pessoa 105

ATENÇÃO

Vende-se uma maquina
Singer por preço barato
Rua Bomfim, 197.

14-30-

2-15



AGRADECIMENTO

Sabino José Ribeiro, por si, por sua família, pelas orfandas de seu proprio nome e por quantas outras se acham a ele vinculadas, por laços de sangue e de afeição, profundamente consternado pelo desaparecimento eterno, de uma das suas mais gratas esperanças, o seu querido e malgrado neto Roberto Ribeiro Cardoso, impiedosamente arrancado da comunidade dos vivos, em pleno alvorecer da mais ridente juventude, vem cumprir o doloroso dever de apresentar o seu comovido e imorredouro agradecimento a quantos acompanharam o triste decorrer dos penosos dias do ingratu morbus que tão cedo o vitimara, que velaram o seu corpo e a terra confiaram os seus preciosos despojos, na mais santa romaria de piedade e de caridade cristã.

Sem de leve diminuir a imensidade de sua dívida pela locante solidariedade que lhe foi prestada, nessa hora amarga de seu destino, por tão distintos amigos colegas, companheiros e afeiçoados, pede venia para nomear dentre todos o Collegio "Tobias Barreto", o superior educandario a cuja frente se destaca a pessoa illustre do grande e proveito educador, José de Alencar Cardoso, espirito fundamentalmente cristão, cuja dedicada assistência e santas palavras de consoladora resignação, tanto confortaram o seu conturbado espirito; os seus queridos amiguinhos e colegas, companheiros dos dias alacres e felizes, que ali se preparam, para as lutas profusas da existência, sob o influxo benéfico de abelissados mestres e a orientação sã e fecunda desse cidadão preclaro, tão justamente fadado para ser o desvelado iniciador de inúmeras gerações de pequeninos patrióticos; os abalissados e proficientes clínicos, doutores Berlio Leite e Avila Nabuco pelos grandes esforços despendidos para evitar o golpe irracioeiro que tão precocemente o abatera.

A todos, finalmente, a das eximiosíssimas famílias que tão

piadosamente cobriram de odorantes flores o seu corpo inanimado, um aperto de mão muito sincero do consternado avô, da avosinha desolada e dos tristes paes afitos e saudosos.

Aracaju, 12 de Julho de 1933.

Casa Duas Americas

José Zukenman avisa a sua crescente frequência que, de amanhã em diante, 17 do corrente, a sua Casa Duas Americas estará reinstalada na sua primitiva localidade, a rua João Pessoa, 64.

(1-5)

ORDEM DOS ADVOGADOS

Seção do Estado de Sergipe

Em obediência ao que determina o dec. n. 22.478, de 20 de Fevereiro do corrente ano, esta secretaría faz publicar, para os devidos fins, que a Ordem dos Advogados deste Estado, já expedida cartilhas aos advogados inscritos — Carvalho Neto, Carvalho Barros, Nicus Dantas, Leonardo Leite, Oscar Prata e Alceu Dantas Maciel.

Secretaria da Ordem dos Advogados, na secção do Estado de Sergipe, em 13 de Julho de 1933.

Nicus Dantas

2º Secretário.

De ordem dos Sr. Dr. Presidente da Ordem, são convidados os advogados inscritos, a comparecerem na sede social, no dia 20 do corrente, às 16 horas, para tomarem parte na sessão para a eleição designada, em que se realizará a eleição da nova diretoria.

Aracaju, 13 de Julho de 1933.

Nicus Dantas

2º Secretário

COLLIPE!

A melhor pasta dentifricia espumante, antiseptica, deliciosa. COLLIPE é usada pelas pessoas de fino trato. A venda em todas as lojas.

Instituto de Assistência e Protecção á Infancia de Sergipe

ACTA da sessão de Instalação do Instituto de Protecção e Assistência á Infancia de Sergipe, realizada no dia 23 de Junho de 1933

Aos vinte e tres dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e três, á Avenida Ivo do Prado, n.º 37, sob a presidência do Dr. Augusto Leite, foi instalado o Instituto de Protecção e Assistência á Infancia de Sergipe. Aberta a sessão o Dr. Augusto Leite disse que havia assumido, ha mais de um anno, com o Dr. Montecorvo Filho, o compromisso de instalar, sob o patrocínio do Hospital de Cirurgia, o Instituto de Protecção e Assistência á Infancia de Sergipe. Accentuou elle que não era uma ideia nova a que agora se pôz em obra, mas velha aspiração de alguns bons sergipanos a cuja frente se collocou, em 1919, o Desembargador Teixeira Fontes, que, infelizmente, por motivos varios e poderosos, não conseguiu levar avante o nobilissimo pensamento. Não logrou elle nem mesmo instalar o Instituto Aracajuano Protector da Infancia.

A ideia agora ressurge pelas mãos do Director do Hospital de Cirurgia, Instituto este a cuja sombra já medram serviços como o de Assistência ao parto, o de Prophylaxia prénatal e o de Assistência ás crianças nascidas na Maternidade Francina Mello.

Os objectivos do Instituto de Protecção e Assistência á Infancia de Sergipe, afirmou ainda, são os mesmos que os do Instituto de Protecção e Assistência á Infancia do Rio de Janeiro pelo qual se modelou, copiando-lhe o programma geral de maneira que a sua filiação ao grande Instituto Carioca se pudesse fazer immediatamente. Encerrada a sua exposição, submetteu o Dr. Augusto Leite á aprovação dos presentes os seguintes Estatutos, pelos quaes se ha de reger a nova Instituição:

TITULO I

O Instituto, seus fins e sua organização

Art. 1.º — O Instituto de Protecção e Assistência á Infancia de Sergipe, instalado aos 23 de Junho de 1933, em Aracaju, onde tem sua sede, é uma instituição de fins philanthropicos, scientificos e sociaes, cujo programma é o mesmo do Instituto de Protecção e Assistência á Infancia do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Terá como fins particulares:

a) Cuidar da desveladação da selecção das crianças da primeira idade, de accordo com os modernos principios da hygiene infantil.

b) Conhecer as condições em que vivem as crianças pobres, especialmente a alimentação, roupas, habitação, educação, instrução, etc., com o fim de proporcionar-lhes o devido amparo, procurando concentrar neste sentido os esforços de outras associações de caridade e religiosas;

c) dispensar toda a protecção necessaria ás crianças que receberam máos tratos physicos, habituaes ou excessivos; ás que estejam privadas dos cuidados indispensaveis; ás que se entregarem á mendicância, vadiagem ou libidinagem; ás occupadas em mistérios condemnados pelos bons costumes e inconvenientes á puerícia; e por ultimo ás moralmente abandonadas, lras sejam os filhos de pais de má conducta, ébrios, mendigos ou condemnados, procurando auxiliar nesse intuito a acção do Juizo de Menores;

d) auxiliar, pelos meios de que possa dispor, a inspecção medica nas escolas publicas e particulares; procurar tudo fazer em prol da situação social da mulher na industria com o intuito de favorecer indirectamente á infancia; estudar a questão do trabalho das crianças, a fim de evitar fadigas excessivas e todas as consequências que dellas possam resultar;

e) zelar pela vacinação e revaccinação das crianças que forem apresentadas no Instituto, sollicitando para esse fim o concurso dos Poderes Publicos;

f) — numa propaganda interessada procurar, por meio de conferencias, avulsos, conselhos, publicações, etc., etc., diffundir noções instructivas nas classes populares sobre as questões de hygiene infantil e o combate ao alcoolismo, á syphilis e á tuberculose no que diz respeito á infancia;

g) crear, quando possivel, jardins de infancia, escolas de naturas diversas, asylos de maternidade e creches preenchendo seus respectivos fins;

h) manter dispensarios para tratamento das crianças pobres, com preferéncia das que forem physicamente defetuosas, anemicas, rachiticas, debéis, etc., prodigalizando-lhes todos os recursos modernos da therapeutica e da hygiene;

i) — promover e auxiliar a construcção de hospitaes para as crianças reconhecidamente pobres;

j) — auxiliar a acção dos Poderes Publicos, quer federaes, quer estaduais ou municipaes, na protecção

dispensada ás creanças desprotegidas, necessitadas e indigentes, paes, na protecção dispensada ás creanças desprotegidas, necessitadas e indigentes, procurando com ellas manter relações de que possam resultar beneficios no sentido indicado;

k) — concorrer para que sejam creadas classes ou escolas para debéis physicos e mentaes;

l) — animar a fundação de instituições protectoras da infancia e cuidar interessadamente do exame e attesitação das amas de leite;

m) — finalmente, aceitar, favorecer, auxiliar e propagar qualquer ideia em provito da caridade, maxime em prol da infancia.

TITULO II

Da admisso e classificação dos socios

Art. 3.º — Haverá cinco categorias de socios: fundadores, benemeritos, honorarios, remidos e contribuintes.

Art. 4.º — Serão fundadores os que assignarem a acia da installação do Instituto.

Art. 5.º — Serão benemeritos os que pelos seus serviços ou dadivas valiosas ao Instituto hajam contribuido para sua installação, manutenção ou prosperidade.

Art. 6.º — Serão honorarios os que por titulos preciosos e attribuições especiais se tornem dignos de tal distincção.

§ unico — Os titulos de benemerito e honorario só poderão ser concedidos pela Assembléa Geral por proposta do Presidente ou pela maioria do Conselho.

Art. 7.º — Serão remidos os que contribuírem de uma só vez com a importância de Rs. 250000.

Art. 8.º — Serão contribuintes os que concorrerem mensalmente com a importância de 25000 ou de 50000.

§ unico — Para ser admittido como socio remido ou contribuinte será necessario proposta assignada por um socio e aprovada pelo Conselho ou pela Assembléa Geral.

TITULO III

Das diretos e dos deveres dos socios

Art. 9.º — Os socios fundadores, benemeritos e remidos tem o direito de:

1.º — Discutir, votar e ser votado nas Assembléas Gerais Ordinarias e Extraordinarias.

2.º — Apresentar nessas reuniões quaesquer propostas de interesse para o Instituto.

Art. 10.º — Os socios tem o dever de:

1.º — Empregar os seus esforços para a prosperidade do Instituto.

2.º — Aceitar o Cargo ou Commissão para que forem, eleitos ou nomeados, salvo motivo justificado.

TITULO IV

Da eliminação dos socios

Art. 11.º — Serão eliminados e perderão, por consequente, o direito de socios:

a) os que por escripto o pedirem;

b) os que decahirem do conceito publico por crime ou vicio infamante ou praticarem acia contra os interesses do Instituto;

c) os que desampaarem ou não cumprirem os Estatutos e as deliberações da Assembléa Geral ou do Conselho;

d) o socio contribuinte que deixar de concorrer com a sua mensalidade pelo espaço de um anno, salvo motivo justificado.

Art. 12.º — Só a Assembléa Geral tem autoridade para eliminar qualquer socio, de accordo com o Art. 49.

TITULO V

Da administração

Art. 13.º — O Instituto será admiistrado por uma Directoria constituída pelo presidente, thesoureiro e dous secretários (1.º e 2.º) e um Conselho, composto de trinta socios, servindo de orgão consultivo e auxiliar da Administração.

Da directoria

Art. 14.º — A Directoria, além das attribuições que lhe sejam conferidas pelas leis vigentes, tem o dever de cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos, assim como quaesquer deliberações tomadas pela Assembléa Geral.

Art. 15.º — Compete ao presidente, que é o representante legal do Instituto:

1.º — a superintendencia scientifica, social e administrativa de accordo com os fins da instituição;

2.º — organizar e dirigir os serviços, nomeando, licenciando ou demittindo o respectivo pessoal scientifico ou administrativo, communicando ao Conselho as modificações que houver feito;

3.º — convocar as reuniões ordinarias e extraordinarias da Assembléa Geral e do Conselho;

4.º — rubricar ou assignar os termos de abertura e encerramento dos livros que forem necessarios ao Instituto;

5.º — assignar os diplomas dos socios;

6.º — despachar quaesquer requerimentos e assignar a correspondencia;

7.º — apresentar o relatório annual á Assembléa Geral ordinaria;

8.º — autorizar as despesas necessarias, remetendo ao thesoureiro as contas devidamente visadas;

9.º — assignar, juntamente com o thesoureiro, os cheques de bancos, a fim de poder ser retirada qualquer quantia;

10.º — apresentar ao conselho, sua reunião de dezembro, o orçamento para o exercicio seguinte, o qual poderá ser alterado pela Assembléa Geral Ordinaria, respeitados, porém, os compromissos que já tiverem sido assumidos de accordo com o mesmo;

11.º — fornecer ao Conselho e á Assembléa Geral as medidas que lhe forem sollicitadas;

12.º — propor ao Conselho ou á Assembléa Geral as medidas que julgar convenientes á manutenção e desenvolvimento do Instituto;

13.º — receber, entregando ao thesoureiro, qualquer importância que seja devida ao Instituto, assignando todos os termos e requerimentos necessarios a esse fim, dando as competentes quitações;

14.º — comprar o que for necessario ao funcionamento do Instituto;

15.º — nomear commissões de socios para fins especiais;

16.º — contractar, quando convier, com a União ou qualquer Estado ou Municipalidade, serviços de assistência publica, ouvido o Conselho.

Art. 16.º — Ao thesoureiro compete, além de quaesquer outras attribuições que lhe sejam conferida pelos Estatutos:

1.º — arrecadar a receita;

2.º — propor ao Conselho ou á Assembléa Geral as operações financeiras que julgar convenientes ao Instituto;

3.º — pagar as contas visadas pelo presidente e que estiverem de accordo com o orçamento ou que tiverem sido autorizadas pela Assembléa ou pelo Conselho;

4.º — apresentar á Assembléa Geral Ordinaria o balanço annual;

5.º — assignar os diplomas dos socios;

6.º — rubricar, u assignar, juntamente com o presidente os termos de abertura e encerramento dos livros necessarios á thesouraria;

7.º — ter em boa guarda os haveres do Instituto pelos quaes for responsável;

8.º — depositar o saldo em dinheiro em conta corrente na Caixa Economica ou em qualquer banco de reconhecido credito;

9.º — assignar, juntamente com o presidente, os cheques de bancos a fim de poder ser retirada qualquer quantia;

10.º — receber qualquer importância que seja devida ao Instituto, assignando todos os termos e requerimentos necessarios a esse fim, dando as competentes quitações;

11.º — propor ao presidente a compra do que for necessario ao exercicio do seu cargo.

Art. 17.º — Incumbe ao 1.º secretario, além de quaesquer outras attribuições que lhe derem os Estatutos:

1.º — rubricar ou assignar, juntamente com o presidente, os termos de abertura e encerramento dos livros das acias das Assembléas Gerais e do Conselho, ou de qualquer outro necessario ao serviço da Secretaria;

2.º — assignar os diplomas dos socios;

3.º — redigir ou mandar redigir as acias das reuniões da Assembléa Geral e do Conselho;

4.º — attender a correspondencia do Instituto;

5.º — prestar esclarecimentos aos outros directores, ao Conselho ou á Assembléa Geral, sempre que forem sollicitados;

6.º — propor ao presidente a compra do que for necessario á Secretaria.

Art. 18.º — Ao 2.º secretario compete, além de quaesquer outras attribuições previstas nos Estatutos:

1.º — ler as acias das reuniões das Assembléas Gerais e do Conselho, assim como o expediente e quaesquer outros documentos que forem apresentados ás mesmas;

2.º — ter sob sua guarda, mandando escripturais, os livros de matricula de socios;

3.º — dar ao thesoureiro a relação dos socios

LA SA DURANTE A GRIPE

(Indicado para as Bronquites agudas e cronicas, tosses rebeldes, coqueluche, asmae e como fluidificador dos calarros)

que foram admitidos, além de ser feita a respectiva cobrança.

Do conselho

Art. 19. O Conselho reunir-se-á todas as vezes que se tornar necessário, dello fazendo também parte a Directoria e a Commissão de Contas.

§ 1º — Para que se possa resolver em primeira convocação é necessário que estejam presentes pelo menos dois Directores e quinze dos associados que delle façam parte; na segunda convocação, resolver-se-á com qualquer numero, desde que estejam presentes dois membros da Directoria.

§ 2º — Os convites serão sempre feitos individualmente e por escripto, sendo assignados pelo presidente ou pelo 1º secretario.

§ 3º — A mesa será constituída pelo presidente do Instituto e pelos 1º e 2º secretarios.

§ 4º — Quando não se achar presente o presidente a sua substituição será feita de accordo com os Estatutos do Hospital de Cirurgia.

§ 5º — O presidente da mesa terá apenas o voto de qualidade.

Art. 20. O presidente poderá suspender a sessão por proposta apresentada em qualquer momento e approvada por dois terços dos presentes, ou quando não conseguir manter a necessária ordem.

Art. 21. Incumbe ao Conselho:

1º — discutir com a Directoria questões de administração;

2º — resolver sobre os honorários e gratificações do pessoal scientifico ou administrativo;

3º — resolver sobre qualquer contracto, cujo prazo não seja superior a cinco annos;

4º — pedir, quando julgar necessário, parecer á Commissão de Contas sobre qualquer assumpto relativo á thesouraria;

5º — deliberar sobre o orçamento annual, que lhe deverá ser apresentado em uma reunião do mez de dezembro;

6º — resolver sobre a admissão de socios remidos e contribuintes.

TITULO VI

Da Commissão de Contas

Art. 22. Compete á Commissão de Contas, que será composta de tres socios:

1º — examinar as contas do thesoureiro, entregando o seu parecer annualmente a tempo de ser apresentado á Assembléa Geral Ordinária.

2º — dar, sempre que o thesoureiro, o Conselho ou a Assembléa Geral o solicitarem qualquer outro parecer sobre assumpto relativo á thesouraria.

TITULO VII

Das Assembléas Gerais

Art. 23. A Assembléa Geral é o poder supremo do Instituto, de accordo com estas Estatutos e as leis vigentes.

Art. 24. Para a Assembléa Geral Ordinária ou Extraordinária poder funcionar na 1ª convocação é necessário o comparecimento, pelo menos de 35 socios com direito a nella tomarem parte.

§ 1º — Si na primeira convocação, que será feita com a antecedencia pelo menos de cinco dias, não houver numero, será feita nova convocação, com a mesma antecedencia, sendo que nessa reunião se resolverá com qualquer numero, o que deverá ser declarado nos convites.

§ 2º — Quando se tratar de reforma dos Estatutos, a Assembléa Geral Extraordinária só poderá resolver nas duas primeiras convocações, achando-se presentes, pelo menos, 35 socios nas condições de nella tomar parte; mas, na terceira convocação, feita também com a antecedencia minima de cinco dias, funcionará com qualquer numero, sendo isso declarado nos convites.

§ 3º — Qualquer reforma dos Estatutos só será considerada approvada, si, dos terços, pelo menos, dos presentes á Assembléa Geral Extraordinária votarem a favor.

Art. 25. As convocações para qualquer Assembléa Geral serão feitas pela imprensa, por convites assignados pelo presidente ou pelo 1º secretario.

Paraphrasis unico. Os socios que fizerem parte do Conselho serão convidados individualmente e por escripto pelo presidente ou pelo 1º secretario.

Art. 26. A Assembléa Geral Extraordinária será convocada todas as vezes que se tornar necessário, e nella só se poderá tratar de assumpto que houver motivado sua convocação.

Art. 27. Na Assembléa Geral ordinária que se effectuará annualmente até 30 de abril, depois de votados o balanço e contas do thesoureiro, o parecer da Commissão de Contas, o orçamento apresentado pelo presidente e os demais actos da administração e procedidas as eleições, qualquer socio poderá tratar de assumpto de interesse do Instituto.

Art. 28. A mesa da Assembléa Geral será constituída do mesmo modo que a do Conselho.

Paraphrasis unico. O presidente da Assembléa poderá suspender a por proposta apresentada em qualquer momento e approvada por dois terços dos presentes, ou si não conseguir manter a necessária ordem.

Art. 29. Si a convocação da Assembléa Geral Ordinária não for feita na época propria, qualquer socio poderá exigir da Directoria e, não sendo atendido terá o direito de fazê-la elle proprio, declarando essa circumstancia nos annuncios.

Art. 30. A Asistencia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que a Directoria julgar necessário, ou lhe for requerida motivadamente pela maioria do Conselho ou, finalmente, por 35 ou mais socios.

Art. 31. Si a Directoria recusar a convocação da Assembléa Geral Extraordinária, ou não a fizer dentro de cinco dias, contados da data em que receber esse requerimento, poderão os que a tiverem assignado fazê-la, respeitadas as disposições dos Estatutos e das leis vigentes, e declarando essa circumstancia nos respectivos annuncios.

Art. 32. Além das atribuições que lhes são proprias, compete mais á Assembléa Geral:

1º — resolver sobre qualquer contracto, cujo prazo seja superior a cinco annos;

2º — resolver sobre os casos omissos e imprevistos nos presentes Estatutos, observadas as disposições das leis vigentes e dos Estatutos do Hospital de Cirurgia;

3º — julgar as contas do thesoureiro e os actos da Directoria;

4º — eleger biennialmente em Dezembro a Directoria, o Conselho e a Commissão de Contas;

5º — resolver sobre qualquer proposta que lhe seja apresentada de conformidade com a lei e esses estatutos;

6º — resolver sobre a concessão dos titulos de benemerito a serem conferidos aos que fizerem grandes donativos ou prestarem relevantes serviços pessoas ao Instituto;

7º — alterar a lista dos socios remidos e as mensalidades dos contribuintes e fundadores;

8º — resolver sobre a admissão de socios.

TITULO VIII

Das eleições e substituições

Art. 33. A Directoria, com excepção do cargo de presidente, que será sempre exercido pelo Director do Hospital de Cirurgia, o Conselho e a Commissão de Contas serão eleitos biennialmente pela Assembléa Geral Ordinária.

Art. 34. É permitida a reeleição, podendo, porém, em qualquer época a Assembléa Geral Ordinária ou Extraordinária, cassar os poderes de qualquer membro da Directoria, do Conselho ou da Commissão de Contas, exceptuados os do presidente.

Art. 35. O presidente da Assembléa Geral mandará avisar, por escripto, aos que forem eleitos, o dia e a hora da sessão de posse.

§ 1º — A mesa dessa sessão será constituída pelo presidente e os secretarios do Instituto, os quaes serão substituidos no seu impedimento ocasional, por aqueles que forem indicados pelo presidente, que dará posse aos que houverem sido eleitos.

Art. 36. A posse dos eleitos será dada dentro dos 15 dias que se seguirem á eleição, podendo comparecer á sessão qualquer socio ou convidado da Directoria.

§ 1º — Si algum dos eleitos não aceitar a sua eleição será convocada uma Assembléa Geral Extraordinária, a fim de se proceder á respectiva eleição, a qual se deverá realizar dentro de 30 dias após a sessão de posse.

Art. 37. Considerar-se-á haver vaga, em caso de renuncia, falecimento, interdição ou impedimento não justificado por mais de 60 dias.

Art. 38. Em qualquer caso de eleição o presidente da Assembléa Geral mandará avisar por escripto, aos que forem eleitos o dia e a hora de posse.

Paraphrasis unico. A posse ser-lhes-á dada dentro de 15 dias após a eleição, por quem presidir a sessão.

Art. 39. O presidente será substituido em suas faltas ou de accordo com que preceitua os Estatutos do Hospital de Cirurgia.

Art. 40. Em caso de impedimento temporario de algum director ou membro do Conselho ou da Commissão de Contas, o presidente indicará o associado que o substituirá interinamente.

TITULO IX

Da votação

Art. 41. Toda a votação, mesmo as de eleição, será symbolica; será, porém, nominal ou por escrutinio secreto quando o for requerido.

TITULO X

Disposições gerais

Art. 42. No dia 13 de Junho realizar-se-á a festa annual do Instituto.

Art. 43. O anno social do Instituto computar-se-á pelo anno civil.

Art. 44. A Assembléa Geral Extraordinária poderá gravar com a clausula de inalienabilidade qualquer bem que pertença ou vultu pertencer ao Instituto.

Art. 45. Quando no decorrer do exercicio verificarse que alguma verba é insufficiente, o Conselho poderá augmentá-la.

Art. 46. As notas das Assembléas Gerais ou do Conselho, salvo resolução em contrario tomada por occasião de sua realização, serão assignadas pela mesa que presidir a reunião em que as mesmas foram approvadas.

Art. 47. Será excluido de socio, e consequentemente do cargo que exercer aquelle em que incidir em algum dos casos previstos no art. 11.

Paraphrasis unico. A exclusão só poderá ser resolvida pela Assembléa Geral, por proposta da maioria do Conselho. Enquanto, porém não se reunir a Assembléa Geral, poderá o socio ser suspenso de seus direitos por deliberação do Conselho, devendo a Directoria convocar a Assembléa Geral.

Art. 48 — Somente a Assembléa Geral Extraordinária é competente para autorisar a venda dos bens do patrimonio do Instituto.

Art. 49 — As procurações que tiverem de ser passadas pelo Instituto, assim como as escripturas, contractos ou quaisquer outros documentos equivalentes, serão assignados pelo menos por dois directores entre os quaes o presidente e o thesoureiro.

Art. 50 — Para execução do programma traçado nestes Estatutos o Instituto tomará a seu cargo, ou auxiliará, de accordo com o Conselho do Hospital de Cirurgia, os serviços internos e externos da Maternidade Francisco Mello e os que lhe forem annexos.

Art. 51 — Quaesquer obras ou construcções feitas pelo Instituto serão consideradas como auxilio ao Hospital de Cirurgia sempre que realizadas nos predios ou terrenos pertencentes a este.

Art. 52 — O Instituto só será dissolvido no caso de lhe faltarem elementos para manter-se.

§ 1º — Verificada essa hypothese e decorrido o prazo de um anno, será convocada uma Assembléa Geral Extraordinária para considerar a dissolução.

§ 2º — Dissolvido o Instituto, o seu patrimonio será incorporado ao do Hospital de Cirurgia.

Art. 53 — Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações do Instituto.

TITULO XI

Disposições transitorias

Art. 34 — Immediatamente após a approvação dos presentes Estatutos será feita a eleição da Directoria, do Conselho e da Commissão de Contas, sendo seus Membros logo após empossados, entrando também logo no exercicio de suas funções.

§ 1º — A escolha desses Membros poderá ser feita por aclamação.

§ 2º — O mandato da Directoria, do Conselho e da Commissão de Contas durará até a nova eleição a realizar-se em Dezembro de 1933.

Discutidos e unanimemente approvados estes Estatutos, foram, por proposta do presidente, aclamados a Directoria, o Conselho e a Commissão de Contas.

Directoria: Presidente — Director do Hospital de Cirurgia.

1º Secretario: Senhorinha Maria Amelia da Cruz Leite.

2º Secretario: Senhorinha Maria do Carmo Gomes da Silva.

Thesoureiro: José Fonseca Sobral.

Conselho: Srs. Dr. Manoel Cruz, Conselheiro Mario Villas Boas, José Garcez Vieira, João Fonseca, João de Mello Couto, Dr. Edson Ribeiro, Arthur Fortes, Dez. João Dantas de Brito, Dr. Lauro Hora, Dr. Oscar Prata.

Sras: Celica Nascimento, Dulce Menezes Diniz, Helena Firpo, Maria José Sampaio, Marieta Leal, Zulica Calasans, Ivete Carvalho, Cleodice Vasconcellos, Emeralde Faria, Layde Mattos, Elvira Freire.

Senhorinhas: Eulina Sobral, Alzira Campos, Ollide Vieira Leite, Noemia Tavares, Maria Rita Soares, Lucia Menezes, Lucia Fonseca Sobral, Olga Resende, Celina Carvalho Netto.

Comissão de Contas: Dr. Tancredo Campos, Antonio Cabral e João Mascarenhas.

De accordo com os Estatutos, foram os eleitos empossados nos seus respectivos cargos.

Proposta em seguida a filiação do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia de Sergipe ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro foi esta proposta approvada e applaudida pelos presentes.

O Sr. Augusto Leite fez justos louvores á obra estupenda de amor e extremo patriotismo, que vem fazendo, no Brasil o Dr. Moncorvo Filho, terminando por pedir que da acta constasse a grande satisfação de que todos se achavam possuidos, vendo presente á solemnidade o Dez. Teixeira Fontes cujo espirito se

Conclue na 6ª pagina.

MAURICE CHEVALIER, o todo
elenco artistico da
PARAMOUNT PICTURES, na
maravilhosa e maior das
Revistas — — —

Paramount em grande Gala

HOJE no "Cinema São João" — Pequenas do outro mundo, lindas bailadas e sincopados fox-trots!

Anexo IV: Transcrição da Carta de Despedida de Augusto Leite da
Presidência da Casa Maternal (1969)

Aracaju, 22 de setembro de 1969.

Exmo. Sr.

Dr. João Cardoso

Magnífico Reitor da Universidade Federal de Sergipe

Prezado Senhor

Apraz-me passar às mãos do prezado amigo e colega cópia da carta que dirigi aos Drs. José Augusto Barreto e José Machado de Souza licenciando-me, por tempo indeterminado, do cargo que venho ocupando na Fundação Beneficente “Hospital de Cirurgia” e na Sociedade Protetora da Casa Maternal “Amélia Leite”.

As razões são as aí declinadas: faltam-me forças, pela idade e pela saúde de que estou a cuidar.

Não poderia deixar de lhe inteirar do fato pelo que merece e pelo tanto que fez e me ajudou a realizar, no curso de tempo, na defesa e proteção da maternidade e infância em nosso Estado.

Muito me conforta declarar que entre as obras que perfazem o grande conjunto assistencial da Casa Maternal “Amélia Leite” destaca-se, a última delas, a maternidade, levantada pelo prezado amigo com toda a competência e o carinho que a obra inspira.

Muito me tranquilizará sabê-lo hoje e sempre à frente dessa obra tão meritória com a segurança de seu desenvolvimento e a extensão de seus benefícios à nossa coletividade tão necessitada.

Muito cordialmente,

Dr. Augusto César Leite.